

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

MANOELA MORAIS

**O APEGO À TERRA NO PROCESSO DE SUCESSÃO RURAL: A
PERSPECTIVA DE FILHOS DE PROPRIETÁRIOS RURAIS**

Campo Grande - MS

2022

MANOELA MORAIS

**O APEGO À TERRA NO PROCESSO DE SUCESSÃO RURAL: A
PERSPECTIVA DE FILHOS DE PROPRIETÁRIOS RURAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Área de concentração: Gestão do Agronegócio e Organizações

Linha de pesquisa: Agronegócio e seus Aspectos Socioambientais

Orientadora: Prof^a. Dra. Erlaine Binotto

Coorientador: Prof. Dr. João Augusto Rossi Borges

Campo Grande - MS

2022

MANOELA MORAIS

**O APEGO À TERRA NO PROCESSO DE SUCESSÃO RURAL: A PERSPECTIVA DE
FILHOS DE PROPRIETÁRIOS RURAIS**

Relatório de defesa de Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Erlaine Binotto – Orientadora
Universidade Federal da Grande Dourados

Profa. Dra. Marcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo – Membro titular interno
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Silvia Morales de Queiroz Caleman – Membro titular interno
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Angélica Gois Morales – Membro titular externo
Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Paulo Antônio Zawislak – Membro titular externo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Estar no doutorado me proporcionou vivenciar belos momentos. Uma nova cidade, nova universidade, pessoas próximas, novas pessoas, uma pandemia, uma gestação, momentos partilhados, momentos solitários e enfim, um capítulo chegou ao seu final.

Agradeço a todas as pessoas que estiveram, em qualquer ocasião, comigo: professores, técnicos, amigos, colegas, grupo de pesquisa Organizações, Pessoas e Ambiente e meus familiares. Em especial:

Minha orientadora Profa. Erlaine e meu coorientador Prof. João Augusto, que me conduziram com maestria e me permitiram trabalhar a temática pela qual eu desenvolvi apego. Obrigada pela disponibilidade, dedicação, compreensão e atenção.

Aos professores da banca, Angélica, Márcia, Silvia e Paulo. Obrigada pelo aceite em participar e contribuir com este trabalho.

Meus 25 entrevistados. Obrigada por compartilharem um pouco da vida de vocês com uma estranha e curiosa. Sem vocês esse trabalho não existiria.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Obrigada à CAPES pela bolsa concedida durante o período. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), obrigada pelo apoio (Nº Processos: 401291/2022-7 e 312225/2020-2).

Meus amigos de turma, Adriano, Michelle e Tânia. Minhas amigas de casa, Katia e Luisa. Minhas amigas Aline, Maiara e Tammi. Obrigada por tornarem o processo mais leve e divertido. A Cibelly e a Lidiane, obrigada por toda ajuda e auxílio esses anos.

Minha família, avô, mãe, padrasto e tios. Obrigada por todo apoio e ajuda e por acreditarem que eu seria capaz. Vocês sempre serão o meu porto seguro.

Meu filho. Nascido durante essa trajetória e, mesmo sem entender, participou e esteve presente neste momento tão importante da minha vida. Obrigada, por você eu sempre vou buscar fazer melhor.

“O futuro começa neste instante...”

(Daisaku Ikeda)

RESUMO

No Brasil, a sucessão de propriedades rurais pode estar ameaçada pelo envelhecimento de produtores rurais e pela diminuição da população em áreas rurais. Tal cenário pode agravar-se com a ausência de apego à terra, pois resultaria em indivíduos desprovidos de raízes e descompromissados com obrigações familiares ou agrícolas. A tese possui como objetivo principal propor o construto de apego à terra na sucessão rural. A construção teórica foi embasada pelo construto de apego ao lugar e pelo modelo tríplice de apego ao lugar. Por meio de uma revisão bibliográfica, foram identificadas seis categorias de apego à terra: ambiente, comunidade, enraizamento, família, retorno financeiro e vida rural. O estudo foi fundamentado nas seis categorias para investigar a formação do vínculo pessoa- lugar rural e para propor o construto de apego à terra na sucessão rural. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas com 25 filhos de proprietários rurais de quatro regiões brasileiras. Utilizou-se a abordagem dedutiva na análise dos dados e estatística descritiva nos perfis. Os resultados mostraram que o ambiente onde a propriedade rural está, a formação de relacionamento com pessoas da comunidade, os sentimentos despertados pela propriedade rural, a história da família, o rendimento proveniente e a atração pela vida rural são elementos que influenciam na possibilidade de ser um sucessor na família. Além dessas categorias, outra emergiu como importante para os filhos: a vida dos respondentes na propriedade rural, sendo a infância e o sentimento atual pela propriedade rural relacionadas ao apego à terra e à sucessão rural. Diante das constatações, o construto de apego à terra na sucessão rural foi apresentado e os dados confirmaram a influência no processo, pois o lugar rural é considerado um patrimônio e deve ser mantido pelos filhos. No entanto, o apego à terra está presente em filhos sucessores, interessados na gestão e não sucessores, o que indica que não se trata de um elemento que irá decidir de forma isolada o acontecimento processo em famílias rurais.

Palavras-chave: Conexão com a terra; Negócio familiar rural; Transferência da gestão rural; Vínculo indivíduo-lugar rural.

ABSTRACT

In Brazil, the succession of rural properties can be threatened by the aging of rural producers and by the reduction in the population of rural areas. This scenario may worsen with the absence of attachment to the land, since it would result in individuals lacking roots and uncommitted to family or agricultural obligations. The main aim of this thesis is to propose the construct of attachment to the land in rural succession. The theoretical framework was based on the construct of attachment to a place and on the threefold model of attachment to a place. By means of a bibliographical review, six categories of attachment to the land were identified: environment, community, rootedness, family, financial return and rural life. The study used the six categories to investigate the formation of the person-rural place bond and to propose the construct of attachment to the land in rural succession. For this, qualitative research was conducted with semi-structured interviews with 25 children of rural landowners from four Brazilian regions. The deductive approach was used in the analysis of the data and descriptive statistics in the profiles. The results showed that the environment where the rural landowner is located, the formation of relationships with people from the community, the feelings aroused by the rural property, the family's history, the income derived, and the attraction of rural life are elements that influence the possibilities of being a successor in the family. Besides these categories, another one emerged as important for the children: the life of the respondents on the rural property, with their childhood and current feelings for the rural property being related to their attachment to the land and the rural succession. In light of the findings, the construct of attachment to the land in rural succession was presented and the data confirmed its influence on the process, as the rural place is considered an asset and should be maintained by the children. However, attachment to the land is present in both successor children interested in the management and non-successors, which indicates that this is not an element that will on its own decide how the process will occur in rural families.

Keywords: connection with the land; rural family business; transfer of rural management; individual-rural place bond.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo Decisório de Transição Inter geracional.....	19
Figura 2: Fatores influentes em um processo de sucessão rural.....	31
Figura 3: O modelo tríplice de apego ao lugar de Scannell e Gifford.....	38
Figura 4: Proposição do construto de apego à terra na sucessão rural.	52
Figura 5: Estrutura da tese.....	55
Figura 6: Etapas do construto final.....	63
Figura 7: Nuvem de palavras: categoria ambiente.	76
Figura 8: Resumo da categoria ambiente.	79
Figura 9: Nuvem de palavras: categoria comunidade.	80
Figura 10: Resumo da categoria ambiente.	83
Figura 11: Nuvem de palavras: categoria enraizamento.	84
Figura 12: Resumo da categoria enraizamento.....	88
Figura 13: Nuvem de palavras: categoria família.....	89
Figura 14: Resumo da categoria família.....	94
Figura 15: Nuvem de palavras: categoria retorno financeiro.	97
Figura 16: Resumo da categoria retorno financeiro.	100
Figura 17: Nuvem de palavras: categoria vida rural.....	101
Figura 18: Resumo da categoria vida rural.....	105
Figura 19: Nuvem de palavras: categoria ambiente, comunidade, enraizamento, família e retorno financeiro.	107
Figura 20: Relação entre as categorias de apego à terra.....	108
Figura 21: Nuvem de palavras: infância na propriedade rural.	119
Figura 22: Resumo do tópico infância na propriedade rural.	122
Figura 23: Nuvem de palavras: como se sente na propriedade rural.....	122
Figura 24: Resumo do tópico como se sente na propriedade rural.....	124
Figura 25: Construto de apego à terra na sucessão rural.	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evidências da literatura.	51
Tabela 2: Guia para entrevista semiestruturada.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias de apego ao lugar rural identificadas na literatura.	43
Quadro 2: Perfil dos participantes da pesquisa.....	66
Quadro 3: Perfil das propriedades rurais.	67
Quadro 4: Comparativo de cidade, estado e referência.	69
Quadro 5: Informações sobre a família e o processo sucessório nas famílias.....	70
Quadro 6: Informações sobre a possibilidade de ser um sucessor.	72
Quadro 7: O apego à terra em sucessores, não sucessores e interessados na gestão da propriedade rural.....	127
Quadro 8: Resumo dos resultados encontrados na pesquisa.	131

APÊNDICE A

Quadro 1: Pesquisa: bases de dados.	150
Quadro 2: Pesquisa: portais de notícias nacionais.....	151
Quadro 3: Pesquisa: entidades nacionais.....	152
Quadro 4: Artigos Utilizados na Revisão Bibliográfica.	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – PARTE INTRODUTÓRIA.....	13
1. Introdução.....	13
1.1 Objetivos.....	17
CAPÍTULO II – REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	19
2. Negócio familiar rural: Formação e transferência geracional	19
2.1 Início dos negócios	18
2.2 O contexto da sucessão rural	21
2.3 Fatores que influenciam a sucessão rural	24
CAPÍTULO III – REFERENCIAL TEÓRICO	33
3. Teoria do apego	33
3.1 Origem e consolidação	33
3.2 Desmembramento da Teoria.....	34
3.2.1 <i>Apego ao lugar</i>	34
3.2.2 <i>O modelo tríplice de apego ao lugar de Scannell e Gifford</i>	38
CAPÍTULO IV – CONSTRUTO TEÓRICO	42
4. PROPOSTA DE ANÁLISE: CONSTRUTO DE APEGO À TERRA NA SUCESSÃO RURAL	42
4.1 Elaboração do construto	42
CAPÍTULO V – METODOLOGIA.....	54
5. ETAPAS DE PESQUISA.....	54
5.1 Entrevistas semiestruturadas	55
5.1.1 <i>Participantes</i>	56
5.1.2 <i>Guia para entrevista semiestruturada e categorias de análise</i>	57
5.1.3 <i>Realização das entrevistas</i>	60
5.1.4 <i>Transcrição dos dados</i>	61
5.1.5 <i>Análise dos dados</i>	61
5.2 Construto final	62
CAPÍTULO VI – RESULTADOS E DISCUSSÃO	65
6. RESULTADOS	65
6.1 Perfil dos respondentes e das propriedades rurais	65
6.2 Sucessão rural na família.....	70
6.3 O apego à terra dos filhos de proprietários rurais.....	75

6.3.1 Ambiente	75
6.3.2 Comunidade.....	80
6.3.3 Enraizamento.....	84
6.3.4 Família	89
6.3.5 Retorno financeiro.....	96
6.3.6 Vida rural	101
6.4 Relações entre as categorias de apego à terra.....	107
6.5 Categorias de apego à terra e a sucessão rural.....	110
6.5.1 Categoria ambiente e a sucessão rural	110
6.5.2 Categoria comunidade e a sucessão rural	112
6.5.3 Categoria enraizamento e a sucessão rural.....	113
6.5.4 Categoria família e a sucessão rural	114
6.5.5 Categoria retorno financeiro e a sucessão rural	116
6.5.6 Categoria vida rural e a sucessão rural.....	117
6.6 Vida dos respondentes na propriedade rural	119
6.6.1 Infância e sentimento atual pela propriedade rural.....	119
6.7 Construto de apego à terra na sucessão rural.....	125
CAPÍTULO VII – CONCLUSÕES	133
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
APÊNDICE A	149
Revisão Bibliográfica	149
APÊNDICE B.....	155
Convite para participação na pesquisa.....	155
APÊNDICE C	155
Informações necessárias para o comitê de ética	155
ANEXO A.....	158
Termo de consentimento livre e esclarecido	158

CAPÍTULO I

PARTE INTRODUTÓRIA

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem no agronegócio um importante setor que é responsável por parte significativa do produto interno bruto (PIB) do país. A expressividade do setor provocou o crescimento da economia, juntamente com demais setores com o passar dos anos (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA, 2022). O país conta com mais de cinco milhões (5.072.152) de estabelecimentos agropecuários (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2017), incluindo pequenas propriedades, centradas na agricultura de subsistência, e grandes propriedades rurais, orientadas principalmente para a exportação. Tal combinação permitiu que o país se tornasse uma potência agrícola mundial (RADA *et al.*, 2019).

Dados oficiais demonstram que há mais de 15 milhões (15.036.978) de pessoas ocupadas em áreas rurais brasileiras, sendo que 74% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários possui laço de parentesco¹ com o produtor rural. Estas pessoas são membros das famílias e acompanham o produtor rural nas atividades (IBGE, 2017). Esta proximidade de membros de uma mesma família e produtores rurais pode resultar em experiências únicas e ocasionadoras de um vínculo entre família e propriedade (CHESHIRE *et al.*, 2013).

Além das experiências entre família e propriedade rural, os indivíduos envolvidos na propriedade rural necessitam realizar escolhas (assumir, se envolver ou ir embora) que podem trazer resultados futuros e impactar na sua perpetuação. Uma tentativa de dar continuidade a estes negócios pode ser por meio do processo sucessório, em que as famílias confiam às gerações futuras o papel de continuar o legado. Contudo, não se trata de um processo simples e comum para as famílias, mas sim complexo, subjetivo e emotivo (GILL, 2013).

A literatura aponta alguns fatores, de ordem econômica, como determinantes para que a sucessão rural aconteça, como tamanho da propriedade rural e capital acumulado com o negócio (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007; MISHRA; EL-OSTA, 2008); e a profissão escolhida por possíveis sucessores (MISHRA *et al.*, 2010). Porém, fatores determinantes para

¹ Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo ou de sexo diferente, filho(a) do produtor e do cônjuge, filho(a) somente do produtor, filho(a) somente do cônjuge, genro ou nora, pai, mãe, padrasto, madrasta, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmão ou irmã, avô ou avó, outros parentes (tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), ou menor sob guarda ou tutela), e enteado(a) do produtor (IBGE, 2017).

esse fenômeno podem estar presentes desde a socialização dos filhos na primeira infância até a lucratividade dos negócios da família. Tais perspectivas podem ser exploradas, em igual medida, para entender a real influência no processo (SUESS-REYES; FUETSCH, 2016). A presente pesquisa trará a discussão de um ângulo psicológico para contribuir com o debate do tema.

Como um fator emotivo em um processo de sucessão rural, o apego à propriedade rural pode conectar família, terra e trabalho na terra, explicando também o desejo de garantir que a tradição familiar continue (FISCHER; BURTON, 2014). A literatura se refere ao apego ao lugar rural de diferentes maneiras: *local attachment* (apego local) (THISSEN *et al.* (2010); *attachment to the farm* (apego à fazenda) (FISCHER; BURTON, 2014); *emotional attachment to the farm* (apego emocional à fazenda) (MORAIS, *et al.* 2017). Para esta tese, o apego ao lugar rural será apresentado como apego à terra². Tal vínculo indica a relação estabelecida entre um indivíduo e a terra rural, fazenda, propriedade rural ou qualquer outro espaço físico rural.

Todavia, a continuidade do negócio das famílias rurais traduz-se como um assunto preocupante, pois, para que isto ocorra é indispensável que a atividade agrícola seja considerada uma alternativa viável e atraente para as próximas gerações (GARNER; de la O CAMPOS, 2014). Dados oficiais demonstram que nem sempre a continuidade das atividades agrícolas é considerada uma opção viável para os jovens.

O Censo Demográfico Brasileiro revelou que o país deixou de apresentar características rurais e passou a ser mais urbanizado ao longo dos anos. Os dados também demonstraram uma significativa redução no percentual da população em unidades rurais, que era de 54,9% em 1960 e passou para 15,6% em 2010 (IBGE, 2011). Uma comparação entre o Censo Agropecuário de 2006 e o de 2017 mostrou uma diminuição de pouco mais e 102 mil unidades de estabelecimentos agropecuários no país. Além disso, nota-se que, em relação a idade dos proprietários rurais³, a proporção de jovens e idosos que era de 3,3% com menos de 25 anos e 17,5% com mais de 65 anos, em 2006, alterou-se para 5,5% com menos de 30 anos e 34,3% com mais de 60 anos, em 2017 (IBGE, 2006; 2017). O cenário do país está, portanto, marcado pelo envelhecimento dos produtores rurais e diminuição da população em áreas rurais.

² Um modelo específico para o apego à terra na sucessão rural será apresentado no Capítulo IV.

³ Os resultados apresentados nos Censos 2006 e 2017 não seguiram o mesmo parâmetro de medição para os grupos.

Este cenário também ocorre em outros países. Zagata e Sutherland (2015) apontam o envelhecimento de agricultores e o problema do jovem agricultor na Europa. Conway *et al.* (2016) a relutância e falta de vontade que agricultores idosos irlandeses manifestam para se aposentar. Aldanondo Ochoa *et al.* (2007) o envelhecimento de agricultores espanhóis e a migração rural-urbana dos filhos. Chavicchioli *et al.* (2018) o problema de migração de mão-de-obra rural italiana. No Brasil, Foguesatto *et al.* (2016) identificaram os processos migratórios de jovens do meio rural e a recusa na decisão de suceder propriedades familiares brasileiras e Morais *et al.* (2017) a migração de jovens, o envelhecimento de proprietários rurais e a falta de um sucessor como desvantagens para o desenvolvimento rural e para a sustentabilidade. Estes fenômenos implicam em uma possível falta de sucessores para propriedades rurais.

Além disso, o processo sucessório pode ser dificultado por alguns impasses familiares, como a ausência de transmissão de conhecimento entre proprietários e sucessores. A ausência na transmissão de conhecimento entre pai e filho faz com que o conhecimento prático sobre o trabalho na propriedade não seja propagado e, então, não se prepare um sucessor (CAROLAN, 2018). Ademais, a sucessão rural pode ser impactada pela ausência de laços criados com a propriedade rural, pois ocasionaria em uma quebra na conexão emocional entre o indivíduo e o lugar e refletiria em falta de estabilidade e apego. A ausência de apego à terra, resultaria em indivíduos desprovidos de raízes e descompromissados com obrigações familiares ou agrícolas (CHESHIRE *et al.*, 2013).

Ainda, um distanciamento emocional da propriedade rural da família poderia indicar uma menor disposição de um potencial sucessor assumir a responsabilidade pelo negócio (SUESS-REYES; FUETSCH, 2016). Sendo assim, possíveis sucessores rurais que demonstrem maior apego emocional à terra terão maior probabilidade de assumir a gestão da propriedade rural dos que demonstram menor apego (MORAIS *et al.*, 2017). Portanto, parte-se do pressuposto que o apego à terra está diretamente relacionado com o processo sucessório, sendo um impulsionador para que membros das famílias rurais substituam seus pais nos negócios. Diante disso, pergunta-se: de que forma o apego à terra intervém na decisão dos filhos em suceder a propriedade rural? Para responder esta pergunta, é necessário investigar o apego à terra de indivíduos para compreender como este vínculo pode ser formado.

Uma teoria que pode ser utilizada para entender os apegos e motivos oriundos do processo sucessório é a Teoria do Apego e suas ramificações. Por meio do construto apego ao lugar, por exemplo, pode ser possível entender como é constituído o vínculo

entre indivíduo e um lugar específico. O apego ao lugar é formado pela conexão emocional que um indivíduo constrói com um lugar especial (HIDALGO; HERNÁNDEZ, 2001; SCANNELL; GIFFORD, 2010). No caso da presente pesquisa, a utilização do apego à terra permitirá que seja investigada a construção da conexão emocional entre o possível sucessor e a propriedade rural.

As discussões sobre a sucessão rural não são recentes no meio acadêmico, ainda assim, estudos anteriores apontaram algumas lacunas na literatura. Suess-Reyes e Fuetsch (2016) argumentam que nos estudos desta temática, em sua maioria, há carência de uma base teórica em sua fundamentação. Fischer e Burton (2014) apontaram a ausência de estudos que enfoquem na construção da relação entre propriedade rural e membros das famílias rurais. Bertolozzi-Caredio *et al.* (2020) ressaltam a necessidade de estudos que destaquem atributos importantes para potenciais sucessores na decisão de assumir a propriedade rural. Os autores sugerem que a abordagem qualitativa permitiria explicar com maior profundidade os fatores envolvidos. Portanto, esta tese se motiva por esta lacuna de estudos sobre sucessão rural fundamentados por uma base teórica, ressaltando o potencial sucessor e que avancem no entendimento da formação do vínculo entre o membro da família e a terra para entender o processo.

Estudos prévios sobre o meio rural apontaram a influência do apego ao lugar em algumas situações. Thissen *et al.* (2010) ao investigarem as intenções de migração da juventude rural em regiões da Europa descobriram a necessidade de melhores oportunidades de emprego e educação e de reforço nas percepções pessoais de vínculo local e residencial. Grubbstrom e Eriksson (2018) ao entenderem a decisão de manter, vender ou arrendar a terra mostraram que o laço emocional estabelecido com a propriedade rural é um valor presente e está intrínseco ao agricultor. Riethmuller *et al.* (2021) ao analisarem o papel do apego ao lugar no interesse de jovens em retornar as áreas rurais constataram que tal vínculo pode ser expressado por meio da comunidade, educação, futuro e conexão urbana que os jovens demonstram. Entretanto, nenhum estudo publicado até fevereiro de 2022 investigou a influência do apego à terra na sucessão rural no contexto brasileiro.

A tese foca em entender o apego à terra como fator influente para concretização do processo sucessório em famílias rurais. O ineditismo está em um construto de apego à terra na sucessão rural que será apresentado (proposto e testado). Será realizada uma análise de sua influência no processo sucessório, com as percepções de indivíduos que, em algum momento da vida, tiveram contato com a propriedade rural. Diante do exposto, defende-se que o apego

à terra, como um elemento psicológico do processo sucessório, poderá facilitar o seu acontecimento. Com isso, os possíveis *insights* a serem revelados podem ajudar a conhecer mais profundamente um dos aspectos do processo e traz inovação para a literatura da temática.

Os resultados dessa pesquisa podem contribuir para que famílias e instituições interessadas na sucessão rural tenham acesso a informações sobre a influência do apego à terra na decisão de suceder na propriedade rural, podendo ser incorporadas nas discussões no processo. Conseqüentemente, melhor compreensão da sucessão rural pode contribuir também para fomentar discussões sobre políticas públicas agrícolas de médio e longo prazos na tentativa de fixar jovens no campo e na preparação de proprietários rurais para a aposentadoria.

Cientificamente, o construto proposto traz um incremento a discussão sobre apego ao lugar, especificamente, apresentando o apego à terra, além de incluir o processo sucessório na análise. Tal aprofundamento permite que sejam identificadas as características do apego à terra e, posteriormente, análise da sua influência na sucessão rural, sendo elementos ressaltados ou inseridos conforme dados consultados.

1.1 OBJETIVOS

GERAL

Propor o construto de apego à terra na sucessão rural

ESPECÍFICOS

- I. Categorizar os vínculos que os filhos de proprietários rurais estabelecem com o lugar rural.
- II. Compreender a inter-relação entre as categorias de apego à terra
- III. Validar o construto de apego à terra na sucessão rural e analisar a influência no processo.

A presente tese está estruturada em sete capítulos, sendo o Capítulo I – “Parte Introdutória” apresenta a proposta, relevância, originalidade e objetivos do estudo. O Capítulo II – “Referencial Bibliográfico” contém tópicos direcionados ao entendimento do processo de

sucessão rural e um panorama de fatores que influenciam no processo. O Capítulo III – “Referencial Teórico” apresenta a Teoria do Apego, o construto apego ao lugar e o modelo teórico de Scannell e Gifford. O Capítulo IV – “Construto Teórico” com a proposição do construto de apego à terra na sucessão rural. No Capítulo V – “Metodologia” os meios para realizar o estudo. O Capítulo VI – “Resultados e Discussão” que apresenta os frutos da pesquisa, conecta constatações a literatura sobre a sucessão rural e apresenta o construto de apego à terra na sucessão rural após os achados feitos na pesquisa. E por fim, o Capítulo VII – “Conclusões” que traz os desfechos da pesquisa.

CAPÍTULO II

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

2. NEGÓCIO FAMILIAR RURAL: FORMAÇÃO E TRANSFERÊNCIA GERACIONAL

2.1 Início dos Negócios

Diferentemente de negócios não familiares, caracterizados por relações de trabalho assalariadas, contratos e comportamento econômico racional, os negócios familiares, de todos os âmbitos, envolvem afeto pessoal, cuidado e obrigação mútua, em que as relações internas dos membros e a interação entre a família e o negócio refletirão em uma administração ser bem-sucedida ou não (GASSON, 1988). Stravrou (1998) identificou quatro fatores presentes na relação negócio familiar com os membros da família, apresentados na Figura 1:

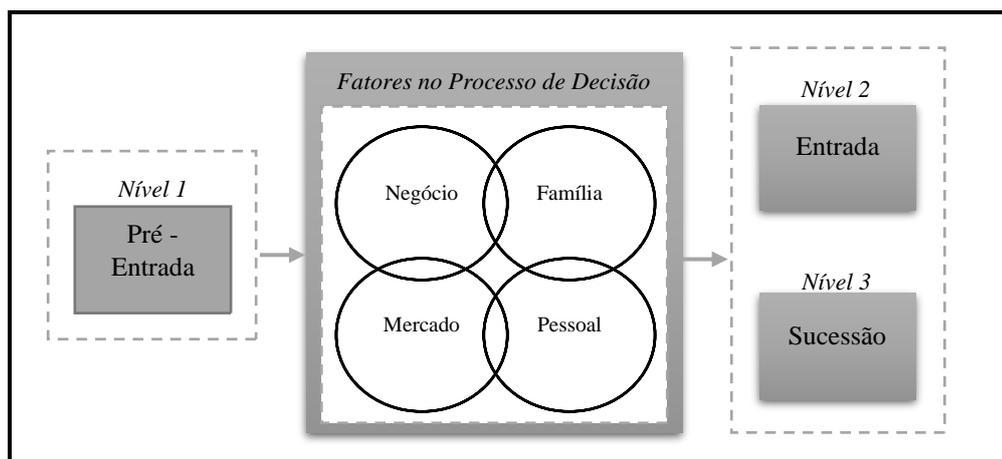


Figura 1: Modelo Decisório de Transição Inter geracional.
Fonte: Adaptado de Stravrou (1998).

Stravrou (1998) definiu três níveis de envolvimento dos filhos na empresa. No primeiro nível – a pré-entrada – são envolvidos por uma discussão em família, trabalho voluntário ou emprego em meio período; no segundo – a entrada – ocupam uma posição gerencial e o emprego passa a ser em tempo integral; no terceiro nível – a sucessão – são nomeados para papéis de liderança e responsabilidade no negócio (STRAVROU, 1998).

Nos fatores no processo de decisão, o fator família envolve a participação dos filhos na dinâmica, valores, relacionamentos, necessidade e desejos familiares, de modo que as interações e conexões desenvolvidas influenciarão na eficácia dos membros no negócio. O fator negócio compreende um comportamento direcionado aos interesses nas operações e

práticas. A preparação e o envolvimento da próxima geração devem começar cedo o suficiente, a fim de evitar situações complicadas como a falta de um sucessor, de habilidades para gerir o negócio, e também, de tempo. O fator pessoal inclui o comportamento resultante das necessidades, objetivos e habilidades individuais, sendo que o impacto por ingressar no negócio familiar deve ser cuidadosamente considerado. O fator mercado é referente às oportunidades de emprego na sociedade, já que a disponibilidade fora do negócio da família se configura uma ameaça. Tais fatores não são mutuamente excludentes e nem totalmente dependentes um do outro, desta forma, o envolvimento de membros no negócio familiar futuramente pode ser explicado por um fator ou pela combinação de vários (STAVROU, 1998).

Sobre os negócios familiares no meio rural especificamente, Scoville (1947) afirma que independentemente do tamanho da família, tamanho da propriedade rural, da atividade desenvolvida e forma de comercialização da produção, a natureza dessas instituições é definida pela maior parte do trabalho realizado, o controle e a direção do negócio estarem empregados na própria família. Estes negócios se concentram na interseção entre a família e a economia, em que as relações familiares estão ligadas a produção e ao mercado diante de um cenário cultural e histórico único para cada família (HUTSIN, 1987).

A constituição destes negócios está marcada, por gestores que se relacionam por parentesco ou casamento; em ser dono de negócio e ter o controle gerencial; e, futuramente, o controle ser repassado para uma geração dentro da mesma família (GASSON, 1988). A propriedade rural viabiliza, portanto, uma vida satisfatória para a família e um acúmulo de economias para a velhice, porém, com grande dependência do trabalho familiar (JOHNSON, 1944).

Cabe a estas famílias se envolverem nas atividades de produção na propriedade rural, garantido empenho e dedicação o maior número de horas possível nas operações (JOHNSON, 1944). Entretanto, Gasson (1988) enfatiza que a maximização do lucro não configura o único objetivo da propriedade familiar, pois a família almeja autonomia, independência e sobrevivência do negócio, entre outros objetivos.

Em um cenário global, a FAO (2014) apresentou que 90% das propriedades rurais estão sendo gerenciadas por um indivíduo, um grupo ou uma família, sendo a mão-de-obra proveniente, em maior parte, dos membros das famílias, ou seja, trata-se de negócios familiares rurais. Os negócios familiares rurais se estabelecem, assim, como a forma mais predominante dentro do setor agropecuário (GRAEUB *et al.*, 2015).

Um negócio familiar rural é um processo contínuo de gerações, em que o parentesco e a família constituem a estrutura de um ou vários negócios desenvolvidos em um ciclo que compreende início, maturação, declínio e regeneração. Além dos recursos necessários para prover o negócio são necessários também, mecanismos para transcorrer parcerias, sucessão e herança (GASSON, 1988). Nesta linha, um negócio familiar cíclico será dependente de uma transferência organizada, que incluirá a discussão dos processos de herança e sucessão; este último, refere-se ao tema central deste estudo.

2.2 O Contexto da Sucessão Rural

Os motivos para que um indivíduo se torne agricultor decorrem desde o desejo pela carreira como um meio de subsistência, até a ação de valores sociais, autorrealização, ou valores formados em resposta do ambiente inserido. Como um grande influenciador, o ambiente pode encorajar que a agricultura seja escolhida como carreira, como um resultado da expectativa em seguir os passos de alguém e pela absorção inconsciente de valores. Pode também ser responsável pela rejeição da carreira agrícola devido aos valores próprios criados ao passar do tempo (GASSON, 1973).

Os estudos sobre a sucessão rural, inicialmente, focaram nas questões legais e tributárias enfrentadas pelas famílias no processo. Porém, questões mais críticas mostraram relação com aspectos sociais e econômicos, já que grande parte dos novos ingressantes no setor são provenientes da própria família. Por fim, o processo sucessório foi configurado como complexo e carente por informações (FENNELL, 1981).

Na discussão sobre a continuidade do negócio na propriedade rural, sucessão e herança são processos fundamentais para as famílias (HUTSON, 1987; POTTER; LOBLEY, 1992; WARD; LOWE, 1994). Todavia, diferentemente de uma transferência legal de propriedade ou posse (herança), a transferência gradual de controle de uma geração para outra (sucessão), é crucial para manter e continuar o negócio na família (HUTSON, 1987; POTTER; LOBLEY, 1992). Este trabalho, especificamente, tratará da sucessão rural na perspectiva da transferência da gestão para sucessores, sem considerar as questões legais intrínsecas no processo.

Quando uma família está preocupada com o processo cíclico de evolução de seu negócio, no meio rural, ela necessita de um sucessor. Normalmente, trata-se de um membro da família como os filhos. Espera-se que o indivíduo, de preferência, tenha um bom

relacionamento com os pais e que apresente interesses e habilidades pelo meio rural. Além disso, são necessárias oportunidades extrínsecas, referentes ao desenvolvimento e/ou expansão do negócio. As metas de médio a longo prazo serão viáveis caso haja um membro para assumir o controle gerencial (HUTSON, 1987).

No núcleo do processo de transferência da gestão para uma próxima geração, está a necessidade em identificar a existência de um potencial sucessor. As gerações futuras devem apresentar preparo suficiente para assumir a propriedade rural. A sucessão rural torna-se um processo importante para a agricultura, porém, a dependência de potenciais sucessores pode configurar que o acontecimento, além de complexo, se torne complicado e prolongado (GASSON, 1988; POTTER; LOBLEY, 1992).

Frequentemente é esperado que o processo de sucessão ocorra em casos de velhice, aposentadoria, adoecimento ou morte do agricultor (POTTER; LOBLEY, 1992). Para evitar despreparo ou não planejamento, deve ser pensado muito antes, durante o ciclo de vida do negócio familiar rural, ou seja, deve ser um planejamento de médio ou longo prazo (POTTER; LOBLEY, 1992; WARD; LOWE, 1994).

Como forma de evitar que o negócio entre em declínio, a identificação antecipada de um sucessor entre os membros da família, além de oferecer subsídios para as tomadas de decisões posteriores, pode permitir que com o passar do tempo o agricultor transfira algumas responsabilidades e diminua sua carga de trabalho. Neste caso, o processo sucessório tenderia a ser gradual, a fim de preparar o sucessor para ter controle total e preparar o sucedido para a aposentadoria (POTTER; LOBLEY, 1992).

Além da identificação precoce de um potencial sucessor para o negócio, o êxito do processo pode estar mais garantido para famílias que admitam que o sucessor trabalhe no negócio junto com o proprietário rural. Tal envolvimento, além de melhorar o relacionamento entre o agricultor e seu sucessor (ou sucessores), permitirá que as competências técnicas e capacidade gerencial necessárias sejam desenvolvidas, pois não são automáticas nos sucessores (FENNELL, 1981). Hutson (1987) considera que o desenvolvimento de sucessores pode garantir sucesso na administração cotidiana de propriedades rurais. Para isso, é necessário permitir que experimentem e apliquem suas ideias, comprovem seus argumentos e cometam seus próprios erros.

Como a possibilidade de continuidade do negócio está nas mãos das próximas gerações, as famílias que identificam um sucessor têm a possibilidade de realizar ajustes no

negócio, dependendo da atividade da propriedade rural, interesses de comercialização e objetivos dos agricultores e suas famílias, a fim de criar oportunidades para as próximas gerações. No entanto, a impossibilidade da família em identificar um sucessor pode significar estagnação do negócio, sendo possível que nenhuma estratégia de crescimento e desenvolvimento venha ser adotada e a família acabe vendendo terras e ativos (INWOOD; SHARP, 2012).

Além de discussões sobre a sucessão rural, há estudos para identificar fatores influentes no processo. Gasson (1973) apontou algumas características que motivam um indivíduo a se tornar agricultor, fatores de ordem pessoal relacionados a idade, educação, status socioeconômico, experiência agrícola, compromisso com a agricultura como carreira; fatores familiares como tamanho da família e o estágio no ciclo de vida familiar; e fatores ligados a propriedade rural, como o tamanho da propriedade e o grau de urbanização da região em que está localizada. Fennell (1981) apresentou possíveis fatores que dificultam a transferência da gestão da propriedade rural para uma próxima geração, entre eles está o aumento dos padrões educacionais com uma orientação para estudos não ligados à agricultura; oportunidade, variedade e disponibilidade de empregos para sucessores fora da propriedade rural; dificuldades econômicas enfrentadas para gerir a propriedade rural; incapacidade da atividade na propriedade rural para gerar renda adequada e crescente para o futuro; possibilidade de sucessores ganharem a vida satisfatoriamente fora da agricultura; e fatores relacionados ao tamanho da propriedade que poderiam indicar maior rendimento para a família (área física, unidades de trabalho, volume de produção).

Gasson (1988) adotou alguns dos fatores apontados por Fennel (1981) e incluiu outros como dificuldades para a sucessão rural: o tamanho pode sugerir que grandes propriedades oferecem melhor perspectiva de emprego e renda, suficiente para mais um indivíduo trabalhar e uma maior autonomia para se envolver gradualmente na gestão. Nas pequenas propriedades há menos decisões a serem tomadas e uma estreita proximidade entre pai e filho. Estes fatores podem dificultar a inclusão de um potencial sucessor no controle independente da propriedade rural e impactar negativamente na sucessão. Outro obstáculo é a dificuldade ou o desconforto em compartilhar a casa com os pais, podendo adiar um possível casamento, por algum tempo. Obstáculos para o retorno de filhos de proprietários rurais para a propriedade após os estudos, podem estar relacionados também a oportunidade do potencial sucessor experimentar outros estilos de vida, como trabalhar em outra atividade ao longo de sua vida e se recusar em retornar para o meio rural. A continuidade do negócio depende também de um fluxo de caixa

suficiente para atender necessidades de investimento e reinvestimento após deixar a gestão. E ainda, questões de gênero, dão espaço para discussões em relação a diferença dos sexos como fator influente na escolha de um sucessor (GASSON, 1988).

Posteriormente, estudos com o intuito de investigar a sucessão rural em diversos países reafirmaram as constatações de Fennel (1981) e Gasson (1973; 1988) e apresentaram fatores que contribuem ou não para o acontecimento do processo nas famílias rurais de acordo com a realidade de cada local. Estes estudos serão discutidos na seção 2.3.

2.3 Fatores que Influenciam a Sucessão Rural

Na discussão sobre a sucessão rural, literatura prévia aponta inúmeros fatores, de natureza psicológica, econômica, social que influenciam positiva ou negativamente para que o processo sucessório aconteça. Para isso, os autores pesquisaram diversos atores como o potencial sucessor, o sucessor, o sucedido, a família. Nesta seção, apresenta-se uma revisão destes estudos desenvolvidos em diversos locais do mundo.

Em uma área rural de *Estella* na Espanha, Aldanondo Ochoa *et al.* (2007) constataram que o processo sucessório tem menor probabilidade de acontecer devido a longas distâncias da propriedade de um centro urbano e por um maior nível de educação formal do filho/filha. Por outro lado, a probabilidade aumentou caso o proprietário possuía vários filhos e em propriedades com mais terra e capital fixo. Tais achados, para os autores, poderiam ser explicados pela dificuldade em combinar o trabalho na propriedade com um segundo emprego e pela busca por uma maior garantia de renda ou outra decisão que seja impactante no estilo de vida a ser adotado pelo sucessor.

Também na Espanha, em *Catalunha*, Góngora *et al.* (2019) por meio da visão de jovens, especialistas, pesquisadores, professores, representantes de associações e representantes do governo, apontaram caminhos existentes para incorporar jovens no setor pecuário: a) o tradicional, influenciado pela tradição familiar, experiência do sucessor, apoio e transmissão de conhecimento, habilidades, contatos e métodos; b) o neo-rural, se refere aos jovens, sem tradição, que desejam adotar um estilo de vida rural, buscando acesso à terra e assistência técnica; c) o de negócio, que considera a alternativa frente a crise econômica e almejam, a rentabilidade do negócio, treinamento em gestão e disponibilidade de serviços básicos na propriedade; d) o industrial, com a procura de avanços tecnológicos, patrimônio econômico e associação a outras empresas; e e) o agroecológico, que destaca o desejo em

manter a viabilidade, respeitar o meio ambiente e dar as mulheres papel de liderança. Estes caminhos mostraram a existência de inúmeras experiências quando se trata da introdução de jovens no setor pecuário (GÓNGORA *et al.*, 2019).

Nos Estados Unidos, Mishra *et al.* (2010) verificaram se as famílias rurais possuíam um plano de sucessão para a propriedade. Os autores identificaram que famílias que apresentavam acúmulo de riqueza, com proprietários rurais mais velhos, propriedade localizada em uma área propícia para a atividade e além disso, ter maquinários, ser produtiva e gerar capital influenciava positivamente em um plano sucessório; por outro lado, um maior nível educacional dos proprietários indicou menor possibilidade de ter plano sucessório, devido ao estímulo destes em enviar os filhos para cursar o ensino superior, não havendo retorno posteriormente. Os autores destacaram que tanto características agrícolas como familiares afetam a existência de um plano de sucessão para o negócio.

Nos Estados Unidos, em *Frederick Country, Maryland; Yamhill County, Oregon; Cache County, Utah; Kent County, Michigan; Forsythe e Hall Counties, Georgia; e Spencer e Shelby Counties, Kentucky*, Inwood *et al.* (2013) constataram que há diferença nos planos de sucessão de acordo com a geração e idade do proprietário rural. Um plano de sucessão tem menor chance de acontecer nas famílias com proprietários de primeira geração, por terem menos certeza sobre identificar e ter um sucessor disponível. Esta geração tem mais dificuldades em envolver os filhos no trabalho e menos recursos, conhecimento e habilidades agrícolas. Além disso, os proprietários de primeira geração e jovens acreditam ser cedo para discutir planos para passar o negócio. Um plano de sucessão pode estar assegurado nas famílias com proprietários de várias gerações, pois estes dão maior ênfase no desejo de manter a propriedade na família. Estes costumam socializar com seus filhos a vida agrícola; estruturam as operações para serem assumidas; e são mais inclinados a investir em terras e capital. Os autores mostraram que as diferenças quanto a fatores sociais, econômicos, não econômicos e de curso de vida das gerações influencia na gestão e persistência da propriedade rural.

Em três estados do sul da *Murray-Darling Basin*, na Austrália, Wheeler *et al.* (2012) pesquisaram proprietários rurais sobre a existência de um sucessor para o negócio. Constataram que a probabilidade de identificar um sucessor aumenta para propriedades rurais maiores, pela quantidade dos ativos e renda proveniente de fontes rurais; aumenta também, dependendo do tipo de produção (exemplo: arroz e cereais); para proprietários mais velhos e mais comprometidos com as tradições rurais. Em contrapartida, a probabilidade de identificar

um sucessor diminui em propriedades de laticínios e hortícolas e para proprietários mais novos, por não demonstrarem certeza sobre planos futuros e possuírem filhos mais jovens. Os autores concluíram que os fatores podem ser resumidos pelo tamanho e tipo de atividade da propriedade e pela idade e valores dos proprietários rurais. Além disso, ter um sucessor permite que sejam adotadas estratégias de expansão, como compra ou investimento em infraestrutura.

Na Irlanda, Cassidy e McGrath (2014) pesquisaram jovens descendentes de proprietários rurais que estavam na universidade. Os autores identificaram que mesmo que estes jovens não tivessem certeza quanto a se tornarem sucessores e considerarem o assunto uma preocupação futura, estes declararam se tratar de uma posição de gênero, em que, para o sexo masculino ser um sucessor é um caminho ideal ou natural de proceder; além disso, a responsabilidade que tinham de suportar, muitas vezes sendo um destino imposto, é algo que poderia causar ressentimento. Por outro lado, os jovens estavam preocupados com o futuro da propriedade, ressaltando a importância da familiaridade com a atividade, pois a identificação de um sucessor natural na família, aquele com maior interesse e paixão pela agricultura, resultaria em alívio e segurança para que o negócio continuasse.

Também na Irlanda, Conway *et al.* (2016) investigaram a relutância de agricultores em se aposentarem para realizar o processo sucessório na família. No estudo, foi levantado o questionamento de que a aposentadoria resultaria em perda da identidade pessoal e autoestima decorrentes do orgulho em ser agricultor; para a mudança no *status* social, em admitir a derrota em se aposentar perante a comunidade; e para a dificuldade para entregar a gestão e renunciar à posição como chefe do negócio. Os autores apontaram que uma alternativa positiva para a condição de aposentadoria, seria a oportunidade em permanecer ativos e produtivos, de modo a utilizar as experiências e habilidades no dia a dia da propriedade rural.

Ainda na Irlanda, Leonard *et al.* (2017) relacionaram a sucessão com a política vigente, pressupondo que incentivos financeiros poderiam determinar a transferência da propriedade rural. Os autores encontraram que a renda dos proprietários deveria aumentar, após os 66 anos de idade, devido à combinação da renda agrícola com a pensão do estado. Isto resultaria em um desincentivo para realizar o processo antes de sua morte, pois, mesmo que os jovens fossem encorajados a ingressar no setor rural, os sucedidos tenderiam a reter a propriedade em suas mãos. Este atraso pode fazer com que os sucessores não trabalhem na propriedade e não acumulem experiências necessária para geri-la futuramente. Ressaltou-se a importância de inclusão gradativa nas atividades realizadas.

Em uma escola rural na Suécia, Grubbstrom *et al.* (2014) investigaram jovens sucessores e destacaram que, para ocorrer a sucessão, alguns fatores poderiam influenciar o processo. Os resultados apontaram que negativamente havia as dificuldades financeiras que o processo pode acarretar, os conflitos dentro das famílias, as questões de gênero do sucessor, a expectativa em não desapontar os pais, perda de interesse quando não se sente útil na propriedade e não ter liberdade para escolher uma carreira. Contrariamente, a sucessão poderia ser impulsionada positivamente pelo profundo comprometimento do jovem com a agricultura, a disposição em assumir riscos e enfrentar desafios, estar envolvido no trabalho desde cedo, um bom relacionamento com os pais, ter um parceiro disposto a ser ativo na propriedade. Os autores consideraram que os jovens são influenciados por interesse, motivação, comunicação e laços sociais.

Também na Suécia, em *Uppsala County* e *Sodermanland County*, Joosse e Grubbstrom (2017) exploraram em jovens e proprietários rurais a influência positiva e negativa do respeito, do apoio e do legado na sucessão familiar. Foi identificado pelos autores, que o respeito era importante para equilibrar a relação entre sucedido e sucessor, pois os sucessores esperam tomar decisões e obter um espaço para assumir a propriedade. O sucedido espera que a experiência e o ponto de vista sejam reconhecidos, ou seja, ambas as partes esperam que seus conhecimentos e habilidades sejam respeitados. O apoio do sucedido representa um aprendizado na propriedade rural, para que sucessores continuem sendo ajudados após o processo e se sintam preparados para gerir o negócio. Por outro lado, caberia ao sucedido um limite para não se intrometer excessivamente. O legado, composto por ativos tangíveis e intangíveis, como construção, terra, produção, redes de relacionamento (vizinhos, banco, cooperativa etc.) poderia fornecer uma base para o novo membro ou provocar desconforto em impor que a mesma linha dos pais seja seguida (JOOSSE; GRUBBSTROM, 2017).

Em uma universidade agrícola em *Altai Krai* na Rússia, Bednaříková *et al.* (2016) pesquisaram jovens sobre a possibilidade de retorno ou não para a área rural em que a família se encontrava, o que pode caracterizar potenciais sucessores para propriedades rurais. Os autores encontraram que a decisão de não retorno era afetada pela procura por emprego não agrícola ou emprego em órgãos governamentais; pelo gênero do estudante, sendo que as do sexo feminino não estavam dispostas a trabalhar na agricultura; pela busca por melhores condições socioeconômicas de emprego, educação e saúde na área. Enquanto a decisão de retorno a atividade era influenciada positivamente pelo incentivo dos pais pela educação

agrícola; pelas famílias que estavam enraizadas na agricultura; pelo desejo em trabalhar na agricultura; pela disposição em morar em áreas rurais. Os fatores estavam relacionados aos antecedentes familiares, expectativas de emprego e qualidade de vida (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016)

No Brasil, Morais *et al.* (2017) ao analisarem potenciais sucessores verificaram que o processo sucessório sofre influência positiva da satisfação em cuidar da propriedade rural e da facilidade em gerenciar a propriedade, também, do desejo por comprar mais terra e de ser reconhecido profissionalmente. Evidenciaram também, a pressão que os filhos sofrem pelo pai e mãe neste processo. Os autores acrescentaram a relação destes fatores, com uma relutância em vender a propriedade da família, um apego emocional e um desejo de trabalhar no meio rural, porém, é importante que o governo e outras organizações desenvolvam programas direcionados aos sucessores destes negócios.

Como parte do mesmo projeto no Brasil, Morais *et al.* (2018) identificaram que a intenção em assumir a propriedade rural da família era influenciada positivamente e significativamente pelo tamanho das propriedades, mas não foi significativa para a idade e para o nível educacional dos potenciais sucessores. Além disso, os autores verificaram que os potenciais sucessores brasileiros manifestam intenção de assumir o negócio da família, acreditam possuir capacidade para assumir e são influenciados por pessoas próximas a eles.

Também no Brasil, no Rio Grande do Sul, Pessotto *et al.* (2019) investigaram proprietários e potenciais sucessores quanto a fatores que poderiam determinar uma sucessão intergeracional. Uma probabilidade maior de sucessão estaria relacionada ao incentivo dos pais, renda e mecanização, incluindo o encorajamento e participação na gestão, os investimentos feitos na propriedade e a renda anual da família. Entretanto, a falta de envolvimento dos sucessores nos negócios e a falta de discussão sobre sucessão e planejamento familiar contribuem para o não acontecimento do processo. Os autores acrescentaram que famílias que não estejam preocupadas com o assunto podem não obter sucesso em passar o negócio para a próxima geração (PESSOTTO *et al.*, 2019).

Também no Brasil, em um assentamento rural, Barbosa *et al.* (2020) identificaram o ponto de vista de mulheres rurais sobre fatores que poderiam facilitar que o lote da família fosse assumido. Os autores identificaram cinco pontos de vista que indicam facilidades para que as mulheres assumam o controle do lote: 1) a atratividade rural, que ressalta o gosto pelo estilo de vida rural e pela criação de uma identidade rural; 2) o apoio familiar que mostra o desejo pelo apoio de pessoas próximas, aceitação de sua opinião, bom relacionamento com

familiares; 3) o reconhecimento que indica a importância do reconhecimento profissional, especificando o trabalho das mulheres rurais; 4) as condições de trabalho e de vida que destaca aspirações de obter recursos para gerenciar o lote e um bom padrão de vida (recursos financeiros, acesso a crédito, lojas no assentamento, rodovias em boas condições, etc); 5) a autonomia financeira que inclui o desejo de ter condições e habilidades financeiras suficientes para gerenciar o lote. Os autores salientaram a necessidade de igualdade de gênero nas famílias, a criação de uma educação sobre o processo de sucessão rural e a necessidade do governo em prover infraestrutura e crédito como tópicos comuns para famílias rurais brasileiras (BARBOSA, *et al.*, 2020)

Em *Lombardy, Piedmont, Veneto, Emilia-Romagna e Campaniana* na Itália, Cavicchioli *et al.* (2018) constataram que a sucessão teria menor possibilidade de acontecer devido a questão de gênero, sendo menos provável para o sexo feminino; ao nível educacional mais alto do proprietário; a distância da propriedade de sua sede; e também pela proporção de terra arrendada. Enquanto a probabilidade maior de sucessão estaria positivamente relacionada a designação para o filho primogênito da família; ao aumento da idade do sucessor; ao número de potenciais sucessores, representando mais alternativas possíveis; a dimensão física e econômica da propriedade; e ao tempo de existência do negócio familiar. Os autores revelaram que o sucessor espera operar em propriedades rentáveis e com um ambiente estimulante e desafiador.

Em *Devon* na Inglaterra, Chiswell (2018) identificou que a sucessão pode não ocorrer quando potenciais sucessores passarem por experiências variadas, e muitas vezes incentivadas pelos próprios pais, como educação não relacionada a agricultura, trabalho não agrícola de médio prazo, período prolongado de viagem ao exterior, de modo a retardar à volta para a propriedade da família. Em contrapartida, a identificação precoce de um sucessor para o negócio, o envolvimento do sucessor na gestão e o compromisso com a história da família, caracterizam estímulos positivos para que o processo ocorra. Para que sucessores optem por continuar no negócio de suas famílias, a autora afirmou que estes esperam que a atividade venha a satisfazer as necessidades financeira, bem como no estilo de vida.

Na China, Zou *et al.* (2018) investigaram o que proprietários rurais sem sucessores iriam fazer com a sua terra. As soluções encontradas foram, primeiramente, arrendar a terra, seguido por não saber o que será feito, deixar a área ociosa, agrupar a terra e, por último, contratar mão-de-obra para se dedicar a produção. Os resultados mostraram que diante de uma forte dependência do rendimento agrícola, os produtores rurais são avessos a risco e

escolhem uma opção menos arriscada. Mesmo sem seguir a lógica dos demais estudos apresentados na seção, os achados dos autores indicaram que a falta de planejamento sucessório pode afetar a quantidade de terras para produção, sustentabilidade e segurança alimentar de um país.

A necessidade de iniciativas governamentais, direcionadas a sucedidos e sucessores, foi amplamente ressaltada nos estudos (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007; LOBLEY *et al.*, 2010; MISHRA *et al.*, 2010; BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016; LEONARD *et al.*, 2017; MORAIS *et al.*, 2017; MORAIS *et al.*, 2018; ZOU *et al.*, 2018; GÓRGORA *et al.*, 2019; BARBOSA, *et al.*, 2020). Lobley *et al.* (2010) reforçaram a indispensabilidade na compreensão clara do processo de sucessão rural familiar em países de todo mundo, em que as políticas devem considerar três aspectos: primeiro, medidas para aumentar a probabilidade de sucessão; segundo, medidas para incentivar a identificação de um sucessor e discussão sobre o processo, ambos precocemente; e terceiro, medidas para diminuir as barreiras de aposentadoria do sucedido; estas devem ser adequadas de acordo com as particularidades de cada local.

Diante do exposto no panorama mundial, as constatações da literatura foram compiladas na Figura 2, apresentando fatores que influenciam positiva ou negativamente a sucessão rural.

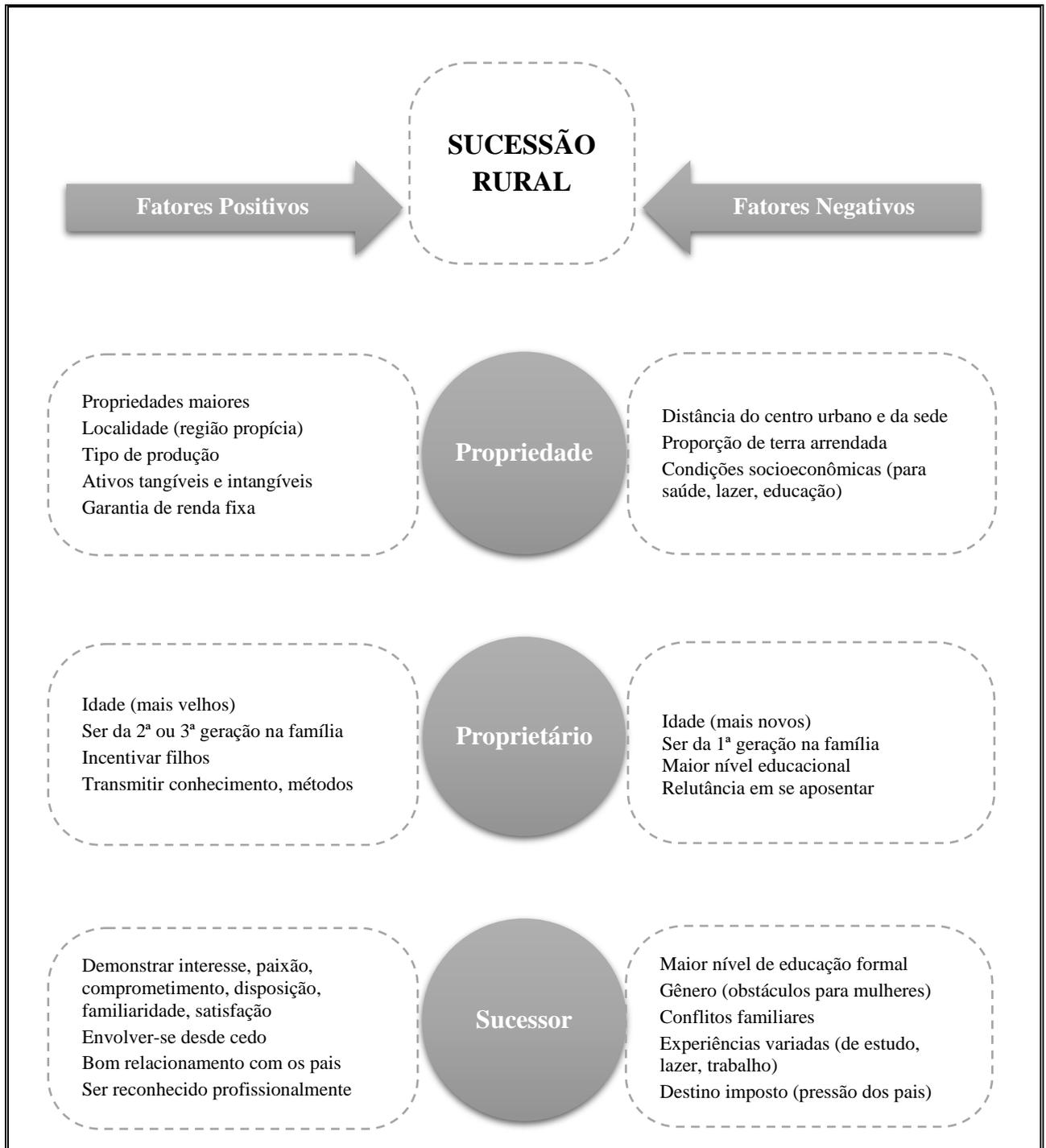


Figura 2: Fatores influentes em um processo de sucessão rural.
 Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A Figura 2 mostra que em um processo de sucessão rural há influência de três dimensões principais: propriedade, proprietário e sucessor. As dimensões abordadas foram reveladas no conteúdo da seção 2.3 e referem-se: as particularidades das propriedades rurais e os aspectos que impactam no acontecimento da sucessão rural; ao comportamento dos proprietários que destaca o papel de chefiar que o dono da propriedade adota para o acontecimento da sucessão rural; e a conduta de potenciais sucessores que mostra a

interferência de experiências, estímulos e escolhas próprias para o acontecimento da sucessão rural, reafirmando desta forma, a complexidade do processo para as famílias rurais.

CAPÍTULO III REFERENCIAL TEÓRICO

3. TEORIA DO APEGO

3.1 Origem e Consolidação

Desenvolvida pelo psicólogo e psiquiatra John Bowlby e pela psicóloga Mary Ainsworth, a Teoria do Apego visava explicar a formação de um forte vínculo entre mãe-bebê e se a ausência ou interrupção deste vínculo teria efeito na personalidade (AINSWORTH; BOWLBY, 1991). Bowlby elaborou os princípios básicos da teoria e Ainsworth possibilitou que algumas das ideias de Bowlby fossem testadas empiricamente (BRETHERTON, 1992).

Os autores desenvolveram trabalhos seminais. Bowlby apresentou uma trilogia sobre apego: *Attachment and loss: Attachment* (1969); *Attachment and loss: Separation* (1973) e *Attachment and loss: Loss, sadness, and depression* (1980). E Ainsworth realizou estudos longitudinais: *Infancy in Uganda* (1967); *Baltimore – Strange Situation* (1975-1976) (AINSWORTH; BOWLBY, 1991).

O apego foi definido como qualquer forma de comportamento resultante da proximidade que uma pessoa mantém com outro indivíduo (BOWLBY, 1980). Foi identificado que o estabelecimento de laços emocionais entre indivíduos é um componente básico da natureza humana que está presente da infância à velhice (BOWLBY, 2008).

A Teoria do Apego estava aberta a mudanças e a influência de novas abordagens (AINSWORTH; BOWLBY, 1991). As novas direções seguidas atrelaram-se aos avanços metodológicos e à associação com perspectivas teóricas complementares, como a transmissão intergeracional dos padrões de apego; o apego e as relações familiares; o apego e a cultura, entre outras (BRETHERTON, 1992).

A Teoria do Apego se concentrou na infância, entretanto, inúmeras relações são estabelecidas por seres humanos em diferentes estágios da vida e se mostraram importantes. Estas relações, de certa forma, estão associadas a um lugar, território, e podem despertar sentimentos e apegos como: os familiares e o lar, os vizinhos e o bairro, companheiros de fé e o templo religioso, colegas e o local de trabalho. E mesmo que padrões de apego pessoa-pessoa sejam distintos de padrões de apego pessoa-lugar, os lugares assumem significados na vida de um indivíduo (GIULIANI, 2003).

Constatou-se que além dos laços emocionais formados entre pessoas, um indivíduo também pode manifestar conexão com lugares específicos. Tal vínculo passou a ser abordado por diferentes disciplinas como geografia, sociologia e psicologia, e despertou atenção de pesquisadores. Psicólogos ambientais se concentraram em estudos sobre apego ao lugar (HIDALGO; HERNÁNDEZ, 2001).

Em suma, a Teoria do Apego revelou que indivíduos manifestam apego ao longo de toda a vida e tal sentimento pode ser moldado pelas circunstâncias vivenciadas. Posteriormente, ao relacionar novas perspectivas, surgiram estudos na tentativa de entender os laços emocionais estabelecidos entre uma pessoa e um lugar (HIDALGO; HERNÁNDEZ, 2001; GIULIANI, 2003; LEWICKA, 2008; MORGAN, 2010; SCANNELL; GIFFORD, 2010).

3.2 Desmembramento da Teoria

3.2.1 Apego ao Lugar

Os estudos sobre apego e lugar foram abordados em diferentes percepções, pontos de vista e disciplinas, como geografia, sociologia e psicologia (HIDALGO; HERNÁNDEZ, 2001; LEWICKA, 2008). Especificamente, na visão da psicologia ambiental, um ramo das ciências sociais, a temática visa relacionar características ambientais com o comportamento emocional de pessoas, a fim de evidenciar sentimentos que indivíduos venham desenvolver com lugares importantes em sua vida (HIDALGO; HERNÁNDEZ, 2001; LEWICKA, 2008; LEWICKA, 2011; MORGAN, 2010).

A palavra apego remete ao afeto e a palavra lugar ao ambiente em que a pessoa está emocionalmente ligada. Ressalta-se que um lugar constitui um espaço que tenha recebido significado por meio de processos pessoais, grupais ou culturais e pode ainda, ter distinção quanto a escala ou tamanho, tangível ou simbólico e conhecido ou desconhecido (ALTAMN; LOW, 1992).

As discussões sobre a relação que indivíduos desenvolvem com um determinado lugar iniciaram de diferentes formas: as consequências de uma realocação forçada (FRIED, 1963); o tempo de residência e laços criados com vizinhos (KASARDA; JANOWITZ, 1974); a ação da identidade ocupacional (PROSHANSKY, 1978); a dependência com o lugar (STOKOLS; SHUMAKER, 1981).

As constatações despertaram para pontos referentes ao efeito da perda de um lugar importante como modo de ruptura no relacionamento de alguém com o passado, presente e futuro. Tal efeito, implicaria em mudanças significativas de rotina, relacionamentos e expectativas criadas entre o indivíduo e o espaço em questão (FRIED, 1963). Como uma comunidade, seja bairro, comunidades locais ou áreas metropolitanas constituem um sistema de redes de amigos e parentesco, laços formais e informais e constante processo de socialização. Deste modo, uma forte relação com uma comunidade pode resultar do tempo de duração de residência, do estreitamento de laços formais entre as pessoas e do desenvolvimento de sentimento com a comunidade (KASARDA; JANOWITZ, 1974).

A criação de uma identidade pessoal pode estar baseada nas configurações dos lugares e espaços frequentados, sendo então, por meio de memórias, crenças, preferências, sentimentos, valores e habilidades comportamentais criada com o ambiente e também a atributos como tamanho, distância e paisagens do lugar. Desta forma, lugares como o lar, a escola e o espaço de lazer fornecem influências sociais e culturais para o eu (PROSHANSKY, 1978). Também, podem ser explicadas pelos atributos físicos e emocionais do ambiente como situações como a de permanecer ou não no lugar e da dependência de um indivíduo com um determinado lugar. Essa dependência pode ser desenvolvida pela avaliação da qualidade do lugar, pela comparação do lugar com outro para suas atividades e pela constatação da melhor alternativa entre os lugares disponíveis (STOKOLS; SHUMAKER, 1981).

Portanto, o lugar passou a ser visto não apenas como uma área geográfica resultante da ação humana, mas também, como um conjunto de elementos que podem moldar o comportamento (STOKOLS; SHUMAKER, 1982). Assim, se os elementos que compõem a relação entre um indivíduo e um lugar forem pensados como constituintes de uma estrutura formadora de um senso de lugar, considera-se a identidade abordando as crenças da relação entre o eu e o lugar; a dependência medindo o grau de percepção do comportamento em relação a lugares alternativos e enfim, o apego representando as conexões emocionais com o lugar (JORGENSEN; STEDMAN, 2001). Além disso, os aspectos que surgem da relação entre uma pessoa e um lugar apontam o papel das funções psicológicas, em um complexo de atitudes e comportamentos, como explicativas para a busca por bem-estar, para os vínculos de longo prazo, para as reações em caso de perda ou outro sentimento resultante do apego (GIULIANI, 2003).

O apego ao lugar se trata de um forte laço que as pessoas desenvolvem com um lugar específico, como onde nasceram e foram criadas (HIDALGO; HERNÁNDEZ, 2001). Um

vínculo formado entre um indivíduo ou grupo com um lugar em especial, sendo consideradas especificidades e características sociais ou físicas (SCANNELL; GIFFORD, 2010). Além disso, o vínculo pode se desenvolver em longo prazo (MORGAN, 2010) e pode ser resultante de fortes sentimentos de afeição por um lugar (LIN, 2014). As definições corroboram para que o apego ao lugar seja estabelecido como um construto que permite entender a forte vinculação/relação com um lugar especial (LEWICKA, 2008; SCANNELL; GIFFORD, 2010).

O apego ao lugar tem influência de indivíduos, grupos e culturas. O apego ao lugar pode estabelecer, por exemplo, sensação de segurança permitindo estímulos diários, oportunidades e o controle de aspectos da vida; pode conectar os indivíduos a amigos, parceiros, filhos e parentes; pode conectar pessoas a outras simbolicamente, por meio de lembretes da infância; e pode conectar indivíduos a outros por meio da religião ou cultura, associando lugares a valores e crenças (ALTAMN; LOW, 1992)

Deste modo, um lugar passível de despertar sentimento em um indivíduo pode ser representado pelo lar, local de trabalho, igreja, bairro, cidade, estado, país, ou qualquer outro sistema dentro de limites geográficos. Além disso, as redes sociais que funcionam nesses sistemas podem ser caracterizadas pelas relações com família, amigos, colegas de trabalho, companheiros de fé, vizinhos, entre outros que provoquem, de certo modo, um significado na vida (GIULIANI, 2003).

O sentimento de apego por um lugar pode ser fruto de diversas razões, simbolismos ou identidades (LEWICKA, 2008). Dentre os possíveis sentimentos, estão o amor pelo lugar, pesar em caso de venda, migração ou mudança, prazer em recordar experiências, segurança pela familiaridade criada e a influência na formação da identidade adulta, ou seja, um forte vínculo desenvolvido por experiências positivas (MORGAN, 2010).

Hidalgo e Hernández (2001) apresentam duas dimensões para o apego ao lugar: a social e a física. Na primeira, o apego ao lugar se forma por meio de relações em que os indivíduos constituem laços com as pessoas que vivem naquele lugar, por exemplo, com a vizinhança. Na segunda, o apego pode ser formado considerando todo o ambiente físico, como paisagem e construções (HIDALGO; HERNÁNDEZ, 2001).

Lin (2014) complementa que o apego ao lugar pode ser formado por aspectos sociais, culturais e físicos que engloba respectivamente, formas afetivas, funcionais e cognitivas. A forma afetiva de apego ao lugar é composta de memórias, lembranças, experiências positivas,

sendo um elo emocional criado a longo prazo. A forma funcional de apego ao lugar é composta pela atividade ou propósito pelo qual houve envolvimento com o lugar, seja o estilo de vida de morar e trabalhar, acesso a natureza, ou outras oportunidades. A forma cognitiva de apego ao lugar é composta pela proximidade com a história do lugar, possibilitando que um elo cognitivo seja criado pelo conhecimento dos valores socioculturais e naturais do local (LIN, 2014).

Os indivíduos não manifestam o mesmo grau de apego por lugares específicos (HIDALGO; HERNÁNDEZ, 2001). Os aspectos que formam o apego ao lugar não são mutuamente exclusivos e são influenciados por memórias e experiências construídas ao longo do tempo, isso explicaria o fato de indivíduos terem diferentes formas de apego por um mesmo lugar (LIN, 2014).

Com o passar do tempo os estudos sobre o apego ao lugar passaram a explicar diferentes situações como a identificação dos benefícios psicológicos do apego ao lugar na vida de um indivíduo (SCANNELL; GIFFORD, 2017). No desenvolvimento de um *software* que permita que dados sobre o apego ao lugar sejam coletados, armazenados e processados (MAGUIREA; KLINKENBERG, 2018). Para mostrar como o apego ao lugar pode explicar a intenção de turismo em locais (VADA *et al.*, 2019). Sobre a relação do apego ao lugar com a migração internacional (TRĄBKA, 2019). Em como a perda das características sociais e físicas do lugar afeta no grau de apego ao lugar do indivíduo (REESE *et al.*, 2019). Em como a necessidade de evacuação de um local, frente a riscos naturais, é afetada pelo apego ao lugar de indivíduos (ARICCIO *et al.*, 2020), entre outros. Os estudos sobre apego ao lugar convergiram para a fundamentação de um construto que visa compreender a relação pessoa-lugar em diversos contextos (SCANNELL; GIFFORD, 2013).

Como objetivo da presente tese, estudar o apego ao lugar no contexto rural permitirá a identificação de fatores que sejam influentes para que os indivíduos desenvolvam o sentimento pessoa-lugar, o apego à terra. Para tanto, a utilização de um modelo consolidado dará embasamento para que seja estruturado e empregado um modelo que traga elementos específico da realidade da sucessão rural. O modelo base está apresentado na seção 3.2.2.

3.2.2 O Modelo Tríplice de Apego ao Lugar de Scannell e Gifford

Scannell e Gifford verificaram que as definições sobre apego ao lugar eram dispersas na literatura, não sendo estabelecido um conceito. Com isso, os autores propuseram um modelo de apego ao lugar estruturado pelo arcabouço da literatura sobre o tema, ou seja, organizaram as principais definições encontradas na literatura com o objetivo de uma compreensão mais abrangente do construto (SCANNELL; GIFFORD, 2010). O modelo é apresentado na Figura 3 e a estrutura em questão é multidimensional, com a junção das dimensões pessoa, processo psicológico e lugar, tais dimensões consideram quem está apegado, como expressa o apego e ao que está apegado, respectivamente (SCANNELL; GIFFORD, 2013).

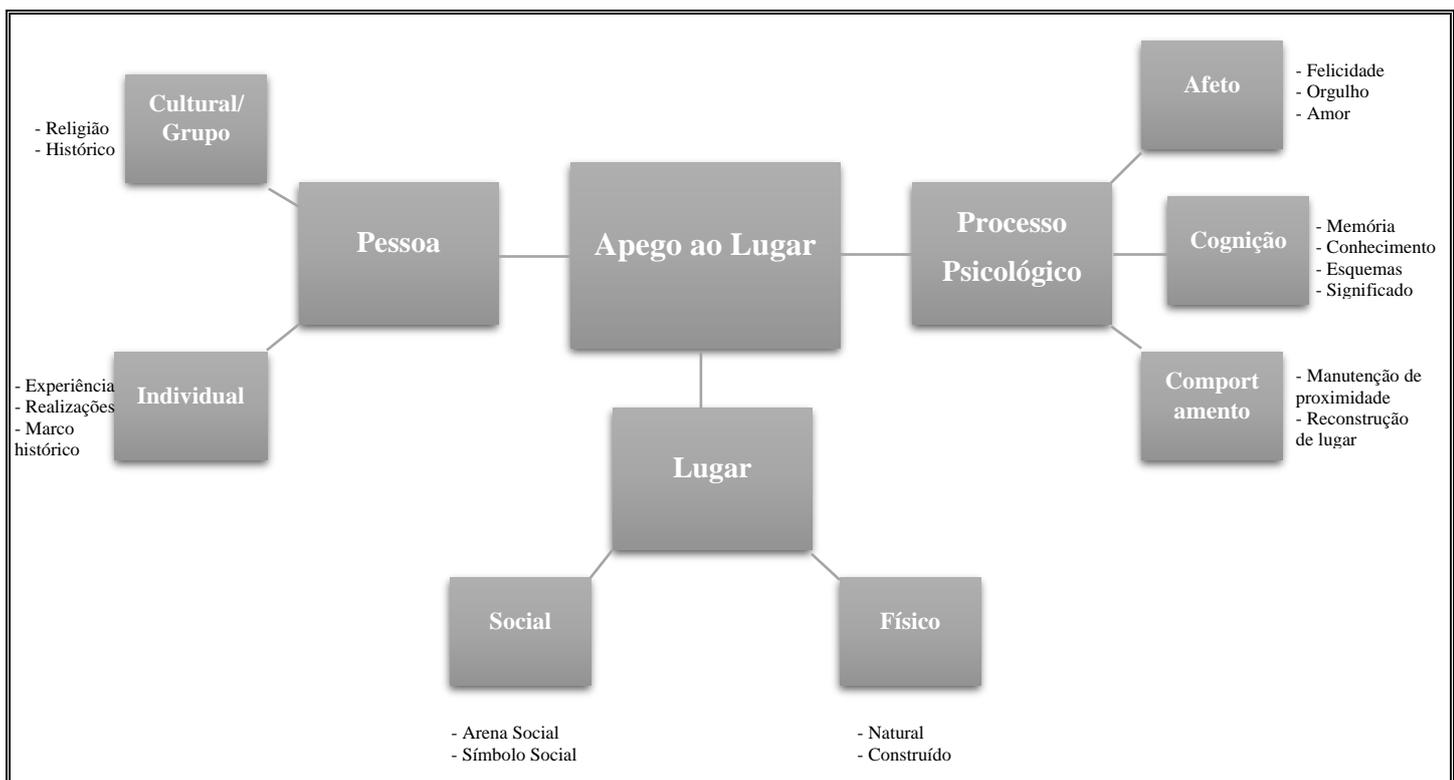


Figura 3: O modelo tríplice de apego ao lugar de Scannell e Gifford.
Fonte: Adaptado de Scannell e Gifford (2010; 2013).

As dimensões apresentadas na Figura 3 são detalhadas a seguir:

- Dimensão pessoa: ocorre no nível individual e de grupo. O primeiro envolve as conexões pessoais que se tem com um lugar e formam a base para o apego. O nível do grupo considera experiências comuns compartilhadas entre os membros, como para diferentes culturas, gêneros e religiões (SCANNELL; GIFFORD, 2010). O apego

individual considera as experiências e razões pessoais e eventos memoráveis ocorridos no local, enquanto no apego coletivo a significância do local é determinada por membros de um grupo (SCANNELL; GIFFORD, 2013).

- Dimensão processo psicológico: é a maneira pela qual indivíduos ou grupos se relacionam com o lugar. Dentre os aspectos psicológicos estão o afeto, cognição e comportamento. O afeto é explicado pela conexão emocional com o lugar, expressando sentimentos positivos como amor, felicidade, alegria, satisfação, orgulho. Elementos cognitivos formam uma representação mental do lugar que incluem a história do local, memórias, crenças, significados e conhecimentos que os indivíduos associam ao lugar, ou seja, são elementos que tornam aquele lugar especial. O elemento comportamental expressa o apego por meio de ações, como o desejo de permanecer perto, visitas constantes, manutenção, reconstrução e mudança para lugares semelhantes (SCANNELL; GIFFORD, 2010; 2013).
- Dimensão lugar: divide o apego em nível social e físico para explicar o que existe no lugar que causa apego. O apego social descreve laços criados com locais que apresentam interação social, como bairro, cidade, ou outro espaço; o apego físico se sustenta nas características físicas, seja, da natureza do ambiente, até as construções (SCANNELL; GIFFORD, 2010; 2013).

Em suma, as dimensões destacam a complexidade da relação indivíduo e lugar. Como a concepção do apego a lugares importantes é única para cada pessoa, por isso, o fato de uma ser mais forte ou evidente do que outra, é justificado (SCANNELL; GIFFORD, 2010; 2013).

A formação do apego ao lugar pode considerar a influência de fatores de nível individual, social e/ou físico. Os fatores individuais podem incluir o tempo de permanência no lugar; a identificação instantânea com um lugar; a frequência de mudanças; obter a posse do lugar; alguns indicadores sociais (renda, educação); o gênero; possibilidade de desenvolvimento; orientação sexual; personalidade. As características sociais podem abranger as interações sociais; conexão com outras pessoas da comunidade; semelhança ou diversidade com as outras pessoas da comunidade. Os recursos físicos podem englobar a qualidade da habitação; a situação das ruas e bairros; o tamanho da comunidade; escala espacial do local; e similaridade entre locais. Os aspectos culturais também podem ser influentes no grau de apego ao lugar (SCANNELL; GIFFORD, 2013).

A explicação para que este apego permaneça deve estar atrelada ao vínculo estabelecido concomitante com as dimensões propostas, remetendo a alguns dos fatores,

expostos por Scannell e Gifford (2013). Os vínculos mais comuns compreendem sobrevivência e segurança, apoio ao objetivo e continuidade temporal ou pessoal (SCANNELL; GIFFORD, 2010), sendo:

- Possibilidade de oferecimento de vantagem de sobrevivência como uma perspectiva de segurança para garantir proteção e para que necessidades sejam supridas pelo lugar. Isso pode ser criado pelo afeto positivo, aspectos cognitivos de risco reduzido e comportamentos de manutenção de proximidade (SCANNELL; GIFFORD, 2010).
- Possibilidade de alcançar seus objetivos como uma tradução do vínculo que o indivíduo cria com o lugar que viabilize a busca dos mesmos, seja por meio de condições ideais ou facilitando processos para atingi-los (SCANNELL; GIFFORD, 2010).
- Possibilidade de continuidade desse vínculo por meio de memórias e conexões com o passado. A necessidade está em preservar um lugar que esteja ligado a eventos importantes, a casa da infância, a uma pessoa que foi perdida, ou seja, uma parte da história pessoal (SCANNELL; GIFFORD, 2010).

O apego ao lugar pode resultar em benefícios para o indivíduo associados a formação e preservação de memórias; sentimento de pertencimento; proporcionar tranquilidade; despertar emoções e sentimentos positivos (alegria, amor); dar suporte a atividades; propiciar conforto físico e psicológico; oferecer oportunidades para o crescimento pessoal; permitir controle, autonomia e liberdade; fornecer entretenimento (novidade, diversão); permitir conexão com a natureza; oferecer praticidade (acesso a serviços e comodidade); garantir privacidade; e apresentar estética favorável (SCANNELL; GIFFORD, 2013).

Em contrapartida, o apego ao lugar também pode resultar em efeitos negativos causados por experiências e lembranças dolorosas; pela presença de pessoas opressoras; ou pelas condições precárias do local, como impactantes na vida do indivíduo (SCANNELL; GIFFORD, 2013).

Deste modo, o apego ao lugar pode ser formado pelas especificidades que caracterizam as dimensões pessoa, processo psicológico e lugar; sofrer influência de fatores individuais, sociais e/ou físicos; ser mantido por meio de implicações com os vínculos estabelecidos; e resultar em benefícios para o indivíduo.

Scannell e Gifford (2010) classificaram o modelo como simples, abrangente, recente⁴, integrativo e inclusivo para estabelecer o vínculo pessoa-lugar. Sobre a possibilidade de novas pesquisas, Scannell e Gifford (2010) mencionaram que o modelo poderia auxiliar no desenvolvimento de ferramentas de avaliação e categorização dos tipos de apego a locais. Para diferentes tipos de apego ao lugar, sugeriam pesquisas que definissem os determinantes do vínculo com o lugar e os fatores que emergem deste vínculo (SCANNELL; GIFFORD, 2010). Mais tarde, Scannell e Gifford (2017) expuseram a necessidade de expandir a compreensão das dimensões, revelando que o apego ao lugar pode variar pelas pessoas e características do local, como, aspectos demográficos, tipo de lugar e escala geográfica. Tal oportunidade será explorada neste estudo, onde a estrutura multidimensional pessoa-lugar-processo psicológico, definida pelos autores, será utilizada como suporte para a construção de um modelo, específico, para o lugar rural.

Para atingir os objetivos propostos no estudo, será incluída na estrutura multidimensional de Scannell e Gifford (2010; 2013) elementos do apego ao lugar rural e com ênfase para da sucessão rural, a fim de revelar, especificamente, como o apego pode ser formado em indivíduos afetados por esse processo. Sendo assim, será apresentado um construto de apego à terra na sucessão rural no capítulo IV.

⁴ Artigo publicado em 2010

CAPÍTULO IV

CONSTRUTO TEÓRICO

4. PROPOSTA DE ANÁLISE: CONSTRUTO DE APEGO À TERRA NA SUCESSÃO RURAL

4.1 Elaboração do construto

O construto foi embasado na literatura de sucessão rural e do apego ao lugar. Para encontrar elementos de apego ao lugar presentes no contexto rural foi realizada uma revisão bibliográfica. A revisão consistiu em uma análise em diferentes fontes. Os processos estão descritos no Apêndice A que detalha como aconteceu as pesquisas nas fontes acadêmicas. O objetivo foi a identificação de quais são os laços emocionais presentes na relação indivíduo e o lugar rural, o apego à terra presentes nestes materiais.

Para caracterizar o apego à terra, os achados da literatura acadêmica foram analisados e divididos em categorias de acordo com a literatura do construto apego ao lugar. O Quadro 1 apresenta as categorias de apego ao lugar rural presente em alguns dos artigos analisados.

Quadro 1: Categorias de apego ao lugar rural identificadas na literatura.

Artigo	Categorias apresentadas
Beyond Place Attachment: Land Attachment of Resettled Farmers in Jiangsu, China (XU <i>et al.</i>, 2019)	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente de Habitação - Cultura da Terra - Direitos da terra - Economia da Terra - Enraizamento da terra - Estilo de vida - Relacionamentos de aldeões
Density of resident farmers and rural inhabitants' relationship to agriculture: operationalizing complex social interactions with a structural equation model (BUNKUS <i>et al.</i>, 2020)	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente - Deixar local de residência - Duração de residência - Engajamento social - Identidade - Propriedade da terra - Significado de casa
Driving Forces for the Spatial Reconstruction of Rural Settlements in Mountainous Areas based on Structural Equation Models: A Case Study in Western China (ZHONG <i>et al.</i>, 2021)	<ul style="list-style-type: none"> - Atrativos externos - Desastres geológicos - Impulso interno - Coesão produtiva - Coesão de vida
How does resettlement policy affect the place attachment of resettled farmers? (XU <i>et al.</i>, 2021)	<ul style="list-style-type: none"> - Atributo agrícola - Enraizamento - Estado atual de integração da comunidade - Estimativa de política - Falta de comunidade reassentada - Melhoria da comunidade reassentada
Land Use Change and Farmers' Sense of Place in Typical Catchment of the Loess Hilly and Gully Region of China (LI <i>et al.</i>, 2021)	<ul style="list-style-type: none"> - Dependência de recursos naturais - Dependência de produção da terra - Dependência de vida - Dependência de estilo de vida - Apego social - Sentimento de pertencimento ao ambiente material - Senso de familiaridade com o ambiente material - Apego à cultura local - Reconhecimento de bela paisagem natural - Condições produtivas agrícolas - Infraestrutura rural - Sistema de gestão rural padronizado
'Old Trees Cannot Be Replanted': When Energy Investment Meets Farmers' Resistance (MARKUSZEWSKA, 2021)	<ul style="list-style-type: none"> - Identidade de lugar - Dependência de lugar - Relações emocionais com a terra - Paisagem agrícola - Vínculos com a comunidade
Place attachment as a factor of mountain farming permanence: A survey in the French Southern Alps (HINOJOSA <i>et al.</i>, 2016)	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente local - Atividade fora da fazenda - Família por perto - Lucro - Relações com a vizinhança não agrícola - Relações com os agricultores vizinhos - Satisfação com o trabalho - Significado do município - Sucessor - Tamanho da família
The farm as an educative tool in the development of place attachments among Irish farm youth (CASSIDY, 2017)	<ul style="list-style-type: none"> - Histórias fundamentais - Infraestrutura física da fazenda - Memórias dos pais

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Partiu-se de categorias pré-estabelecidas nos artigos analisados e após a leitura e a análise dessas categorias, seis categorias de apego à terra foram identificadas para a elaboração do construto. As categorias emergiram conforme repetição de conteúdo no material explorado e foram definidas como: ambiente, comunidade, enraizamento, família, retorno financeiro e vida rural. Nas categorias propostas foi realizada a incorporação de questões sobre a sucessão rural relacionadas a como o processo poderia se conectar as categorias de apego à terra. O conteúdo do construto está apresentado a seguir:

- **AMBIENTE**

A categoria ambiente trata do espaço físico em que a propriedade rural está localizada, incluindo características naturais e fixas (campo, árvores, casa, galpão, cerca) (CHESHIRE *et al.*, 2013). Envolve a moradia e o ambiente natural (XU *et al.*, 2019), a distinção e a estrutura (HINOJOSA *et al.*, 2016), e a paisagem física (CASSIDY, 2017) da propriedade rural. O apego à terra pode ser resultado da interação entre as pessoas e o ambiente em que vivem (XU *et al.*, 2021).

Para isso, a formação do apego à terra estará atrelada a busca por natureza, paisagens, espaço, boa localização para cumprir com os objetivos de ganhar a vida na propriedade rural (BALDWIN *et al.*, 2017). Este tipo de relação baseada na satisfação com o ambiente ajuda na construção de relacionamentos profundos com a propriedade rural, explicados por exemplo, pelas experiências vividas na infância (CASSIDY, 2017).

Considera-se que casas mais espaçosas e o ambiente natural são favoráveis para a vida rural (XU *et al.*, 2019). A região ou o local em que a propriedade está localizada e também a crença de que tal lugar é único ou excepcional indicam motivos para torná-lo especial (HINOJOSA *et al.*, 2016). O espaço da propriedade rural pode ser visto, não apenas para fins de trabalho, mas também, para lazer (CHESHIRE *et al.*, 2013).

Deste modo, há um desejo em manter a propriedade rural em sua essência e fazer somente as transformações necessárias, preservando o ambiente que tem um significado especial para os membros das famílias rurais (CASSIDY, 2017). Por outro lado, o cotidiano de proprietários rurais, muitas vezes, acontece com ações realizadas na paisagem rural. Tal situação pode fazer com que a paisagem rural não seja admirada, sendo o foco mantido no trabalho e rotinas diárias de plantações e animais (MARKUSZEWSKA, 2021)

Para o apego à terra a categoria ambiente pode ser resumida pela relevância do ambiente na propriedade rural. No acontecimento da sucessão rural elementos ambientais importantes podem estar relacionados a localização da propriedade rural, sendo área propícia para a atividade adotada (MISHRA *et al.*, 2010; WHEELER *et al.*, 2012; INWOOD *et al.*, 2013) e o respeito ao meio ambiente onde está inserida (GÓNGORA *et al.*, 2019).

▪ **COMUNIDADE**

A categoria comunidade contempla as relações com moradores (XU *et al.*, 2019), vizinhança (HINOJOSA *et al.*, 2016) da comunidade ou entorno da propriedade rural. Estas são as relações formais e informais que conectam os proprietários na comunidade (CHESHIRE *et al.*, 2013). Interações sociais podem ser então uma forma de apego à zona rural (BUNKUS *et al.*, 2020).

O apego à terra pode ser formado pelas relações que compõem uma estrutura social entre proprietários rurais e outras pessoas a sua volta (XU *et al.*, 2019). Estas relações podem ser construídas em torno da área geográfica, em áreas de interesse ou em ambas as áreas. Neste meio, busca-se valores e reciprocidade dos produtores, objetivos coletivos para realizar metas ou trabalhar em conjunto e aprendizagem social para permitir compartilhamento de conhecimento e troca de informações (BALDWIN *et al.*, 2017).

Nesta perspectiva, manter uma boa ou excelente relação com outros proprietários rurais aumentará o apego à terra dos indivíduos (HINOJOSA *et al.*, 2016). Para os proprietários rurais é importante passar uma impressão positiva aos habitantes não rurais, pois tal impressão poderia combater, muitas vezes, a imagem pouco atraente da agricultura (BUNKUS *et al.*, 2020).

A categoria comunidade indica que o apego à terra pode ser formado pelo envolvimento e aceitação do indivíduo rural no meio em que está inserido. Podendo ser exemplificado pelo envolvimento social em clubes locais (esporte, pesca), na igreja local, escola local (BUNKUS *et al.*, 2020).

Em suma, para o apego à terra a categoria comunidade indica que pode ser formado pelo envolvimento e aceitação do indivíduo rural no meio em que está inserido. No processo sucessório, a sua concretização pode ter a atuação das redes de relacionamento criadas entre os indivíduos rurais e outras pessoas, como vizinhos da propriedade rural, bancos frequentados e cooperativas agrícolas (JOOSSE; GRUBBSTROM, 2017).

▪ ENRAIZAMENTO

A categoria enraizamento se refere às emoções e aos costumes e tradições (XU *et al.*, 2019), sentimento de herança de seus ancestrais, raízes pessoais (XU *et al.*, 2021) às memórias (CASSIDY, 2017) de indivíduos com a propriedade rural. Os laços afetivos com a propriedade rural podem ser formados pelo tempo de residência no local, laços pessoais, história familiar, rotina e lembranças (CHESHIRE *et al.*, 2013).

O proprietário rural considera o lugar como um local com um vínculo emocional, trata-se de um sentimento subjetivo desenvolvido (XU *et al.*, 2021). O apego à terra pode constituir-se de memórias, saudade e sentimento de perda, e costumes, festivais e celebrações que possam estabelecer uma conexão forte duradoura com a terra (XU *et al.*, 2019). Além destes, o enraizamento pode ser manifestado por sentimentos positivos como o de amor pelo lugar e a paixão pela terra (BALDWIN *et al.*, 2017).

Nesta linha, o apego aumenta com o tempo de permanência do indivíduo na propriedade rural (XU *et al.*, 2019; MARKUSZEWSKA, 2021; XU *et al.*, 2021) e também, se aprofunda pela história e ancestralidade (CHESHIRE *et al.*, 2013). Assim, famílias agrícolas estabelecidas há várias gerações na propriedade rural, estão conectadas a terra pela ancestralidade e provocam sentimento de enraizamento no indivíduo (STOCKDALE; FERGUSON, 2020; MARKUSZEWSKA, 2021). Quando uma propriedade rural é gerida por uma mesma família há muitos anos, a terra torna-se importante tanto por razões sentimentais quanto emocionais. (MARKUSZEWSKA, 2021).

Constatou-se que a experiência na terra é formadora de um forte apego ao lugar, refletindo em idosos que acreditam ser gente do campo; jovens que possuem pouco entusiasmo pela vida rural, mas tem acesso a descrições, livros e mídias dos mais velhos; e pessoa de meia-idade que dividem a vida entre o trabalho rural e um emprego não agrícola na cidade (XU *et al.*, 2021). Proprietários rurais de segunda ou terceira geração, de uma propriedade estabelecida pelos pais ou avós, são mais propensos a apresentar apego à terra (CHESHIRE *et al.*, 2013). Estes também podem manifestar um comportamento de dono exclusivo da terra, em consequência de uma combinação de propriedade psicologia e legal da terra (MARKUSZEWSKA, 2021).

As memórias dos proprietários rurais podem ainda, ser uma importante ferramenta de transmissão de normas e responsabilidades para a próxima geração. Tais memórias podem

ênfatisar esforços, trabalho duro e sacrifícios na formação do legado da família e, consequentemente, despertar em indivíduos uma conexão duradoura com a propriedade rural (CASSIDY, 2017).

No apego à terra a categoria enraizamento aponta que o vínculo pode emergir por meio de diferentes sentimentos. No acontecimento da sucessão rural pode estar relacionado a existência de famílias enraizadas no meio rural (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016) e que tenham o negócio familiar a um bom tempo (CAVICCHIOLI *et al.*, 2018). Para isso, a possibilidade do envolvimento do filho na gestão da propriedade rural desde cedo (INWOOD *et al.*, 2013; GRUBBSTROM *et al.*, 2014; LEONARD *et al.*, 2017; GÓNGORA *et al.*, 2019; PESSOTTO *et al.*, 2019), e o reconhecimento pelo trabalho realizado na propriedade rural da família (MORAIS *et al.*, 2017; BARBOSA, *et al.*, 2020), são alguns fatores que permitem que o filho se sinta preparado para gerir o negócio da família (GRUBBSTROM, 2017). Diferentes sentimentos podem despertar nos filhos no processo de sucessão rural, entre eles estão, o interesse e paixão pela agricultura (CASSIDY; McGRATH, 2014); ter satisfação ou compromisso em cuidar da propriedade rural da família (MORAIS *et al.*, 2017; CHISWELL, 2018); e demonstrar desejo natural em trabalhar na agricultura (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016);

▪ FAMÍLIA

A categoria família abrange o tamanho e as relações familiares entre os sucessores (HINOJOSA *et al.*, 2016), as questões de gênero (CASSIDY, 2017) das famílias rurais. O apego à terra pode ser formado pela presença de familiares como cônjuge e filhos. Além disso, indivíduos que estejam mais preocupados com o futuro das atividades agrícolas têm menos possibilidade de abandonar sua terra (HINOJOSA *et al.*, 2016). O apego à terra é apontado como motivo para permanência dos filhos na propriedade rural, podendo despertar familiarização, a vontade própria e o sentimento de pertencimento (STOCKDALE; FERGUSON, 2020).

As relações que são construídas com o local incorporam a transmissão de um legado familiar de gerações passadas, presentes e futuras, refletindo em conhecimento profundo, preservação de histórias e responsabilidade com a propriedade rural (CASSIDY, 2017).

Nas famílias rurais, o gênero dos filhos pode indicar algumas diferenças, pois ao sexo masculino, muitas vezes, atribui-se uma responsabilidade em manter a propriedade rural

dentro da família (CASSIDY, 2017; STOCKDALE; FERGUSON, 2020), fazendo com que tenham que adaptar seus planos em função desta obrigação, resultando em um apego formal à terra (CASSIDY, 2017). Enquanto no caso do sexo feminino, já que não costumam carregar as mesmas funções, o apego à terra deve se manifestar de outra maneira, como por exemplo, pela socialização e lealdade (CASSIDY, 2017) ou o desejo de ter familiares nas proximidades e o desejo de permanecer perto dos pais e até no futuro proporcionar aos filhos oportunidade de crescer na propriedade rural (STOCKDALE; FERGUSON, 2020).

No entanto, quando os pais não deram continuidade no negócio dos avós como uma quebra na linhagem, os filhos se consideram liberados de qualquer obrigação para começar o negócio rural em outro lugar (CHESHIRE *et al.*, 2013).

Em síntese, a categoria família mostra que o apego à terra pode ser influenciado pelas relações familiares dos indivíduos rurais. No processo sucessório, vários são os fatores familiares que podem influenciar a ocorrência do processo, algumas questões envolvem o número de filhos (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007; CAVICCHIOLI *et al.*, 2018); gênero dos filhos (CASSIDY; McGRATH, 2014; GRUBBSTROM *et al.*, 2014; BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016; CAVICCHIOLI *et al.*, 2018; GÓNGORA *et al.*, 2019); educação dos filhos, (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007; MISHRA *et al.*, 2010; CHISWELL, 2018); o trabalho dos filhos (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016; CHISWELL, 2018); e a idade do proprietário rural (MISHRA *et al.*, 2010; WHEELER *et al.*, 2012; INWOOD *et al.*, 2013). Entretanto, questões mais complexas abrangem a aceitação do proprietário rural pela aposentadoria (CONWAY *et al.*, 2016; LEONARD *et al.*, 2017); experiência, habilidades, conhecimento dos filhos (INWOOD *et al.*, 2013; GÓNGORA *et al.*, 2019); a identificação precoce de um sucessor na família (CASSIDY; McGRATH, 2014; CHISWELL, 2018); a discussão e planejamento na família sobre a sucessão rural (INWOOD *et al.*, 2013; PESSOTTO *et al.*, 2019); e o apoio, pressão, conflitos e relacionamento com a família e com pessoas próximas (GRUBBSTROM *et al.*, 2014; MORAIS *et al.*, 2017; MORAIS *et al.*, 2018; BARBOSA, *et al.*, 2020).

▪ **RETORNO FINANCEIRO**

A categoria retorno financeiro compreende as despesas e receitas (XU *et al.*, 2019), economia da terra (XU *et al.*, 2021) e também, a atividade e rentabilidade, (HINOJOSA *et al.*, 2016) oriundos das atividades na propriedade rural. Considera-se que o grau de apego à terra está associado a atividade agrícola desenvolvida (BUNKUS *et al.*, 2020). A categoria diz respeito ao retorno obtido com o trabalho que é realizado na propriedade rural, sendo, que a

dependência do indivíduo de sua renda agrícola há de aumentar o seu apego à terra (STOCKDALE; FERGUSON, 2020; XU *et al.*, 2021).

Para a formação do apego à terra será considerada a renda proveniente da propriedade rural e também, os incentivos governamentais (XU *et al.*, 2019) para estar na terra e suprir as necessidades individuais e familiares. A relação com a agricultura pode ser afetada por regulamentações governamentais, mudanças agrícolas, ou medidas que tirem o direito de produtores rurais regionais (BUNKUS *et al.*, 2020). Ressalta-se que o grau de satisfação do proprietário rural com uma implementação de políticas pode aumentar seu apego pela terra (XU *et al.*, 2021).

Li *et al.* (2021) constataram que a terra é importante para os moradores, pois é considerada uma garantia final de subsistência, onde, quando mais velhos e impossibilitados de trabalhar, eles contam com a terra para sobreviver. Tal comportamento está ligado ao apego ao lugar (LI *et al.*, 2021). Nesta linha, os produtores rurais tendem ainda, a proteger suas terras contra mudanças indesejadas sejam elas quaisquer ações que podem afetar sua propriedade rural (MARKUSZEWSKA, 2021).

Por outro lado, a atividade rural, em si, pode resultar em renda reduzida, consumir mais tempo, demandar vasta experiência, ter conhecimento e realizar atividades físicas, preocupar-se com clima, mercado e política e realizar um crescente investimento em máquinas e suprimentos (XU *et al.*, 2019), indicando diferentes preocupações que o indivíduo pode ter.

A categoria retorno financeiro, resumidamente, mostra que o apego à terra pode advir dos resultados que o indivíduo obtém com o trabalho na propriedade rural. Na sucessão rural as condições econômicas ligadas ao acontecimento do processo incluem o capital acumulado (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007; MISHRA *et al.*, 2010; GÓNGORA *et al.*, 2019); o tamanho da propriedade rural (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007; WHEELER *et al.*, 2012; MORAIS *et al.*, 2018); a proporção de terras arrendadas (CAVICCHIOLI *et al.*, 2018); os ativos tangíveis e intangíveis da propriedade – maquinário, assistência técnica, (WHEELER *et al.*, 2012; GRUBBSTROM, 2017; GÓNGORA *et al.*, 2019; PESSOTTO *et al.*, 2019); a renda proveniente da propriedade rural (MISHRA *et al.*, 2010; WHEELER *et al.*, 2012; GÓNGORA *et al.*, 2019; PESSOTTO *et al.*, 2019; BARBOSA, *et al.*, 2020); e ter a possibilidade de investir na terra (INWOOD *et al.*, 2013; BARBOSA, *et al.*, 2020).

▪ VIDA RURAL

A categoria vida rural diz respeito à segurança e liberdade (XU *et al.*, 2019) que a vida na propriedade rural oferece. O apego à terra pode ser formado quando os indivíduos considerem que estar na propriedade rural pode ser um ótimo estilo de vida (CHESHIRE *et al.*, 2013), e que é capaz de oferecer maior segurança para crianças e idosos, além de paz na vida pessoal (XU *et al.*, 2019). Considera-se também, questões relacionadas a saúde, segurança, qualidade da habitação, transporte, comodidade do dia a dia (XU *et al.*, 2021).

Em alguns casos, o sentimento do apego é expresso pelo cultivo de árvores, melhorar pastagem, criar um lar para as crianças, usar o espaço para lazer e também como um local para aprender sobre a vida selvagem e natural (BALDWIN *et al.*, 2017). A vida rural pode também, ser uma alternativa de menor custo e com mais conforto quando comparado a áreas urbanas e fatores como poluição, pressões cotidianas e trânsito (XU *et al.*, 2019).

Por outro lado, há proprietários que preferem separar casa e local de trabalho, optando por morar na cidade mais próxima e administrar o negócio sem residir na propriedade rural. Essa decisão pode incluir também o cônjuge ter um trabalho não agrícola e os filhos estudarem em uma escola na cidade (CHESHIRE *et al.*, 2013).

Porém, a preferência pelo estilo de vida rural pode ser ameaçada gradualmente quando moradores rurais saem para trabalhar e se mudam para cidades, de maneira que um novo conceito de vida é adotado (LI *et al.*, 2021). Locais com melhor infraestrutura, incluindo melhores condições médicas, abastecimento de água e energia e, o contato com outras pessoas, culturas e modo de vida, podem funcionar como atrativos externos para famílias rurais. Este fato mostra que as pessoas podem impor exigências cada vez mais alta na hora da escolha por um local para sua residência (ZHONG *et al.*, 2021).

Em síntese, a categoria vida rural indica que o apego à terra pode ser formado pelo estilo de vida na propriedade rural. No processo sucessório fatores como a distância podem interferir, seja a distância da propriedade rural de um centro urbano (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007) e a distância da entrada da propriedade e sua sede (CAVICCHIOLI *et al.*, 2018). Porém, destaca-se o desejo em adotar um estilo de vida rural (GÓNGORA *et al.*, 2019; BARBOSA, *et al.*, 2020) e/ou em morar em áreas rurais (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016), e/ou em trabalhar no meio rural (MORAIS *et al.*, 2017). Ainda assim, os indivíduos possuem vontade em ter um bom padrão de vida (BARBOSA, *et al.*, 2020), com a disponibilidade de

serviços básicos (GÓNGORA *et al.*, 2019) e que incluam boas condições socioeconômicas, como educação e saúde (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016).

Para conectar as categorias de apego à terra e a sucessão rural, a Tabela 1 apresenta uma síntese de como o apego à terra pode ser manifestado e como os fatores influentes no processo sucessório podem ser introduzidos em cada uma das seis categorias. Os indícios mostram diferentes maneiras de se formar um laço emocional entre o indivíduo e a terra e a sua relação com o processo sucessório.

Tabela 1: Evidências da literatura

	Categorias	Indícios de Apego ao Lugar Rural	Indícios da Sucessão Rural
Apego à Terra	Ambiente	Gostar do ambiente em que a propriedade está – ambiente natural e/ou físico	O local onde a propriedade rural está pode trazer vantagens ou desvantagens na visão do indivíduo
	Comunidade	Bons relacionamentos criados com vizinhos e também da comunidade	A criação de laços sociais com pessoas do meio rural fortalece o interesse do indivíduo
	Enraizamento	Formação de laços duradouros com a vivência na propriedade rural	Os sentimentos despertados pela propriedade rural podem moldar os indivíduos para uma identidade rural
	Família	Influência de gerações passadas e presentes nos indivíduos rurais	A composição das famílias pode induzir o processo rurais
	Retorno Financeiro	Resultados financeiros com o trabalho realizado na propriedade rural	Os indivíduos almejam poder de decisão e uma situação financeira favorável no negócio
	Vida Rural	Gostar do estilo de vida na propriedade rural	Os indivíduos precisam se adaptar a estrutura oferecida no meio rural

Fonte: Elaborada pela autora com base na literatura (2021).

Por fim, diante destes achados na literatura acadêmica estrutura-se um construto de apego à terra na sucessão rural. O modelo está embasado pela estrutura multidimensional de

Scannell e Gifford (2010; 2013) (ver Figura 3), e incorpora as seis categorias aqui identificadas – ambiente; comunidade; enraizamento; família; retorno e vida rural e os fatores influentes em um processo de sucessão rural (item 2.3). Estas são distribuídas nas três dimensões do modelo original: lugar; pessoa e processo psicológico, conforme as semelhanças apresentadas na literatura.

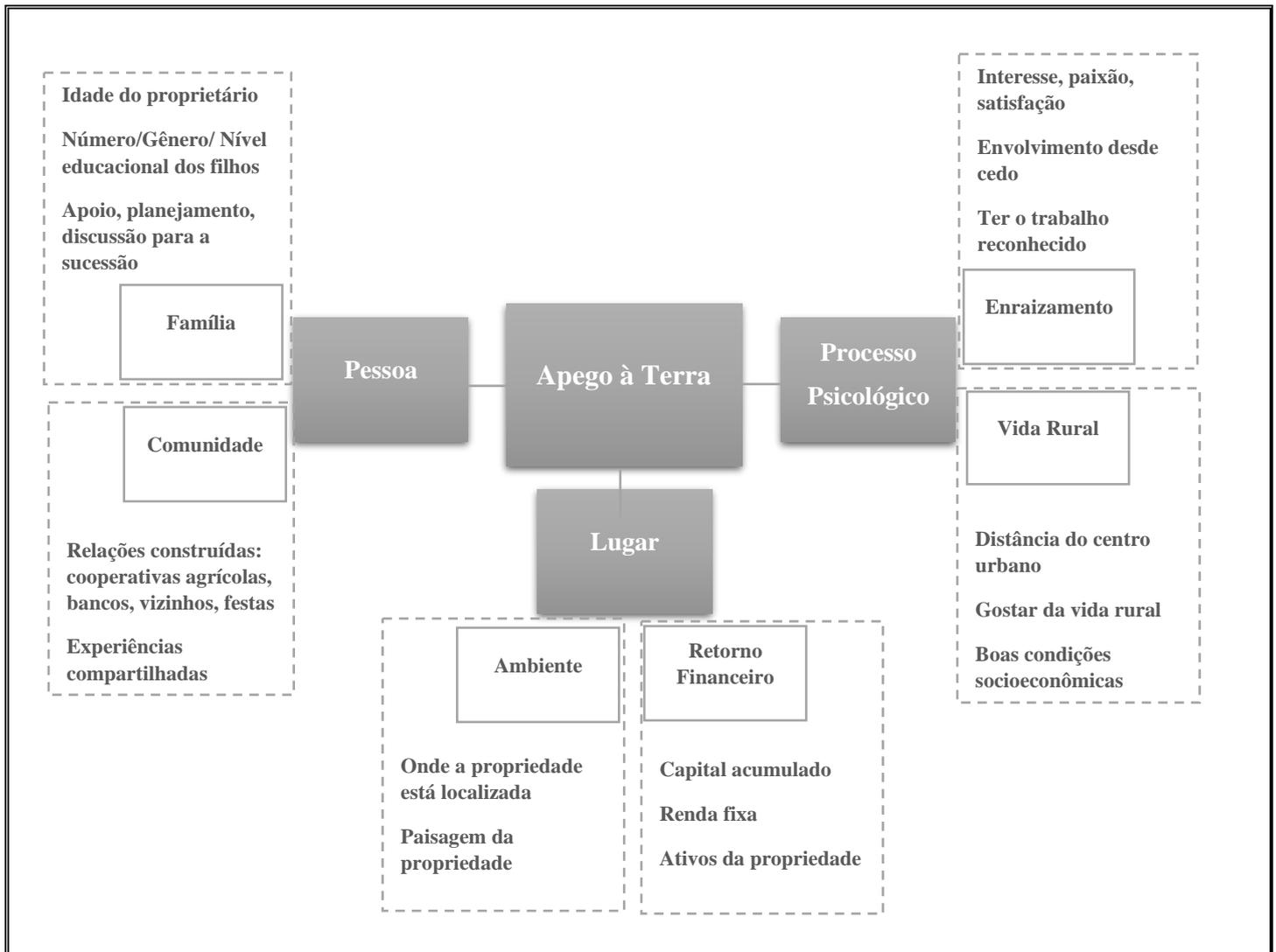


Figura 4: Proposição do construto de apego à terra na sucessão rural.
Fonte: Baseado em Scannell e Gifford (2010; 2013).

No contexto do apego à terra, a dimensão pessoa englobou as categorias família e comunidade e as variáveis de sucessão rural que apresentam relações entre indivíduos do meio rural; a dimensão lugar reuniu as categorias ambiente e retorno financeiro e as variáveis de sucessão rural que revelam relações do indivíduo com a terra; e a dimensão processo psicológico envolveu as categorias enraizamento e vida rural e as variáveis de sucessão rural que apresentam a relação entre o indivíduo rural e a propriedade rural. Posteriormente, o

modelo para apego à terra será utilizado para fundamentar as próximas etapas quanto a categorização dos diferentes laços emocionais que indivíduos desenvolvem com o lugar rural.

CAPÍTULO V METODOLOGIA

5. ETAPAS DE PESQUISA

O presente estudo se enquadra como pesquisa qualitativa com abordagem dedutiva. Pesquisas qualitativas utilizam-se de texto como material, da construção social das realidades, de representar opiniões, perspectivas, práticas do dia a dia e conhecimento dos participantes, para explicar o comportamento humano, e ainda, tentar utilizar várias fontes de evidência (FLICK, 2008; YIN, 2016). Uma abordagem dedutiva permite que o pesquisador parta de conceitos ou categorias estabelecidas para a definição dos dados relevantes para a coleta (YIN, 2016). A pesquisa será de natureza interpretativista, pela possibilidade de analisar o fenômeno a partir de quem o vivência, sendo os dados formados por interações, experiências e contato direto com o objeto estudado e permite que a realidade seja retratada de maneira verdadeira (VIEIRA; RIVERA, 2011).

Para entender o fenômeno da sucessão rural pelas lentes do apego à terra foram realizadas entrevistas com filhos de proprietários rurais. Com isso, pretendeu-se analisar o construto de apego à terra na sucessão rural com a finalidade de constatar quais categorias (ambiente, comunidade, enraizamento, família, retorno financeiro e vida rural) de apego à terra e quais variáveis da sucessão rural estão presentes no processo sucessório. Para isso, foram realizadas as etapas: 1) entrevistas semiestruturadas sobre a relação de indivíduos com propriedades rurais baseando-se no construto de apego à terra na sucessão rural; 2) exploração de diferenças e semelhanças de vínculos estabelecidos entre os filhos baseando-se no construto de apego à terra na sucessão rural; 3) identificação das relações formadas entre as categorias de apego à terra e seu efeito nos filhos de proprietários rurais. Com isso, a construção teórica e a validação empírica tiveram a finalidade de compreender como o apego à terra se configura no contexto da sucessão rural.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e obteve aprovação (Certificado de Apresentação Ética número 48000621.2.0000.0021) para garantir integridade na realização das entrevistas com seres humanos.

Apresenta-se a sintetização da estrutura da tese na Figura 5:

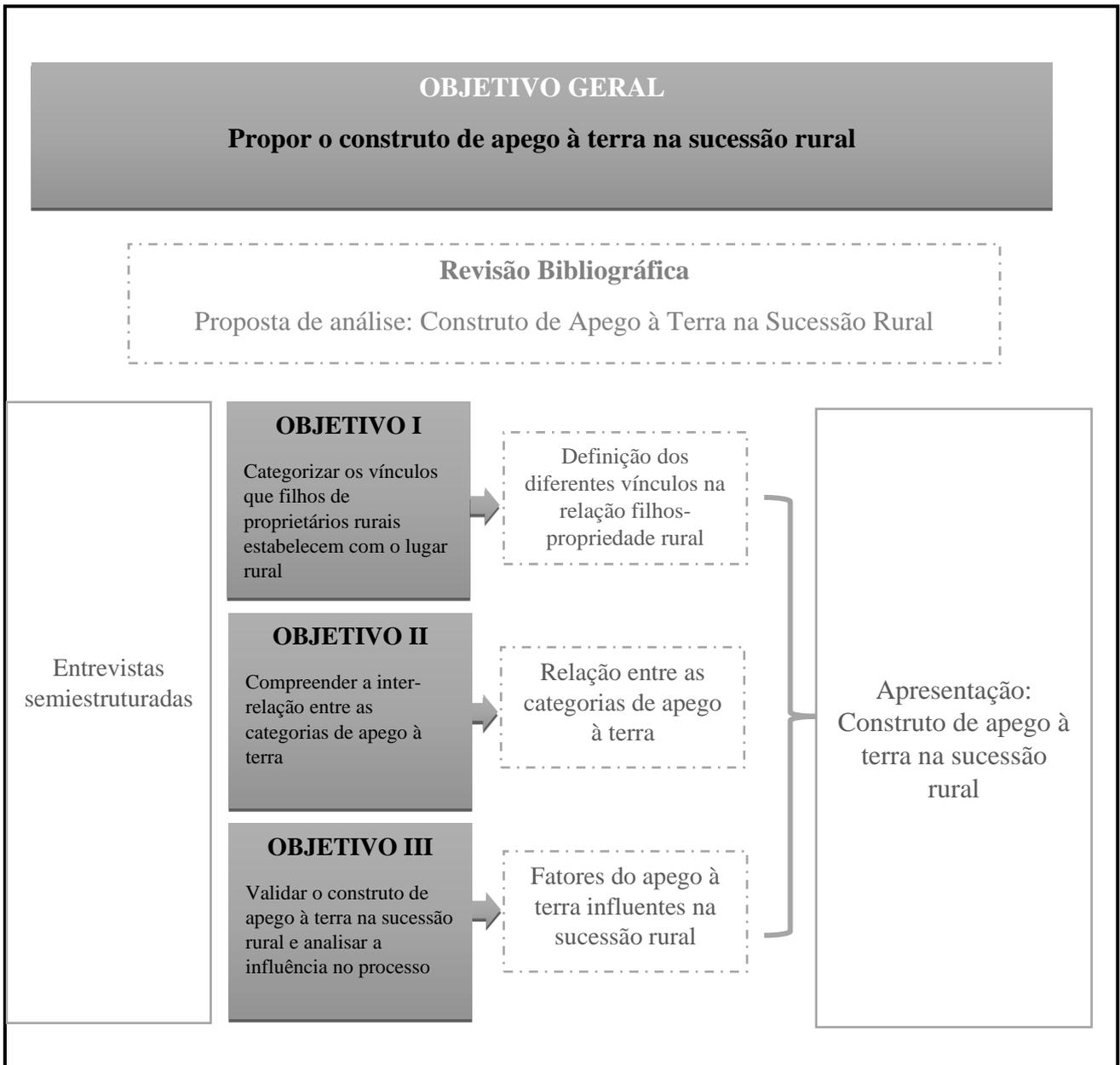


Figura 5: Estrutura da tese.

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

5.1 Entrevistas Semiestruturadas

Entrevistas semiestruturadas foram realizadas a fim de investigar mais a fundo a proximidade dos indivíduos com a propriedade rural. Esperou-se que detalhes na vivência das gerações ajudasse a entender como foi formado e até que ponto o apego à terra impacta no processo sucessório.

Para a realização das entrevistas seguiu-se algumas etapas:

5.1.1 Participantes

Para atingir os objetivos propostos o estudo foi realizado com filhos de proprietários rurais. Diante disso, buscou-se por famílias donas de propriedades rurais com filhos maiores de 18 anos, podendo ser filhos que já tenham assumido a gestão da propriedade rural ou que participem ativamente da gestão e filhos que tenham optado por não ser sucessor da propriedade rural. O perfil almejado foi de famílias com dois filhos para aproveitar a possibilidade de comparação entre duas realidades diferentes, sucessor e não sucessor. Contudo, a realização de entrevistas foi condicionada a diferentes empecilhos como interesse de ambos os filhos em participar, disponibilidade para realização da entrevista e conflitos familiares. Diante de tais situações, não foi possível realizar entrevistas com dois membros da mesma família, na maioria dos casos. Como o estudo não trata das questões legais inerentes ao processo sucessório rural, não foi considerada a posse da propriedade rural como requisito.

Foi composta uma amostra não-probabilística (intencional) com sucessores dos mais diversos perfis quanto a idade, sexo, nível de escolaridade, formação, estado civil, origem e experiência anterior. Além disso, buscou-se essa diversidade também nos perfis de propriedades rurais quanto a localidade, tamanho e atividade desenvolvida. Essa heterogeneidade visou reduzir a possibilidade de vieses devido as características demográficas dos respondentes e da propriedade.

Não se tem conhecimento da existência de um documento oficial no qual seja possível identificar filhos de proprietários rurais, impossibilitando que a amostragem fosse realizada de maneira aleatória e representativa da população. Portanto, utilizou-se da *snowball sampling* por permitir que a amostra seja construída a partir de referências feitas entre as pessoas, ou seja, uma pessoa indica outra pessoa que possua o perfil desejado na pesquisa, e assim sucessivamente (BIERNACKI; WALDORF, 1981).

Para iniciar a amostra pessoas chave foram contatadas por conveniência e proximidade com a pesquisadora e o grupo de pesquisa “Organizações, Pessoas e Ambiente”. Posteriormente, criou-se uma rede de respondentes por meio de indicações. As entrevistas foram realizadas até atingir-se a saturação dos dados e este momento acontece quando nenhuma nova informação é registrada ou nenhum novo tema é identificado, ou seja, não há nada de novo para se acrescentar nas categorias investigadas (THIRY-CHERQUES, 2009).

5.1.2 Guia para entrevista semiestruturada e categorias de análise

O guia para realização das entrevistas foi dividido em três seções: perfil dos respondentes e das propriedades rurais; questões relacionadas a sucessão rural na família e questões relacionadas ao apego à terra. Scannell e Gifford (2010) definem que a utilização da estrutura pessoa-lugar-processo psicológico em estudos qualitativos visa definir as questões em categorias baseadas em cada uma das estruturas. Perguntas abertas facilitarão a compreensão da natureza particular dos apegos individuais. As entrevistas foram focadas nas dimensões, categorias e variáveis evidenciadas no construto de apego à terra na sucessão rural (Figura 4).

Para a construção do guia para as entrevistas foram utilizadas perguntas abertas para que os entrevistados contassem detalhes dos vínculos criados com as propriedades rurais, ressaltando a necessidade de estarem enquadradas no conteúdo do construto de apego à terra na sucessão rural proposto. Alguns trabalhos serviram como base, Morgan (2010), Lin e Lockwood, (2014) e Riethmuller *et al.* (2021)⁵ trouxeram em suas pesquisas perguntas projetadas para explorar os laços criados entre indivíduos e um lugar especial. Exemplos: Você pode me dizer algo sobre o lugar onde você cresceu? (MORGAN, 2010); Você diria que se sente especialmente ligado a este lugar? Se sim, por quê? Existem algumas características físicas ou sociais deste lugar que são particularmente importantes para você? Se sim, por quê? (LIN; LOCKWOOD, 2014); Você pode me contar sobre algumas boas lembranças que você tem de viver em uma área rural? De que aspectos da vida rural você gosta? (RIETHMULLER *et al.*, 2021)). O guia está apresentado na Tabela 2.

⁵ A autora Micaela Riethmuller disponibilizou seu guia de entrevista semiestruturada. Nos demais trabalhos (MORGAN, 2010 e LIN, 2014) a consulta aconteceu no conteúdo do artigo.

Tabela 2: Guia para entrevista semiestruturada.

Perfil dos Respondentes e das Propriedades Rurais	
Perfil da Propriedade Rural	Localização da propriedade rural (cidade/estado)
	Área da propriedade rural em hectares (própria e arrendada)
	A atividade principal na propriedade rural
	Distância de centros urbanos que você tenha preferência (lazer, saúde, educação)? Qual cidade?
Perfil do Respondente	Gênero
	Idade
	Estado Civil
	Escolaridade/ Curso de formação
	Meio onde reside atualmente (Rural ou Urbano ou trabalha no rural e vive no urbano)
	Você trabalha ou já trabalhou/ajudou na propriedade rural? Quanto tempo?
	Você morou na propriedade rural? Quanto tempo?
	Com que frequência você visita a propriedade rural? Como você se sente quando volta pra lá?
Perguntas sobre Sucessão na Família e a infância	
Há quantas gerações a propriedade rural está nesta família?	
Idade do proprietário rural	
Número de filhos do proprietário rural	
Entre os filhos/irmãos, quantos estão interessados em assumir a gestão da propriedade rural e dar continuidade?	
Você pretende assumir a gestão da propriedade rural futuramente? Por que?	
Na sua família existe algum planejamento sucessório ou a discussão da sucessão é presente? Há espaço pra discussão na família? Você e seu(s) irmão(ãos) discutem sobre? Me conte sobre...	
Existe algum tipo de formalização na gestão ⁶ da propriedade rural? Qual?	

⁶ A questão possui erro de formulação. Não se trata de formalização na gestão e sim formato jurídico adotado na propriedade rural. O equívoco em questão não atrapalhou na coleta de dados, mas será mantido o formato original no texto.

Me conte como foi a sua infância na propriedade rural (contato, convivência, lembranças)

Perguntas sobre Apego à Terra

Você pode me dizer...

Pessoa	Família	<p>Na sua família, como são tratadas questões de número de filhos e gênero, quando o assunto é quem vai trabalhar na propriedade?</p> <p>Quem são os familiares mais presentes na gestão da propriedade rural? Me fale sobre o que eles já fizeram por ela...</p>
	Comunidade	<p>Como é sua relação com outras pessoas da comunidade? (vizinhos, cooperativas agrícolas, festividades, bancos)...</p> <p>Você costuma trocar experiências sobre a propriedade rural com vizinhos? Conte-me que tipos de experiência?</p>
Lugar	Ambiente	<p>Como você descreveria a propriedade rural da sua família em termos de imagem? Você se identifica com alguma característica? Quais?</p> <p>O lugar onde a propriedade está é especial para você? Por que?</p>
	Retorno Financeiro	<p>Você tem participação das decisões ou você gostaria de participar das decisões tomadas na propriedade rural? Que tipo de decisão? Conte-me em que elas fizeram ou podem fazer a diferença...</p> <p>Você acha que a renda proveniente da propriedade rural é suficiente para suprir as necessidades da família? Por que?</p>
Processo Psicológico	Enraizamento	<p>Sobre interesse, paixão, orgulho pela propriedade rural, você possui esses sentimentos? Me conte como eles foram formados...</p> <p>Você acredita que o trabalho realizado na propriedade rural é reconhecido pela sociedade? ou Para você, a sua família reconhece seu trabalho realizado na propriedade rural? E a sociedade? Me conte como é essa questão ou como você gostaria</p>

		que fosse...
	Vida Rural	Você se sente atraído pela vida rural? Por que? Pra você o que tem e o que falta para a propriedade rural ser considerada um lar?

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

5.1.3 Realização das Entrevistas

Primeiramente, um pré-teste foi realizado com quatro pessoas que possuíam o perfil definido como alvo para pesquisa. Esta fase serviu para a identificação de possíveis ajustes a serem feitos no guia para entrevista semiestruturada. O pré-teste foi importante para verificar compreensão, clareza e entendimento do entrevistado e para que a pesquisadora analisasse o conteúdo obtido com as perguntas realizadas. A fim de testar alternativas para a realização da pesquisa, os pré-testes foram realizados de diferentes maneiras. Realizou-se entrevista *on-line* por meio do *Google Meet* somente com a gravação por áudio; e entrevistas por *WhatsApp*, onde as perguntas foram respondidas por áudio ou texto, conforme preferência do entrevistado.

Em decorrência da situação estabelecida pelo COVID-19, para preservar a saúde da pesquisadora e dos participantes, as entrevistas foram realizadas, em sua maioria, de modo *online* pelo(s) programa(s) *WhatsApp* ou *Google Meet*. As entrevistas foram realizadas pessoalmente quando esta era a preferência do entrevistado, desde que seguidas as normas de segurança.

Para a realização das entrevistas foi empregado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A). Neste termo o convidado ficou ciente do objetivo da pesquisa e de possíveis riscos e benefícios em participar da pesquisa, e por fim, manifestou de forma voluntária o aceite ou não.

As entrevistas foram realizadas de 13/12/2021 até 05/05/2022. Foram enviados, via *WhatsApp*, 95 convites (Apêndice B) para participar da entrevista, 43 responderam ao convite inicial e a amostra final totalizou 25 entrevistados. Duas entrevistas foram realizadas pessoalmente e 23 de forma *on-line* pelo *Google Meet*. Dos 25 entrevistados: 17 eram filhos de proprietários rurais que possuíam irmãos, mas que não foi possível contato os mesmos. Seis filhos de proprietários rurais eram de uma mesma família, sendo três famílias diferentes. Houve a oportunidade de entrevistar uma filha única de uma propriedade rural onde a

sucessão ainda não aconteceu devido a conflitos familiares e um filho de uma propriedade rural que está 100% arrendada atualmente, sendo o filho responsável pela gestão dos ativos recebidos. Estes dois últimos perfis não eram almeçados inicialmente, porém, diante do interesse e disponibilidade dos entrevistados, juntamente com o conteúdo gerado na entrevista, optou-se por inclui-las na amostra.

5.1.4 Transcrição dos Dados

Os dados foram coletados por meio da gravação das entrevistas, desde que consentida pelos entrevistados. Para preservar o direito dos participantes, a pesquisadora assegurou confidencialidade e privacidade das informações obtidas nas entrevistas. Garantiu que o material será utilizado somente para finalidade da pesquisa apresentada, sendo os dados utilizados para elaboração da tese e artigos científicos e haverá omissão do nome dos participantes para que sua imagem seja preservada, sendo identificados como R (respondente) e o número da entrevista, conforme conteúdo do TCLE lido no início de cada entrevista.

Os dados foram transcritos na íntegra. A transcrição das entrevistas aconteceu por meio de um software de transcrição *on-line* o *Transkriptor*⁷. Após a transcrição realizada pelo *software*, a pesquisadora efetuou uma revisão em cada uma das entrevistas para verificar o conteúdo, realizar ajustes necessários e manter rigorosamente o conteúdo para análise posterior.

Como critério de qualidade (RIETHMULLER *et al.*, 2021) foi realizada a validação do conteúdo com o entrevistado (BIRT *et al.*, 2016). Este método consiste na devolução do material para o participante para que confirme os resultados e e/ou acrescente algum comentário que julgue pertinente, ou seja, um espaço livre para *feedback*. Desta forma, é possível ainda que diminua vieses na interpretação da pesquisadora. Para isso, foi fornecida ao participante uma síntese dos temas abordados na entrevista e solicitado leitura, comentários e retorno para a pesquisadora, seguindo os passos de Birt *et al.* (2016).

Foi estipulado prazo para retorno da validação como critério de análise, sendo explicado ao participante que, após o prazo transcorrido, os dados utilizados seriam os fornecidos na entrevista. Para fins de esclarecimento, a validação e o prazo de retorno estavam contidos no TCLE fornecido ao participante antes da entrevista, estando cientes do processo. Dos 25 entrevistados, 18 sinalizaram que não era necessária nenhuma modificação,

⁷ <https://transkriptor.com/>

podendo ser mantido o conteúdo fornecido na entrevista, seis entrevistados optaram por realizar alguma modificação e um entrevistado não respondeu o contato durante o processo de validação.

Após o término da pesquisa os dados coletados serão mantidos em arquivo físico ou digital por um período de cinco anos, sob responsabilidade da pesquisadora.

5.1.5 Análise dos dados

Para a análise dos dados utilizou-se de estatística descritiva para o perfil dos respondentes (gênero, idade, estado civil, escolaridade, meio onde reside atualmente) e perfil das propriedades rurais (localização, área em hectares, atividade principal). Os dados foram sumarizados com auxílio do *Microsoft Excel*, apresentados em formato de quadros e, posteriormente, serviram para entender alguns padrões encontrados.

Questões sobre a infância na propriedade rural, sentimento pela propriedade rural e sobre as categorias de apego à terra (ambiente, comunidade, enraizamento, família, retorno financeiro e vida rural) foram analisadas no *software* Atlas.ti 22. Foi utilizada a abordagem dedutiva por permitir que o pesquisador estabeleça as categorias relevantes e não espere que estas apareçam na coleta de dados (YIN, 2016). Estas categorias podem emergir de estrutura conceitual, lista de questões de pesquisa, hipóteses, ou alguma outra variável que o pesquisador traz para o estudo (MILES *et al.*, 2014). Neste estudo, as categorias empregadas foram as que compuseram o construto de apego à terra na sucessão rural. Portanto no *software* houve a inserção de cada uma das categorias analisadas separadamente, posteriormente as falas dos respondentes foram codificadas (processo em que ocorre a organização das ideias), possibilitando a identificação das semelhanças em cada categoria e, por fim, emergindo nos elementos presentes em cada uma delas.

Foram seguidas três etapas para a análise dos dados no *software* Atlas.ti - redução, exibição e conclusão/verificação (MILES; HUBERMAN, 1994):

- Redução: processo de seleção e posterior simplificação dos dados coletados. Os dados são organizados de acordo com os objetivos da pesquisa;
- Exibição: os dados organizados são analisados conforme semelhanças, diferenças e inter-relacionamento;
- Conclusão/verificação: revisão dos dados. Processo que suporta a explicação das alternativas propostas no estudo.

Após análise preliminar, os resultados foram apresentados no grupo de pesquisa “Organizações, Pessoas e Ambiente”. Esta etapa foi importante pela possibilidade de organizar e estruturar os dados, conforme sugestões e observações levantadas pelos participantes.

5.2 Construto final

O construto final consiste um modelo que sintetiza os elementos teóricos encontrados na literatura e empíricos identificados nas entrevistas. Para a apresentação final do construto algumas etapas foram seguidas (Figura 6).

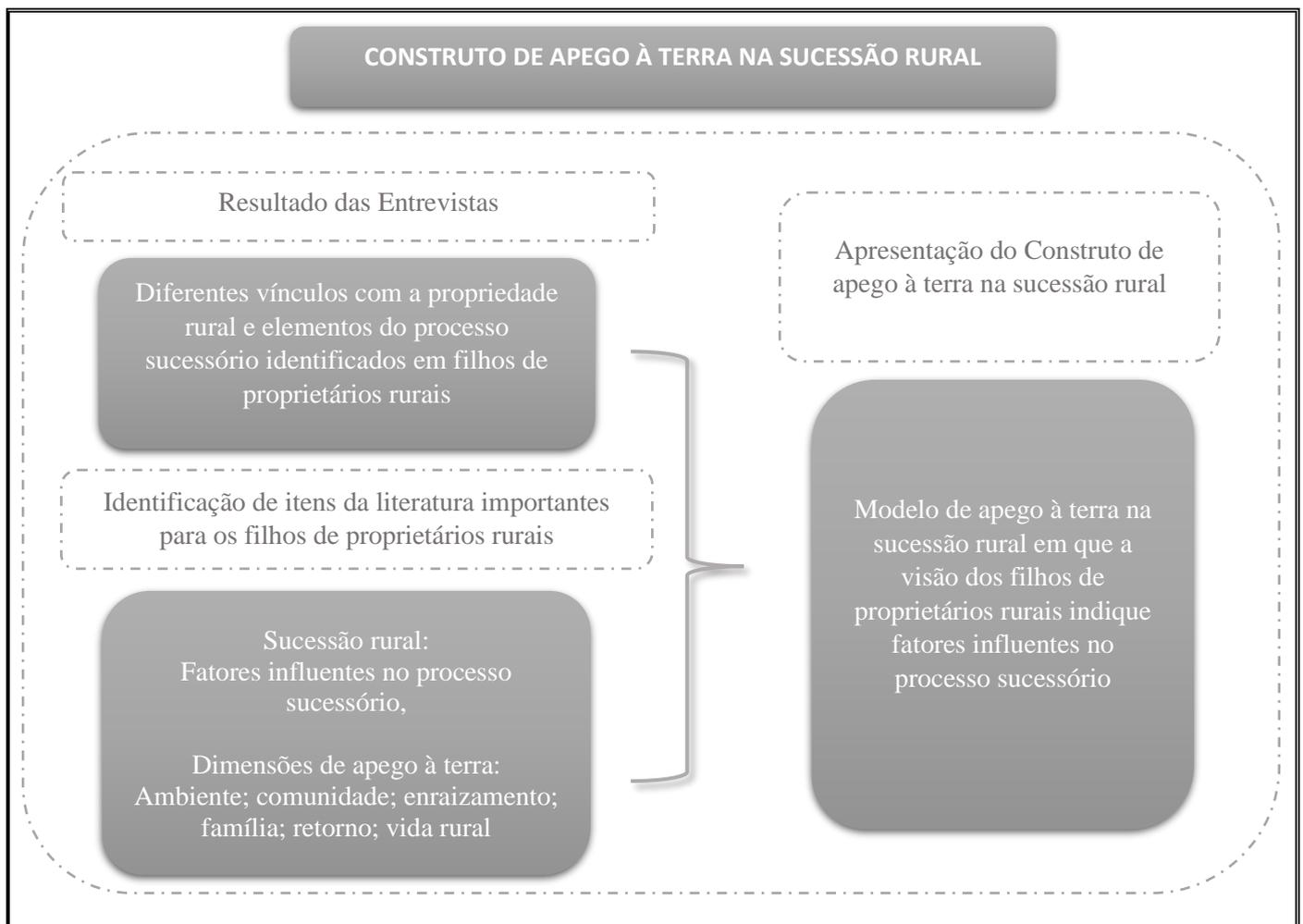


Figura 6: Etapas do construto final.
Fonte: Elaborada pela autora (2021).

A apresentação final do construto permitirá que sejam constatados quais itens da literatura incorporados eram importantes para os filhos de proprietários rurais:

1. Resultado das entrevistas semiestruturadas: foi realizada a análise dos resultados das entrevistas semiestruturadas para apontar como o apego à terra influência nos diferentes vínculos que filhos de proprietários rurais demonstraram para o acontecimento do processo de sucessão na família.
2. Identificação de itens da literatura: a partir da análise realizada nos materiais das entrevistas foi possível verificar quais constatações bibliográficas (categorias de apego à terra – ambiente, comunidade, enraizamento, família, retorno e vida rural; e os fatores influentes em um processo de sucessão rural) se relacionavam e eram importantes para orientar a apresentação final do construto de apego à terra na sucessão rural.

A primeira fase consistiu em uma forma de compreender a relação entre o apego à terra e a sucessão rural nos filhos de proprietários rurais, e a segunda fase permitiu que os fatores relevantes fossem identificados para elaboração. Com todo o conteúdo das duas fases, o modelo proposto tem o intuito de reunir informações que auxiliem na divulgação de alternativas para o sucesso em um processo de sucessão rural, ressaltando a influência do apego à terra como variável principal.

Os resultados do estudo são apresentados a seguir, no Capítulo VI.

CAPÍTULO VI RESULTADOS E DISCUSSÃO

6. RESULTADOS

6.1 Perfil dos respondentes e das propriedades rurais

Antes do início das entrevistas, os respondentes foram orientados sobre as etapas do guia de entrevista semiestruturada utilizado. Foi explicado que havia perguntas relacionadas ao perfil dos respondentes e ao perfil da propriedade rural, perguntas sobre o processo sucessório na família⁸ e sobre o apego à terra do filho⁹. Como garantia de anonimato, os nomes dos participantes e todos os demais nomes mencionados durante a entrevista foram omitidos na análise dos dados, com isso, os participantes foram identificados como “R de respondente e número da entrevista”, sendo do R1 até o R25.

Entre os 25 respondentes, há três famílias com dois filhos que participaram da pesquisa. Estas famílias serão identificadas com asterisco (*) para diferenciação das demais. Na família * são dois filhos homens, R3 e R22. Na família ** são duas filhas mulheres, R5 e R17. Na família *** um filho homem e uma filha mulher, R18 e R21. É importante mencionar que as respostas foram analisadas sem nenhuma modificação. Portanto, mesmo que informações dadas entre irmãos de uma mesma família divergissem, as respostas foram mantidas na íntegra. Apresenta-se os dados referentes ao perfil dos respondentes e o perfil das propriedades rurais no Quadro 2.

⁸ Foi explicado para os participantes que processo sucessório rural consistia na troca da gestão da propriedade rural de uma geração para outra dentro da família.

⁹ Foi explicado para os participantes que o apego a terra se referia ao sentimento que o filho tenha desenvolvido pelo lugar rural com o passar do tempo.

Quadro 2: Perfil dos participantes da pesquisa.

IR	Perfil dos Respondentes				
	Gênero	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Curso de Formação
R1	Masculino	41	Solteiro	Superior Completo	Ciências da Computação
R2	Masculino	35	Casado	Superior Completo	Agronomia
R3*	Masculino	29	Solteiro	Pós-Graduação	Doutorando em Administração
R4	Masculino	30	Casado	Superior Incompleto	Agronomia
R5**	Feminino	28	Casada	Superior Completo	Administração
R6	Masculino	33	Solteiro	Pós-Graduação	Física e Doutorando em Administração
R7	Feminino	38	Solteira	Superior Completo	Administração
R8	Masculino	21	Solteiro	Superior Incompleto	Agronomia
R9	Masculino	30	Solteiro	Pós-Graduação	Doutorando em Administração
R10	Masculino	28	Solteiro	Pós-Graduação	Mestrado em Agronomia
R11	Feminino	23	Solteira	Superior Incompleto	Enfermagem
R12	Feminino	32	Solteira	Superior Completo	Farmácia
R13	Feminino	32	Casada	Pós-Graduação	Doutora em História
R14	Feminino	49	Casada	Pós-Graduação	Doutora - Administração e Agronomia
R15	Masculino	37	Casado	Pós-Graduação	Administração e Doutorando em Agronegócios
R16	Masculino	28	Solteiro	Superior Completo	Agronomia
R17**	Feminino	24	Solteira	Pós-Graduação	Agronomia e Mestranda em Entomologia
R18***	Masculino	28	Solteiro	Superior Completo	Administração
R19	Masculino	31	Solteiro	Superior Completo	Agronomia
R20	Feminino	27	Casada	Superior Completo	Agronomia
R21***	Feminino	29	Solteira	Superior Completo	Relações Internacionais e Pedagogia
R22*	Masculino	29	Solteiro	Superior Completo	Direito
R23	Masculino	23	Solteiro	Superior Incompleto	Gestão em Agronegócios
R24	Feminino	28	Solteira	Superior Completo	Arquitetura
R25	Feminino	26	Solteira	Pós-Graduação	Psicologia – Pós Graduação em Finanças

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O perfil predominante dos respondentes é o de homens (56% - 14) e de solteiros (72% - 18). As idades concentradas entre 28 e 32 anos (52% - 13) sendo o respondente mais novo (R8) com 21 anos e a mais velha (R14) com 49 anos. A maioria dos respondentes com nível superior completo (84% - 21), e os principais cursos são agronomia e/ou administração (64% - 16). Destaca-se o fato de todos os respondentes terem cursado ou estarem cursando nível superior. Nove deles estão cursando ou já cursaram pós-graduação, representando 36% dos respondentes. Os cursos de formação são de diversas áreas: ciências agrárias, exatas, humanas e biológicas.

Segundo o Censo Agropecuário Brasileiro cerca de 73% dos proprietários rurais do país possuem, no máximo, o ensino fundamental como nível educacional (IBGE, 2017). Tal

constatação, quando comparada ao nível educacional dos filhos pesquisados, mostra a expansão do nível educacional nas famílias. Isto pode ser explicado por oportunidades, acessibilidade e incentivos, pois respondentes relataram que os pais encorajam e até impõem que seja cursado um nível superior. Seguido do perfil dos respondentes, apresenta-se o perfil das propriedades rurais.

Quadro 3: Perfil das propriedades rurais.

IR	Perfil das Propriedades Rurais			
	Número de Propriedades na Família	Área (hectares)	Cidade e Estado	Atividade
R1	1	288	Guia Lopes da Laguna/MS	Pecuária de Corte
R2	2	4700 ⁺	Bonito/MS	Pecuária de Corte e Agricultura
R3*	1	25	Nova Andradina/MS	Pecuária Leiteira
R4	1	2000	Jaciara/MT	Soja e Milho
R5**	3	18000 ⁺	Maracaju, Porto Murtinho, Terenos/MS	Pecuária de Corte e Agricultura
R6	1	300	Presidente Médici/RO	Pecuária de Corte
R7	1	195	Terenos/MS	Pecuária de Corte
R8	1	380	Cachoeira do Sul/RS	Soja
R9	1	260	Cáceres/MT	Pecuária Leiteira
R10	1	60	Jaguari/RS	Soja
R11	1	80	Nova Palma/RS	Soja e Milho
R12	1	50	Nova Palma/RS	Milho
R13	1	42	Nova Palma/RS	Soja e fumo
R14	1	3800	Porangatú/GO	Pecuária de Corte e Floresta
R15	2	190 ⁺	Coronel Sapucaia/MS	Arrendada para agricultura
R16	3	9500 ⁺	Maracaju, Guia Lopes da Laguna e Caracol/MS	Pecuária de Corte e Agricultura
R17**	3	10000 ⁺	Maracaju, Porto Murtinho e Terenos/MS	Pecuária de Corte e Agricultura
R18***	2	6000 ⁺	Quirinópolis/GO	Pecuária de Corte
R19	1	850	Guarantã/SP	Avicultura de Postura
R20	1	450	Amambai/MS	Pecuária de Corte
R21***	2	Não sabia	Quirinópolis/GO	Pecuária de Corte
R22*	1	25	Nova Andradina/MS	Pecuária Leiteira
R23	1	8	Ciríaco/RS	Horti-fruti
R24	1	Não sabia	Alvorada/TO	Pecuária de Corte e Agricultura
R25	5	8499 ⁺	Paranaiguara/GO	Pecuária de Corte

⁺ Indica mais de uma propriedade rural na família

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em relação ao perfil das propriedades rurais têm-se predominância de famílias com uma propriedade rural, no estado de Mato Grosso do Sul, seguido pelo estado do Rio Grande do Sul. Em relação a área das propriedades rurais da família há significativa diferença, sendo a menor com oito hectares (R23 - RS) e as maiores (três) somam 18000 hectares (R5 - MS), podendo este tamanho ser de área própria ou arrendada. Nos dados do Censo Agropecuário Brasileiro sobre o tamanho de estabelecimentos rurais, verificou-se que, com o passar dos

anos, houve pouca variação no número de estabelecimentos com menos de 100 hectares e aumento no número de estabelecimentos com mais de 1000 hectares (IBGE, 2017). Isso pode ser explicado pelo fato de algumas famílias investirem na aquisição de terras, conquistando terras vizinhas e formando grandes propriedades.

As propriedades rurais estão situadas em quatro regiões brasileiras, tendo a maioria no Centro-Oeste (64% - 16), seguido do Sul (24% - 6), Norte (8% - 2) e Sudeste (4% - 1), respectivamente. A pecuária de corte e a agricultura são as principais atividades das propriedades rurais e estão em consonância com as principais atividades econômicas constatadas pelo Censo Agropecuário Brasileiro (IBGE, 2017) e pode explicar a expressividade delas no país. Entre as demais atividades estão pecuária leiteira, floresta, fumo, hortifruti e avicultura.

O Quadro 4 apresenta um comparativo entre cidade e estado em que está localizada a propriedade rural, cidade e estado em que o filho reside atualmente e cidade e estado considerada como referência de lugar para os filhos.

Quadro 4: Comparativo de cidade, estado e referência.

IR	Cidade e Estado da propriedade rural	Cidade e Estado onde o filho reside	Cidade e Estado referência
R1	Guia Lopes da Laguna/MS	Jardim/MS	Dourados/MS
R2	Bonito/MS	Bonito/MS	Dourados/MS
R3*	Nova Andradina/MS	Campo Grande/Nova Andradina/MS	Nova Andradina/MS
R4	Jaciara/MT	Jaciara/ /MT	Campo Verde/MT
R5**	Maracaju, Porto Murtinho, Terenos/MS	Maracaju/MS	Maracaju/MS
R6	Presidente Médici/RO	Campo Grande/MS Presidente Médici/RO	Campo Grande/MS
R7	Terenos/MS	Dourados/MS	Terenos/MS
R8	Cachoeira do Sul/RS	Cachoeira do Sul/RS	Cachoeira do Sul/RS
R9	Cáceres/MT	Diamantino/MT	Cáceres/MT
R10	Jaguari/RS	Santa Maria/RS	Santa Maria/RS
R11	Nova Palma/RS	Santa Maria/Nova Palma/RS	Nova Palma/RS
R12	Nova Palma/RS	Dourados/MS	Nova Palma/RS
R13	Nova Palma/RS	Nova Palma/RS	Nova Palma/RS
R14	Porangatú/GO	Campo Grande/MS	Goiânia/GO
R15	Coronel Sapucaia/MS	Dourados/MS	Amambai/MS
R16	Maracaju, Guia Lopes da Laguna e Caracol/MS	Maracaju/MS	Maracaju/MS
R17**	Maracaju, Porto Murtinho e Terenos/MS	Piracicaba/SP	Campo Grande/MS
R18***	Quirinópolis/GO	Quirinópolis/GO Ribeirão Preto/SP	Rio Verde/GO
R19	Guarantã/SP	Guarantã/ São Paulo/ SP	Guarantã/SP
R20	Amambai/MS	Dourados/MS	Dourados/MS
R21***	Quirinópolis/GO	Atins/MA	Ribeirão Preto/SP
R22*	Nova Andradina/MS	Nova Andradina/MS	Nova Andradina/MS
R23	Ciríaco/RS	Ciríaco/RS	Ciríaco/MS
R24	Alvorada/TO	São Paulo/SP	Goiânia/GO
R25	Paranaiguara/GO	Paranaiguara/GO	Ribeirão Preto/SP

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Sobre o local onde os filhos de proprietários rurais residem atualmente, oito respondentes estão na mesma cidade da propriedade rural da família. Seis respondentes residem no mesmo estado em que está situada a propriedade rural da família, porém, em uma cidade diferente. Cinco respondentes residem em um estado diferente ao que se localiza a propriedade rural. Quatro respondentes possuem residência em duas cidades no mesmo estado em que está a propriedade rural, sendo uma residência na cidade da propriedade rural da família. Dois respondentes possuem residência em dois estados diferentes, sendo uma na cidade da propriedade rural da família. Entre os 14 pesquisados que possuem residência na mesma cidade em que está localizada a propriedade rural da família, em oito casos as residências são as próprias propriedades rurais e, em seis casos, as residências são urbanas e próximas da propriedade rural da família.

Quanto a distância da propriedade rural da família para uma cidade que os respondentes consideram referência quando o assunto é saúde, lazer, educação, dos 25 respondentes, 12 se referem a própria cidade em que a propriedade rural está situada, indicando que podem ter acesso a itens que consideram essenciais com pequenas distâncias da propriedade rural. Nove respondentes mencionaram outra cidade no próprio estado em que está a propriedade rural da família, sendo municípios maiores. Quatro respondentes apontam cidades em outro estado, preferindo grandes centros, melhores opções de infraestrutura, ou até mesmo, município de residência de familiares.

6.2 Sucessão rural na família

Seguido do perfil das propriedades rurais, apresenta-se informações referentes as famílias e ao processo sucessório nestas famílias.

Quadro 5: Informações sobre a família e o processo sucessório nas famílias.

IR	Informações sobre a Família					
	Geração na família	Idade do Proprietário Rural (pai-mãe)	Número de Filhos do Proprietário Rural (pais)	Filho que provavelmente irá assumir a gestão futuramente	Processo Sucessório na Família	Formalização gestão Propriedade Rural
R1	2	76 Mãe	3	Não tem definido	Não	Não
R2	3	76 Pai	3	Homem	Sim	Não
R3*	3	60 Pai	3	Nenhum	Não	Não
R4	2	66 Pai	3	Homem	Não	Não
R5**	6	56 Pai	2	Mulher	Sim – Consultoria	Holding
R6	2	Pai Falecido 73 Mãe	2	Homem	Não	Não
R7	3	76 Pai	4	Não tem definido	Não	Não
R8	3	43 Pai	2	Homem	Sim	Não
R9	4	55 Pai 62 Mãe	3	Homem e Mulher	Não	Doação em vida
R10	3	62 Pai	3	Homem	Não	Não
R11	3	60 Pai	3	Nenhum	Não	Não
R12	2	78 Pai	4	Nenhum	Sim	Não
R13	4	62 Pai	3	Não tem definido	Não	Não
R14	2	78 Pai	3	Homem	Sim	Limitada
R15	3	78 Pai 70 Mãe	3	Homem	Não	Não
R16	5	62 Pai	2	Homem	Sim	Parte no nome dos filhos
R17**	6	65 Pai	2	Mulher	Sim	Holding
R18***	3	59 Pai	2	Homem	Sim	Holding

R19	3	60 Pai 63 Mãe	2	Homem	Não	CNPJ
R20	4	61 Pai	2	Homem	Sim	Não
R21***	4	60 Pai	2	Homem e Mulher	Sim	Holding
R22*	3	59 Pai	3	Não tem definido	Não	Não
R23	2	45 Mãe 43 Pai	3	Homem	Não	Não
R24	3	64 Pai	2	Homem	Sim	Não sabe
R25	4	66 Mãe	1	Mulher	Sim	CNPJ

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No que diz respeito ao processo sucessório nas famílias, em grande parte (44% - 11) das propriedades rurais estavam na terceira geração de familiares na propriedade rural (incluindo a geração dos filhos). Os pais possuem mais de 60 anos, em famílias com dois ou três filhos. Na maioria das famílias 52% (13) o filho homem já assumiu ou irá assumir a gestão da propriedade rural, 52% (13) das famílias não possuem um planejamento sucessório, e ainda, 60% (15) não possui formalização da gestão na propriedade rural.

Sobre as famílias, existem as que estão na quinta ou sexta geração nas propriedades rurais, com a atividade rural presente desde tataravós ou outros antepassados. Sobre a idade dos pais que estão nas propriedades rurais, os mais novos possuem 43 anos (R8 e R23) e os mais velhos 78 anos (R12, R14 e R15). Em quatro destas cinco famílias, as propriedades rurais estão na segunda geração familiar, indicando aquisição das mesmas pelos pais. Sete respondentes possuem a participação das mães na gestão das propriedades rurais, com idades entre 45 a 73 anos, sendo três delas proprietárias principais (R1, R6 e R25). Cinco respondentes tem a presença dos avós como patriarcas das propriedades rurais, sendo quatro avôs (R5, R10, R17 e R20) e uma avó (R9), entre 84 a 95 anos.

O Censo Agropecuário Brasileiro destacou o avanço na idade dos produtores rurais. Em 2006 a porcentagem de produtores com mais de 65 anos era de 17,52% passando para 23,17% em 2017 (IBGE, 2017). Tal fato reforça a sugestão contida no Censo Agropecuário Brasileiro sobre a necessidade de incentivar a interação de jovens na gestão das propriedades rurais (IBGE, 2017).

Em relação a existência de um planejamento sucessório nas famílias, das 48% que sinalizaram a existência (12), somente em uma família (R5) este planejamento é acompanhado por consultoria. Nas demais há conversas, em sua maioria, de maneira informal entre os familiares. Em relação a algum tipo de formalização na gestão, 20% (5) das propriedades rurais são *holding* (R5, R17, R18 e R21) e limitada (R14), 8% (2) CNPJ (R19 e R25) e pretendem iniciar processo para *holding*. Em 4% (R9) propriedade rural foi realizada

doação em vida dos bens para os filhos e em outra colocada parte no nome dos filhos (R16). A formalização da gestão nas propriedades rurais não é algo comum e muitos respondentes não entenderam do que se tratava no momento da entrevista, e após explicação, a maioria mencionava que a propriedade rural está no nome dos pais e que não existe conversa na família sobre o assunto. O R6 relatou tentativa de transformar a propriedade rural de pessoa física para pessoa jurídica, porém não foi possível por conta de limitações. Esses dados indicam informalidade na maneira como as famílias tratam a propriedade rural, não há uma definição de um plano com objetivos de longo prazo e nem precaução para formalização jurídica do negócio.

Em relação a possibilidade de assumir a gestão da propriedade rural da família futuramente, em 52% das famílias (R2, R4, R6, R8, R10, R14, R15, R16, R18, R19, R20, R23 e R24) este posto será ocupado pelo filho. Em 12% das famílias (R5, R17 e R25) a gestão será assumida pela filha e em 8% (R9 e R21) será o filho com participação da filha. Em 16% (R1, R7, R13 e R22) não houve definição e em 12% das famílias (R3, R11 e R12) as respostas são de que nenhum dos filhos assumirá a gestão da propriedade rural futuramente. Os dados referentes a possibilidade de ser um sucessor estão expostos no Quadro 6.

Quadro 6: Informações sobre a possibilidade de ser um sucessor.

IR	Perfil dos Respondentes		
	Trabalhou/ajudou na propriedade rural? Quanto tempo?	Morou na propriedade rural? Quanto tempo?	Quer ser um sucessor? Por que? (contém a resposta dos respondentes)
R1	Ajuda desde criança; Responsável a 17 anos	Não	Sim. Já assumiu – “Não sei fazer outra coisa”
R2	Trabalha a 19 anos	Não	Sim. Já assumiu – “Dar continuidade ao que o pai fez”
R3*	Ajuda a 17 anos	Sim, até hoje	Não. “Talvez futuramente seja uma alternativa”
R4	Trabalha a 13 anos	Sim, 14 anos	Sim. Já assumiu a parte prática da fazenda
R5**	Trabalha a 2 anos	Sim, até 4 anos	Sim. Já assumiu – “É o que eu sei fazer, o que eu gosto de fazer, o que eu acredito que que seja parte do meu propósito de vida”
R6	Ajuda desde criança; Responsável a 1 ano	Sim, pandemia	Sim. Já assumiu – “Por afinidade do trabalho e afinidade e retorno financeiro”
R7	Não	Não	Interesse. “Acho que vai acabar sobrando pra mim”
R8	Ajuda-trabalha 12 anos	Sim, até os 10 anos	Sim. “Porque eu gosto daquilo lá, eu vi o que o meu pai fazia, e eu sempre gostei da agricultura desde muito pequeno”
R9	Ajuda desde 10 anos; Responsável agora	Não	Sim. Já assumiu – “Porque ela já tem uma estrutura já de produção, eu tô pegando uma coisa meio que pronta já”
R10	Ajuda desde sempre	Sim, até 20 anos	Sim. “Por gostar do meio rural, ter um negócio próprio, buscando melhorias e aproveitando as oportunidades que a propriedade oferece de forma direta e indireta”

R11	Já ajudou, hoje não mais	Sim, até 17 anos	Não. “A gente não pegou interesse por esse trabalho e a gente não tinha incentivo pra trabalhar”
R12	Não	Sim, até 18 anos	Não. “Eu acredito também que por ser uma pequena propriedade, aquilo não gerou muitas oportunidades, tanto para mim quanto para os meus irmãos”
R13	Ajudou até os 21 anos	Sim, até 21 anos	Interesse. “Eu vejo aquele lugar como um lugar assim que eu poderia me dedicar talvez a outras atividades agrícolas”
R14	Ajudou/trabalhou por uns 10 anos	Sim, por 1 ano	Não. “Eu, minha irmã, são duas irmãs, a gente queria deixar ele (o irmão homem) tomando conta”
R15	Ajudou por um tempo nas férias.	Sim, até 6 anos	Ajuda na gestão dos ativos recebidos. “Provavelmente vai ficar pra nós três, eu e minhas irmãs, mas eu provavelmente vou ajudar na gestão sim”
R16	Trabalha tem 10 anos	Não	Sim. Já assumiu – “eu fiquei nas outras duas fazendas. Mas não foi por desgosto, eu gosto muito. Prefiro até do que ficar no financeiro.”
R17**	Não	Sim, muito pequena	Sim. “É raiz. É acho que é faz parte da gente, estar em família e querer contribuir pro negócio da família.”
R18***	Responsável tem 8 meses	Sim, pandemia	Sim. Já assumiu – “Eu fui parcialmente criado aqui dentro de fazenda e acabei criando um gosto muito grande”
R19	Ajuda a 4 anos	Não	Sim. “Esse negócio aqui é a história e então esse eu acho que o meu interesse tipo realmente de continuar o legado da família. Não tem muito escapatória.”
R20	Ajudou	Não	Sim. “Porque é um é um campo é um meio que eu gosto”
R21***	Não	Sim, até 3 anos	Interesse. “Eu acho que é importante acompanhar, é um patrimônio que vem sendo construído, várias gerações. É uma fonte de renda, sempre foi pra minha família e eu espero que continue sendo pra mim também”
R22*	Sim, ajuda tem 17 anos	Sim, desde que nasceu	Não. “Não é um trabalho que a gente tenha, realize sempre com esse fim de assumir”
R23	Sim, ajuda a 11 anos, hoje é responsável	Sim, desde que nasceu	Sim. Já assumiu – “Eu gosto na verdade do campo, eu gosto de do que eu tô fazendo, não me vejo trabalhando em outro setor”
R24	Não	Não	Não. “Porque eu sou mais urbana”
R25¹⁰	Trabalha na propriedade herdada do pai. Não trabalha na da mãe	Sim, até 14 anos e durante e após a pandemia	Sim. “Isso aqui é o que eu sei fazer, o que eu gosto de fazer, é o que eu gostaria de fazer”

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

¹⁰ A respondente R25 foi citada em dois momentos, pois herdou uma propriedade rural do pai, é responsável por ela, porém não trabalha e nem ajuda nas propriedades rurais da mãe. A respondente R25 mencionou que a propriedade herdada demanda menos energia e que possui interesse na gestão das propriedades da mãe, porém, devido a desacordos familiares, não foi possível a sua inserção na gestão. Mesmo assim, optou por responder as perguntas baseada nas propriedades rurais da mãe.

Em relação a participação dos filhos no trabalho realizado na propriedade rural, dos 25 respondentes, cinco (R1, R9, R16, R18 e R23) são responsáveis pela gestão de pelo menos uma propriedade rural da família. Cinco respondentes (R2, R4, R5, R6 e R8) trabalham na propriedade rural da família, muitas vezes em conjunto com os pais ou outros familiares. Quatro respondentes (R3, R10, R19 e R22) ajudam nas atividades que são realizadas na propriedade rural. Cinco já ajudaram ou trabalharam (R11, R13, R14, R15 e R20) na propriedade rural, mas atualmente não participam da mesma e seis respondentes (R7, R12, R17, R21, R24 e R25) nunca ajudaram nas atividades realizadas na propriedade rural da família. Alguns filhos ingressaram na gestão da propriedade rural devido a problemas de saúde dos pais, R6 (falecimento), R16 e R23 (adoecimento). Esse acontecimento pode sinalizar um processo sucessório necessário, colocando o sucessor para aprender na prática e sem muito tempo para preparação. A literatura aponta que um planejamento precoce do processo sucessório pode ser a forma de garantir que as famílias evitem eventuais surpresas (POTTER; LOBLEY, 1992; WARD; LOWE, 1994).

Sobre morar ou já ter morado na propriedade rural da família, oito respondentes mencionaram nunca ter residido e 17 respondentes já terem morado ou durante a infância, ou até o momento de sair para estudar, ou até hoje. Os respondentes R3, R22, R23 e R25 estão morando na propriedade rural da família. Contudo, o respondente R3 também mora em outra cidade para estudar, a R25 possui casa em outra cidade. Somente o R22 e R23 possuem como única alternativa a moradia na propriedade rural. O respondente R22 considera ser uma moradia dentro da cidade com privacidade de área rural, pois a propriedade está a poucos quilômetros de distância do centro urbano.

Quando questionada a pretensão ou não de assumir a propriedade rural da família, dos 25 respondentes, 15 responderam afirmativamente e de forma direta que pretendem. Quatro possuem interesse em participar da gestão, ter conhecimento do que está ocorrendo, e/ou ter retorno financeiro e outros seis não possuem interesse em assumir a gestão. Dos 19 respondentes que possuem interesse direto ou indireto na sucessão, nove já assumiram e trabalham no negócio. O R1 é responsável pela gestão integral da propriedade rural da família. O R2 assumiu a parte da agricultura, enquanto o pai é responsável pela pecuária de corte. O R4 assumiu toda a parte prática na propriedade rural, enquanto o irmão é responsável pela parte financeira. A R5 trabalha com questões relacionadas a gestão de pessoas e marketing, enquanto o pai, o tio e o avô estão à frente da parte operacional. O R6 assumiu a propriedade rural da família, juntamente com o irmão, após o falecimento do pai em 2021,

porém possui outro trabalho como primeira opção. O R9 se inseriu no negócio da família aos poucos, atualmente é ativo na gestão e é o mediador entre avó, pais e tios, porém possui outro trabalho como primeira opção. O R16 é responsável por duas propriedades rurais da família, enquanto o irmão mais velho é responsável por uma propriedade rural e pela área financeira. O R18 assumiu a gestão das propriedades rurais por vontade própria e sem pressão familiar. O R23 foi motivador da mudança de atividade na propriedade rural e atualmente é responsável por ela.

Por fim, dos seis respondentes que não pretendem ser sucessores, há consciência de que a propriedade rural da família tem que ser mantida. Dessa forma, mesmo que estes não saibam o que irá acontecer futuramente (R11 e R12) ou que pensem na propriedade como uma segunda fonte de renda, sem abandonar a sua ocupação principal no futuro (R3, R14, R22 e R24), e mesmo que não aconteça discussão sobre o assunto na família, não se encontrou indiferença ou vontade de se desfazer do bem familiar.

Após a apresentação do perfil dos respondentes serão apresentadas as seis categorias de apego à terra, ambiente, comunidade, enraizamento, família, retorno financeiro e vida rural. As análises contam com uma nuvem de palavras (adjetivos e substantivos, com exclusão de palavras como coisa e tipo) que indicou os elementos que estão presentes, falas dos respondentes para melhor retratar os achados e uma figura que sintetiza os elementos presentes nos tópicos.

6.3 O apego à terra dos filhos de proprietário rurais

Foram identificadas seis categorias no construto de apego à terra na sucessão rural. A investigação dessas categorias nos filhos de proprietários rurais serviu para identificar os tipos de apego à terra. Cada categoria será apresentada separadamente.

6.3.1 Ambiente

Nessa categoria foi investigado como os filhos descrevem a propriedade rural, quais as características marcantes e o quão especial o lugar possa ser. Apresenta-se a nuvem de palavras da categoria ambiente (Figura 7).

fazendas pra dar o nível de água, lá no final tem a casa, a sede com mais de cem anos [...]” (R17).

“eu acho que é uma propriedade técnica, muito boa tecnicamente, só que com os métodos de gestão ainda pouco aprofundado” (R18).

“[...] pra mim a minha propriedade rural ela é pequena, tem a parte de mata preservação e o resto é pasto” (R22).

Na imagem construída da propriedade rural há respondentes que a consideram o paraíso, um lugar bonito ou lindo, agradável e gostoso, tentando ser sustentável.

“Aqui pra mim é o paraíso” (R4).

“Eu gosto muito dessa parte da natureza e da tranquilidade.” (R11).

“Eu acho o lugar mais lindo do mundo” (R12).

“A fazenda do alto da serra parece um mar [...]” (R14).

Para alguns filhos a imagem da propriedade rural é de um lugar que está em construção, podendo necessitar de investimentos, melhorias e organização.

“Em construção [...] tem muito investimento a ser feito nela ainda, é, muito dinheiro pra organizar ela” (R2).

“[...] a gente já tentou conversar com meu pai pra investir um pouco, transformar ali como uma chácara mesmo, pra gente poder passar o final de semana [...]” (R7).

“É uma fazenda bonita. Tá um pouquinho bagunçada, falta um capricho [...]” (R19).

Algumas imagens construídas pelos entrevistados incluem valores como dignidade, orgulho, segurança, trabalho, honestidade, esforço, determinação.

“[...] a imagem do meu avô é muito é muito forte também eh um sobre honra, sobre eh ser correto, né? [...] Então a gente tem tem construído essa imagem que eu acredito que é muito sólida né? E é muito positiva na sociedade.” (R5).

“Trabalho, honestidade, esforço e determinação e relacionamento” (R10).

Os filhos consideram o lugar em que a propriedade rural está como especial com elementos positivos como lembranças, memórias e recordações da infância, história construída pela família, identidade criada por ter crescido naquele espaço e amadurecimento com o passar do tempo como fatores que explicavam o motivo do lugar ser especial.

“É justamente por ter nascido lá. Então toda a minha infância eu passei lá. Sempre tendo a possibilidade de visitar a cidade” (R3).

“A gente vai amadurecendo e entendendo o quanto que isso é especial. Mas acredito que sempre tenha sido [...] O lugar não é só um lugar, o lugar são as pessoas, é a história, é tudo junto” (R5).

“O lugar onde eu tive as minhas experiências, meu núcleo familiar, as minhas amizades, tudo. Então faz parte da minha história, da minha identidade e de todas as memórias que eu tenho” (R13).

Em contrapartida, entrevistados que não a consideraram um lugar especial, justificaram pela falta de contato, de sentimento, histórias ruins na região, distância da família. Houve quem não tenha considerado um lugar especial, mas enfatizou que está se tornando.

“Não, mas está se tornando, ainda não é”. (R2).

“Não. Como a gente não tinha muito contato eu não vejo como especial” (R7).

“Não. Porque não sei. Assim falar que eu tenho um sentimento de família, alguma coisa, não. Não tenho esse apego.” (R16).

“Não. Porque é muito longe da onde eu tenho família. Eu não, eu não tenho nenhum apego por lá não.” (R24).

Por fim, os sentimentos formados o lugar em que está localizada a propriedade rural trouxeram o amor, costume, formação como pessoa, mudanças ocorridas, não ficar longe como algumas das emoções criadas.

“Eu gosto, dia de domingo eu vou pra lá mesmo que não precise. Não sei se é tanto amor ou costume, eu não consigo ficar longe” (R1).

“[...] mas assim, o refúgio é lá, a parte de formação como pessoa de visão de mundo é ali no sítio [...]” (R3).

“Então desde que eu me lembro de pequeno, até agora vê tudo que mudou, toda transformação que aconteceu [...]” (R23).

O R15 possui a propriedade rural arrendada em sua totalidade, mesmo assim considera que é especial devido a toda a história existente, porém apresenta como emoção tristeza quando vai até lá.

“[...] tirou tudo, absolutamente tudo [...] então não tem mais nada [...] hoje isso isso também entristece bastante porque [...] literalmente foi arrancado eh uma parte da história do nosso passado” (R15).

“Eu tenho mais de tristeza quando eu vou lá do que de alegria” (R15).

A seguir apresenta-se o resumo das constatações da categoria ambiente (Figura 8).

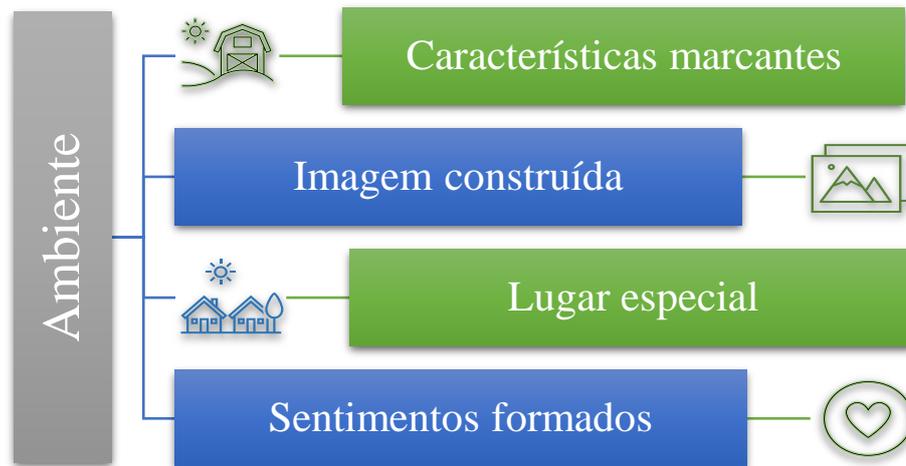


Figura 8: Resumo da categoria ambiente.
Fonte: Elaborada pela autora.

Na categoria ambiente os filhos destacaram características como o verde (grama, pasto, mata, árvores), a fartura de água (lago, rio, nascentes, açudes), as construções físicas (casa, galpão, barracão) e a parte produtiva da propriedade rural (atividades, técnica).

Na formação do apego à terra, a literatura explica o posicionamento dos entrevistados na categoria ambiente. O apego à terra está na importância que é dada as características encontradas no lugar. Algumas formas de apego à terra são a casa na propriedade rural e o conforto (R3), a natureza que eleva o bem-estar (R11), a possibilidade de terem construções para lazer na propriedade rural (R13), a paisagem do local (R14). Alguns destes fatores identificados em estudos prévios sobre apego em lugares rurais são a moradia (XU *et al.*, 2021), a natureza no local (BALDWIN *et al.*, 2017), a busca por lazer no lugar (CHESHIRE *et al.*, 2013). Respondentes relataram que a família mantém a casa que pertenceu a antepassados com as características originais (R5 e R14). Esta forma de apego à terra pode ser explicada pelo estudo de Cassidy (2017) que expôs que o apego faz com que as pessoas preservem as características do lugar rural.

Quanto ao fato de considerar especial o lugar em que a propriedade rural está, os respondentes alegaram a infância e seu crescimento como positivos e a falta de sentimento e contato negativamente. Alguns filhos enxergam a propriedade rural como um lugar prazeroso, enquanto outros filhos somente como um lugar produtivo.

Alguns filhos que ressaltaram características ambientais especiais pela propriedade rural foram R4 (paraíso), R12 (mais lindo do mundo) e R14 (parece um mar). Estes fatores podem formar o apego à terra e estudos sobre o lugar rural justificam que a crença de que o lugar em que a propriedade rural está é especial torna-o excepcional ou único (HINOJOSA *et*

As relações são consideradas boa ou ótima. Alguns entrevistados mencionaram uma boa convivência e existência de ajuda quando necessário. Outros entrevistados destacaram que os vizinhos são familiares, o que caracteriza um vínculo de vizinhança familiar. Quem não possui relação com as pessoas da comunidade explica que não conhece ninguém, não participa de grupos ou que essa relação é estabelecida por outro familiar, sendo pelo pai, na maioria das vezes.

“Essa relação formal com a vizinhança na parte produtiva fica mais com meu pai.” (R3).

*“Nossa, não conheço ninguém [...] Se alguém conhece, é só meu pai [...]” (R7).
“É boa, as pessoas se ajudam bastante quando precisa.” (R11).*

“[...] Os vizinhos aqui tem cem por cento de relação boa pra você ter noção tem dezoito arrendatário [...]” (R16).

“[...] a gente tem muitos familiares que tão ali e aí com as pessoas, eu tenho relação, mas é um vínculo de família assim, não é um vínculo de vizinhança rural [...]” (R21).

A participação na comunidade se dá pelo envolvimento em cooperativas agropecuárias, Sindicato Rural, prefeitura, fundação. O envolvimento com vizinhos pode ocorrer por amizade, cordialidade e até negócios. Para outros a participação na comunidade fica a cargo do pai.

“Da comunidade a gente faz parte do Sindicato Rural, da cooperativa, então participamos bastante desses, do, dos encontros, de reuniões [...]” (R5).

“[...] temos relações de às vezes compra e venda de gado [...]” (R6).

“Sou cria lá da comunidade, então eu, a gente sempre se encontra final de semana [...]” (R13).

“[...] Só que a gente tem com as cooperativas mais que uma relação comercial mesmo [...]” (R18).

“[...] eu ajudo em uma outra comunidade que é vizinha, tenho uns amigos meu de lá que sempre quando sai a festa eu ajudo lá também [...]” (R23).

Acerca da troca de experiência com pessoas da comunidade, 15 filhos não costumam realizar nenhum tipo de trocas, entre as justificativas estão as atividades da vizinhança não serem semelhantes, o pouco contato com as pessoas, a existência somente de conversas informais e também, a falta de vizinhos para efetivar trocas de experiências.

“Sobre pecuária não, estou cercado de lavouras, por isso não dá.” (R1).

“[...] Eu não. Nenhum dos possíveis sucessores faz isso.” (R3).

“Porque os vizinhos são assim, eu sou o dono da terra, eu sei o que fazer. [...]” (R9).

“Esse é um problema de arrendamento todos os nossos vizinhos são arrendados então acaba que não tendo muita experiência de trocar [...]” (R19).

“[...] não tenho nenhum grupo de WhatsApp do agro [...] ninguém vai me procurar pra pedir um trator (emprestado) [...]” (R21).

Os filhos que trocam experiências com as pessoas da comunidade são conversas sobre variedade de plantas, fertilizantes, maquinário, veneno, manejo, inseminação, herbicidas, pragas e doenças, clima, preço, gestão de pessoas. Tais experiências são trocadas não só com vizinhos, mas também e preferencialmente, com pessoas próximas, como amigos, primos ou pessoas que possuam o mesmo perfil.

“No caso da agricultura a gente troca muita experiência do que você plantou de variedade de planta de fertilizantes de tudo.” (R2).

“[...] a gente volta e meia monta grupos de troca de experiência, é principalmente gestão de pessoas [...]” (R5).

“[...] questão de lucratividade [...] uso de herbicida [...] agrotóxico [...] novidades ou modo de aplicação diferente [...]” (R6).

“[...] o cara jovem pensa em inovação, né? Eu gosto muito de tecnologia, quanto da agricultura, quanto da pecuária [...]” (R16).

“[...] eu tenho uma vizinha que é minha prima, né? Então é mais fácil conversar e trocar e discutir ideias com ela [...] a gente conversar mais sobre lavoura, sobre pragas, que é a minha área [...]” (R17).

“[...] eu tenho um amigo que que toca uma fazenda aqui próximo, que é um, é um grande apoio assim, eu tenho um primo que é de terceiro grau também, então assim a gente tem uma conexão de conversar e tudo mais mas, querendo ou não essa relação acaba vindo muito do gerente.” (R25).

A Figura 10 apresenta o resumo das constatações da categoria comunidade.

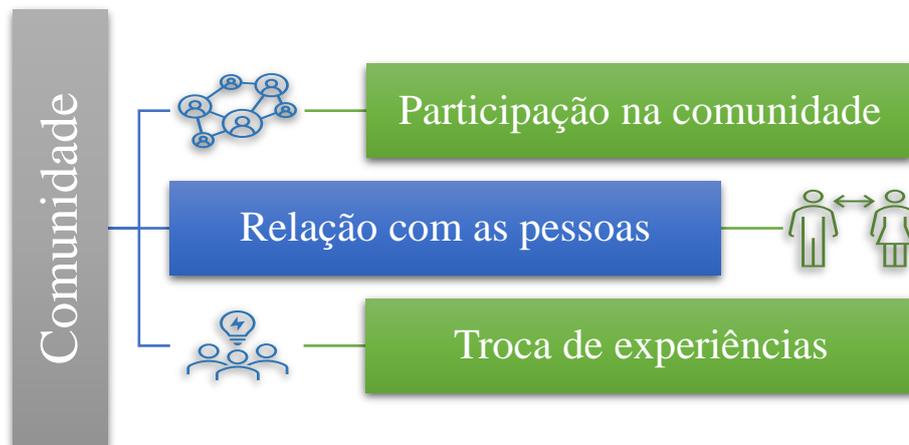


Figura 10: Resumo da categoria ambiente.
 Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A categoria comunidade diz respeito a vínculos que são criados entre as pessoas da propriedade rural e as pessoas que estão no entorno da propriedade rural, ou seja, as interações sociais na formação do apego à terra (BUNKUS *et al.*, 2020). Foi identificada a existência de vínculos entre os entrevistados e a comunidade, formalmente ou informalmente.

O apego à terra pode estar nos filhos R2, R4 e R23, que mantém conversas com vizinhos e amigos, mesmo não sendo sobre a propriedade rural. Nos respondentes R5, R16, R18 e R23, que possuem relação com sindicatos, cooperativas, bancos, auxílio em eventos na comunidade, ou até pela prática de caridade. Nos R6, R14 e R16, que utilizam relações não somente para a convivência, mas também comercialmente, com compra e venda de gado ou conservando vizinhos arrendatários. Nos R16, R17 e R25, que trocam informações e optam por se conectar com amigos e/ou parentes próximos e com perfil semelhante. Estudos sobre apego em lugares rurais encontraram alguns desses fatores como formadores de vínculos com a comunidade, como com as relações informais que são estabelecidas (CHESHIRE *et al.*, 2013). As relações que trazem benefícios mútuos e são mantidas por membros das famílias (BALDWIN *et al.*, 2017). A tentativa de preservar uma boa relação com pessoas e entidades (HINOJOSA *et al.*, 2016). E também, no compartilhamento de conhecimento e troca de informações (ALDWIN *et al.*, 2017).

“Então assim, os dois (os pais) me enchem, de orgulho e são uma dose, de motivação diária, pra continuar com isso, que sempre foi, o sonho deles e que hoje é o meu.” (R18).

“Totalmente fruto do esforço e trabalho dos meus pais.” (R24).

Alguns entrevistados visualizam futuro no trabalho, querem investir no negócio e almejam lucro e qualidade de vida com o trabalho realizado na propriedade rural. Para R6 o sentimento não é específico a propriedade rural e sim relacionado a atividade que é desenvolvida.

“Eu gosto de mexer com gado, de trabalhar com gado de corte de preferência, mas também me vejo trabalhando em outra propriedade que não seja essa.” (R6).

“A gente vê aquilo mais como um, sei lá, alguma coisa da família, e aí a gente vê futuro. Eu pelo menos vejo muito futuro naquilo [...] agora paixão não, eu tenho paixão por outras coisas [...]” (R7).

“[...] quando eu comecei a entender que aquilo ali poderia ser meu futuro e tal [...] aí eu fui mais, foi criando essa maturidade [...]” (R9).

“Ah, eu tenho acho que mais interesse do que paixão e orgulho eu tenho também.” (R15).

Dos sentimentos desenvolvidos pela propriedade rural surgiram o orgulho, gratidão, admiração, motivação, pertencimento. Alguns respondentes também apresentaram um sentimento exagerado pela propriedade rural, consideram já ter criado raízes e que foi algo passado de pai para filho.

“Eu sou bicho do mato [...] pra resumir, eu gosto da terra, me criei em cima de trator e cavalo.” (R1).

“Eu já criei raízes, já estou bem, como diz meu pai, eu já tô fincado aqui já.” (R4).

“Ah tem, muito. É exagerado [...] Eu amo. É uma paixão. Por isso que eu quero sabe? Eu quero sair daqui eu quero voltar a morar lá em Goiás mais perto [...]” (R14).

“[...] isso passou de pai pra filho [...] então eu acho que essa paixão vem dele e acho que tá no sangue, eu gosto. [...]” (R16).

Para outros não existe a possibilidade de venda ou arrendamento da propriedade rural, que é um patrimônio e faz parte da história da família.

“A nossa intenção mesmo quando meu pai morrer não é vender e só se assim surgir uma coisa.” (R3).

“[...] terra é terra independentemente terra é terra eu tenho aquela filosofia que terra é um patrimônio a gente quer vender? Não, eu não quero vender. Nem meus irmãos querem vender [...]” (R14).

“[...] eu não vou arrendar, é a, é a história da minha família né? Não é assim uma terra que eu posso arrendar. É a história e é a história eu não posso arrendar a história.” (R17).

Sobre o reconhecimento pelo trabalho realizado na propriedade rural, as respostas foram diversas. Pela família, alguns entrevistados consideraram haver reconhecimento ou pouco. Os filhos acreditam se tratar de um processo gradativo ou ser resposta de elogios dos pais ou da sociedade. O R3 considera que esse reconhecimento acontece para evitar a sobrecarga do pai com as atividades.

“[...] de uns anos para cá é gradativo sempre melhora, mas é, o elogio do meu pai é você estudou para isso, é só isso o elogio.” (R2).

“Com certeza, porque se a gente não fizer ninguém faz [...] limpeza dos instrumentos de produção de separação de gado [...] essas atividades acabam ficando pro meu pai sobrecarregando ele e pra minha mãe também [...] (quando os filhos não estão na propriedade rural)” (R3).

“Acho que acho que sim, tudo tem um processo, pra gente ir ganhando espaço [...]” (R5).

“Então, eles têm essa, eles têm sim essa devolução. Mesmo que as vezes precisa ser um pouco mais firme [...]” (R9).

“eu sinto que os meus pais estão gostando bastante, mas que eles falam e contam, que os elogios mais pras outras pessoas é do que pra mim mesmo [...]” (R18).

Para os respondentes que mencionaram falta de reconhecimento do trabalho realizado na propriedade rural por parte da família, alguns manifestaram desejo por valorização e outros consideram que tal espera por reconhecimento não é essencial para quem deseja ser um sucessor.

“[...] santo de casa não faz milagre.” (R1).

“Não, não é, nem um pouco (pela família) [...] Hoje eu percebo que o reconhecimento não é essencial. Porque fazer o certo é obrigação.” (R4).

“Mas eu também acho que se a gente como sucessor ficar esperando reconhecimento de pai pra tudo não vai fazer nada.” (R19).

Em relação ao reconhecimento pela sociedade do trabalho realizado na propriedade rural, as respostas se associam a atividade que é desenvolvida na propriedade. Alguns filhos consideram que há maior reconhecimento e respeito pela sociedade para grandes produtores

rurais, com atividades como pecuária de corte e produção de grãos em massa. Em contrapartida, pequenos e médios produtores não recebem o mesmo reconhecimento, valorização e incentivos governamentais. Alguns filhos julgam haver falta de conhecimento sobre a maneira como funciona uma propriedade rural e todo o trabalho que é necessário para que a população tenha acesso aos produtos fornecidos por eles.

“Tem gente que me respeita (por ser pecuarista)” (R1).

“Ah eu acho que sim porque como se trata de gado. Tipo assim, querendo ou não ele é um bem hoje extremamente consumido [...]” (R7).

“Eu gostaria mais que o principalmente as pessoas que não conhecem buscar conhecer, buscar ver como é que é lá [...]” (R8).

“Não tanto quanto deveria. Não acho que é reconhecido. Eu acredito que hoje é reconhecido a produção em massa [...] quando se é um pequeno produtor rural, você não tem o mesmo reconhecimento.” (R12).

“Porque a grande propriedade a gente tem bastante esse reconhecimento, do agro, do agro, mas na pequena propriedade aquele que coloca alimento na mesa dos brasileiros isso não muito.” (R13).

“Alguns sim, algum não, quem está no meio e sabe a dificuldade que é o trabalho que é reconhece.” (R20).

Por fim, os entrevistados também pontuaram a existência de um julgamento equivocado sobre a condição financeira dos proprietários rurais.

“Existe uma, uma imagem que o produtor rural é milionário, rico. Não é, tem propriedade. Ele tem patrimônio [...]” (R14).

“Acredito que há muito julgamento por achismo [...]” (R15).

“[...] mas aí entra essa questão de as pessoas acham que o fazendeiro tem muito dinheiro [...] existe um reconhecimento monetário errôneo e e falso porque o a nossa renda vai em partes pra própria fazenda [...]” (R25).

A seguir apresenta-se o resumo das constatações da categoria enraizamento na Figura 12.



Figura 12: Resumo da categoria enraizamento.
 Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Na categoria enraizamento sentimentos subjetivos são estabelecidos pela propriedade rural (XU *et al.*, 2021) e formam o apego à terra. Os respondentes R5, R12, R19 e R25, mencionaram alguns sentimentos positivos como amor, apreço, pertencimento, considerando que estes sentimentos foram formados por estar na propriedade rural desde a infância, tendo a possibilidade de se inserir no meio. Para R1, R4 e R16 é um sentimento de estar preso junto a propriedade rural. Além destes, a R7, R18 e R24, reconhecem o trabalho dos pais e antepassados para manter a propriedade rural da família. Em estudos sobre apego em lugares rurais, estes sentimentos identificados pelos filhos também foram encontrados, mostrando que vínculos são estabelecidos devido a amor, paixão e orgulho pela propriedade rural (BALDWIN *et al.*, 2017). Pelo tempo de permanência na propriedade rural (XU *et al.*, 2019; MARKUSZEWSKA, 2021; XU *et al.*, 2021). Pela consideração pela história da família (CHESHIRE *et al.*, 2013). E, pela formação de raízes pessoais criadas pelo indivíduo que está na propriedade rural (XU *et al.*, 2021)

Sobre o reconhecimento pelo trabalho realizado na propriedade rural, os filhos R2, R5, R8 e R16 apontam a necessidade de um reconhecimento dentro própria família e os R8, R11, R12, R13 e R15 sentem falta de um reconhecimento da sociedade pelo trabalho do homem no campo. Isto indica que o reconhecimento pode ser colocado pelos filhos como forma de valorização profissional e pessoal.

“ele (o pai) ele veio pra Rondônia em busca de terra [...] ganhou o primeiro lote [...] conseguiu virar professor [...] do trabalho no setor público pra trazer recurso pra ir comprando mais terra [...]” (R6).

“Então, cada irmão de cada lado dividiu uma fazenda muito grande em sítios de duzentos e quarenta hectares que formou esse sítio que é onde está a minha avó, meu vô já é falecido que a partir de a partir da do meu pai que é o filho mais velho, ele passou a tomar conta [...]” (R9).

“Então ele (o pai) foi tipo escolhido assim pra pra ficar ali, pra não poder sair, tentar algum emprego fora na cidade e os meus tios, né? Os irmãos dele, no caso, saíram, todos eles saíram, fizeram as suas profissões, né? então meu pai ficou [...]” (R13).

“Mas meu pai comprou uma propriedade com com o dinheiro dele, capital próprio, nada de herança, meu pai nunca teve herança.” (R14).

“Então hoje a gente preza muito, aí meu irmão de não dividir porque quem divide às vezes no futuro você não consegue ter, sei lá, sua despesa é muito grande se dividir não tem jeito, então a gente preza isso [...]” (R16).

“Com a entrada do meu tio e do meu pai. Eles como todas as fazendas resolveram dividir as áreas, do meu tio e com o meu pai, mas eles fazendo isso separado viram que não ia dar certo [...] eles resolveram formar o grupo” (R17).

“[...] o meu bisavô ele ele tinha quatorze filhos, cada filho recebeu duas fazenda de herança [...]” (R20).

“ela (mãe) ficou órfão quando ela tinha dezoito anos, ela primeiro perdeu o pai com nove e depois a vovó com dezoito anos e aí ela e os irmãos dela tiveram que ir assumir a fazenda, muitos jovens [...]” (R21).

“[...] quando os filhos do meu avô tinham em média, minha mãe recebeu a terra com vinte e um anos, vinte e dois anos e e mil cabeças de boi [...]” (R25).

Sobre quem seriam os familiares mais presentes na gestão da propriedade rural, os respondentes ressaltaram o pai, o filho e em alguns casos, o avô. Alguns incluíram as mães participando da tomada de decisão, porém, diretamente, familiares presentes na gestão da propriedade rural costuma ser uma parceria entre o avô, o pai, o tio e o irmão, destacando a figura masculina.

“Nenhum, só o filho (R1). Nem a dona vai, não é por falta de chamar” (R1).

“Meu pai, meu irmão. Terceiro lugar (R3)” (R3).

“o meu pai, né? E agora meu primo, eu acho que eu vejo a mais a participação dele, que nem é tão ligado a gente, assim, é segundo grau [...]” (R7).

“Na gestão mais é meu pai.” (R8).

“hoje meu avô com oitenta e quatro anos ele cuida da pecuária de a pecuária PO, meu pai com a pecuária convencional de abate, né? E o meu tio cuida da

agricultura e estamos aí até hoje [...] minha mãe também trabalha no negócio [...]. (R17).

“[...] em numa escala de de meu pai, minha mãe e eu depois .” (R19).

“Meu avô é presente, ele tá a par de tudo que acontece, só que assim, ano passado ele teve um AVC, então desestabilizou bem [...] (citou a participação da avó, pai e tio) (R20).

Em relação ao que estes familiares fazem e já fizeram pela propriedade rural, os filhos salientaram dedicação e esforço. Alguns resumiram que os pais fizeram tudo pela propriedade rural, devotando a sua vida ao lugar. Outros destacaram esforços necessários para limpar e organizar o lugar, introduzir alguma atividade, aprimorar a produção e melhorar construções (casa, galpão).

“[...] a parte de produção leiteira foi meu pai que introduziu a nova no sítio na propriedade. Então ele que reformou os pastos [...] plantando grama nova [...] ele que foi atrás de de de casos mais qualificados pra produção de leite, raças mais produtoras, ele que fez toda a estrutura de cerca, de curral, ele investe também bastante na casa, no nosso lazer ali pra uma área de de de lazer [...] (R3).

“[...] Ele (o pai) tirou tudo que ele poderia ter de luta pra dar pra gente.” (R4).

“Tudo. É a vida, o suor, o sangue, eh meu pai e meu tio falam muito que eles não saberiam [...] fazer outra coisa [...] então eu acredito que eles fizeram, fizeram e fazem tudo eh pelo negócio.” (R5).

“[...] Então ele (o pai) fez tudo no braço. Tudo ele fez, e com e manteve aquilo e tentou com força física, tanto que o meu pai, hoje, ele tem 78 anos, ele continua subindo e descendo o morro. E ele tem uma força absurda assim, mas ao mesmo tempo ele é uma pessoa assim visualmente sofrida [...]” (R12).

“Tudo né? Praticamente porque a vida deles (pai e mãe) foi sempre lá né? [...] toda a minha formação é das minhas irmãs, eles tiraram o sustento de lá, né? eh e sempre eles moraram lá mas por conta da idade eles resolveram mudar aqui pra cidade.” (R15).

“Então ele (o pai) legado dele foi esse, ele foi arrojado em investir numa região que não era agrícola. Era uma região pecuária. Ele chegou e abriu a fazenda e foi abrindo e foi tendo essa visão.” (R16).

Sobre a influencia de fatores como número de filhos e gênero para definir quem vai trabalhar na propriedade rural, os entrevistados explanaram sobre o gênero, conversas sobre sucessão, desincentivo pela sucessão rural e desavenças entre pais e filhos. O gênero didiviu as percepções, para alguns na família a posição de sucessor é direcionada e imposta ao filho. Outros expuseram que na infância o filho ajudava e estava inserido nas atividades, enquanto a

filha permanecia em casa, algumas vezes ajudando nas tarefas domésticas. Algumas filhas condicionaram a participação na propriedade rural a presença de maridos e cunhados. Outros filhos consideraram que as mães trabalhariam ou já terem trabalhado na propriedade rural abriu espaço para todos, independente do sexo. Entre os respondentes que acreditam que o gênero não seja limitante para se trabalhar na propriedade rural, apontou-se que essa ocupação está mais relacionada a responsabilidade, conhecimento, afinidade, formação, interesse e personalidade.

“Meu pai nunca expressou se prefere que os filhos homens ou a filha mulher tome conta da propriedade. Mesmo porque se ela (a irmã) decidir tocar algum tipo de produção na propriedade ela contará com ajuda do meu cunhado [...]” (R3).

“É, a gente nunca, nunca falou sobre isso, nunca teve essa distinção, né? De ser homem ou por ser mulher eh trabalhar ou não na na empresa, né? Cada um tem um perfil, tem eh o meu pai e o meu tio são bem mais operacionais né? Gostam de estar no dia a dia, eu sou bem mais eh planejamento, gestão, né?” (R5).

“[...] a gente começou a meio que participar mais mesmo com a chegada dos meus cunhados que querendo ou não, como são homens né, eles teoricamente teriam mais facilidade de lidar com a situação, com a terra, com problemas, até mesmo com as situações que ocorrem lá.” (R7).

“[...] A minha irmã ela só não ela só não é a responsável de tudo porque ela escolheu uma vida (fora da propriedade rural) [...] (R9).

“Enquanto eu morava lá, enfim, sempre existia a preocupação do meu pai em com quem que vai ficar, quem que vai ficar, aí com isso e nunca se cogitou nós mulheres.” (R12).

“Se fosse assumir eu geria aquela propriedade, estaria meu marido também, né? Encabeçando isso. Então acho que por isso que dá uma segurança também, né? [...]” (R13).

“[...] não por eu ser homem ou por qualquer outro sentido, mas eu acredito que é mais por causa da minha proximidade por conta da eh da minha formação mesmo.” (R15).

“[...] não tem nenhuma restrição e a gente nunca, nunca foi um problema só ter mulheres na família.” (R17).

“[...] toda semana se fala disso, daí ela, dela (a irmã) assumir alguma coisa, mas por enquanto eu acho que não tá afim não.” (R19).

“eu acho que é uma escolha nossa. Meu pai, ele fala que queria que eu participasse mais [...] eu não sei até qual medida que a a é uma questão de gênero e até aonde que era uma questão de sei lá, dele sentir que meu irmão era mais interessado, por exemplo.” (R21).

“Não, eu acho que relacionado ao gênero não, é mais relacionado a a personalidade mesmo, a quem, a quem se identifica mais, a quem gosta mais [...]” (R24).

“Olha eh, inconscientemente apesar das discussões isso existe muito (direcionar as atividades na propriedade rural para um homem). Isso existe muito no nosso meio, assim absurdamente, eu acho que que que essa é uma questão entendeu? [...]” (R25).

Em relação a existencia de conversas sobre o processo sucessório, a maioria dos respondentes alegam não haver nem planejamento e nem conversa. Alguns julgam que a centralização das atividades pelos pais não deixa abertura para que o assunto seja tratado. Outros afirmam que está subentendido que os pais esperam continuidade no serviço na propriedade rural, mas não conversam sobre a maneira como o processo acontecerá. Em algumas famílias está previsto a divisão da terra entre os irmãos, em outras os irmãos serão sócios, com um gerenciando a propriedade rural e os demais tendo participação. Na maioria das famílias não existe a divisão da gestão do negócio, determinação de posições a serem ocupadas e definição de um sucessor. Alguns entrevistados reconhecem a urgência em esclarecer como serão tratados assuntos como divisão de terras, forma como irá acontecer a continuidade das atividades, quem será o filho que irá gerenciar o negócio, entretanto, externam ser uma demanda futura na família.

“Então assim, ele (o pai) espera ali continuidade no serviço, entendeu? e eu não espero isso do meu irmão. Tanto que o até falou de comprar outra propriedade e me mandar pra outra propriedade.” (R4).

“Essa é uma questão que nunca foi muito tratada né? Meu pai sempre teve uma centralização grande nele.” (R6).

“[...] a gente começou a conversar, mais só que mesmo assim, é uma conversa tipo assim, olha, vamos tomar conta daquela fazenda [...] é mais pra ter aquela terra, saber que aquele é nosso, um dia vai ser, né?” (R7).

“[...] a gente vai ser sócio (R18 e R21), né? Que eu vou tá dentro do negócio, ela vai tá fora, mas com a participação dela em tudo.” (R18).

“Então eu penso que que ah o processo sucessório dentro da minha família, porque não é só aqui, dentro das quatro famílias é muito mais difícil porque eles (mãe e tios) receberam de forma muito fácil então eles não conheceram a dor talvez a luta que é você ter um espaço, você ter um um lugar, entendeu?” (R25).

Outra questão advinda do assunto sucessão na família foram as desavenças que podem ocorrer entre os pais e os filhos. Para os respondentes possíveis desentendimentos acontecem

devido a falta de espaço para se trabalhar no negócio, resistência em aceitar opiniões e mudanças e os pais quererem que tudo aconteça da sua maneira. Por último, alguns também contaram que houve desincentivo pela sucessão na família. Os filhos são incentivados pelos pais a estudar e seguir carreira fora da propriedade rural, na tentativa de conseguir algo melhor e não passar pelas mesmas situações passadas por eles e consideradas difíceis.

“É, e meu pai ele é assim, ele fala uma coisa hoje, ele fala outra coisa amanhã [...]” (R2).

“Porque meu pai é um pouco resistente nisso (implementar tecnologia), muito resistente nisso. Então ele gosta mais da parte tradicional [...]” (R3).

“[...] sempre estava aberto a ajuda mas sempre do modo dele (o pai) então nunca teve uma discussão nesse sentido de que vai fazer algo uma divisão de tarefas por exemplo sempre teve uma centralização.” (R6).

“Meu pai não aceita opiniões.” (R11).

“Porque pra eles foi bem difícil na na geração do meu pai [...] Ele sempre me incentivaram que a gente fosse, que a gente fosse pra fora, né? Ou seja, se a gente fosse estudar porque daí pra conseguir alguma coisa melhor [...]” (R13).

“E aí eu queria propor, pra justamente, pra que, eu tenha, tivesse um lugar mais independente sem mexer na granja porque, eu tinha, já tinha feito a leitura que se qualquer coisa que eu fizesse na granja seria muito difícil porque ali era o território do meu pai [...]” (R19).

“Eu fui incentivado sempre a sair né? Mas daí sempre fui pelo contrário.” (R23).

A Figura 14 sintetiza as constatações da categoria família.



Figura 14: Resumo da categoria família.
Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Na categoria família, os filhos mostraram o quanto as composições familiares podem influenciar no apego à terra e na sucessão rural. Quando foram narradas as histórias das famílias nas propriedades rurais, o legado emergiu como um elemento importante para os filhos. Sendo observado em propriedades que foram conquistadas por bisavós ou avós e depois mantidas pelos pais (R3, R18, R20) e em propriedades que foram idealizadas pelos pais (R14 e R23). O R2, R12, R21 e R24, reconhecem todo trabalho, dedicação e zelo que foi necessário, principalmente do pai, para que a propriedade rural atingisse o estado atual. O estudo de Cassidy (2017), explica que o apego a lugares rurais é refletido pela preservação do legado da história e responsabilidade com a propriedade rural, o que pode se relacionar a forma como os filhos se portam.

O número de filhos não foi um fator considerado como influente, na visão dos filhos, no momento da sucessão nas famílias. Contudo, nos R5, R16 e R17 as famílias possuem grandes propriedades e prezam por não dividir as terras entre herdeiros e sim fomentar a formação de um grupo entre irmãos para gerir o negócio. Para os R12 e R23 as famílias possuem propriedades rurais menores e os filhos receberam desincentivo pela sucessão rural, nestas situações o pai pode acreditar que fora da propriedade rural há melhores oportunidades para os filhos. Estes casos indicam uma relação entre o número de filhos e o tamanho da propriedade rural quando o assunto é o processo sucessório.

As relações familiares são apontadas como presentes na formação de vínculos com a propriedade rural (HINOJOSA *et al.*, 2016). Notou-se no estudo que apesar do reconhecimento por todo o trabalho dos pais e antepassados para preservar a propriedade rural os filhos expõem, em diferentes momentos da entrevista, a existência desavenças com os pais. O R3 possui vontade em implantar tecnologia, mas o pai cultiva processos tradicionais. As R11 e R25 gostariam de participar na gestão, mas os pais não dão abertura. Os pais do R6 e R14 sempre querem ter o controle das decisões. A R21 tem uma posição diferente em relação a assuntos como produtividade, mas não entra em embate com o pai. O R23 almeja menores questionamentos, por parte dos pais, na tomada de decisão.

O gênero dos filhos foi considerado relevante quando o assunto era sucessão na família, porém, divergiu opiniões entre os respondentes. Em boa parte das famílias, é esperado que um filho seja o sucessor ou já tenha assumido o papel de sucessor. Os R3, R14, R18 e R20 são alguns exemplos de famílias que possuem sucessores e sucessoras, mas que insinuaram que a ocupação foi ou será mais direcionada ao homem. Esta constatação corrobora com a literatura de que no homem uma responsabilidade em manter a propriedade

da família é atribuída e isto pode gerar um apego formal (CASSIDY, 2017; STOCKDALE; FERGUSON, 2020).

Para as mulheres, a literatura coloca que o apego à terra feminino está relacionado a socialização e lealdade (CASSIDY, 2017). Isso é observado nas participantes R5 e R17 (família sem filhos homens) quando mencionam lembranças dos pais levando em feiras agropecuárias e retratando o mundo rural como prazeroso. É exposto também pela literatura que filhas possuem desejo de proximidade com a família no presente e futuro (STOCKDALE; FERGUSON, 2020) e esta pode ser uma forma de apego à terra. As filhas R14 e R20 manifestaram a vontade de proporcionar aos seus filhos uma infância na propriedade rural indicando um desejo de incluir os filhos no mundo rural.

O R9, R19 e R21, afirmam não haver distinção de gênero para trabalhar na propriedade rural e ainda ressaltam que alguns pais incentivam a participação das filhas. As respondentes consideraram que ser uma sucessora é colocado como algo que pode ser uma escolha e produto de interesse das filhas.

6.2.5 Retorno financeiro

Na categoria retorno financeiro foi analisado como são tomadas as decisões na propriedade rural, quais decisões já fizeram a diferença e a possibilidade da renda proveniente do negócio suprir as necessidades da família. A nuvem de palavras da categoria retorno financeiro está na Figura 15.

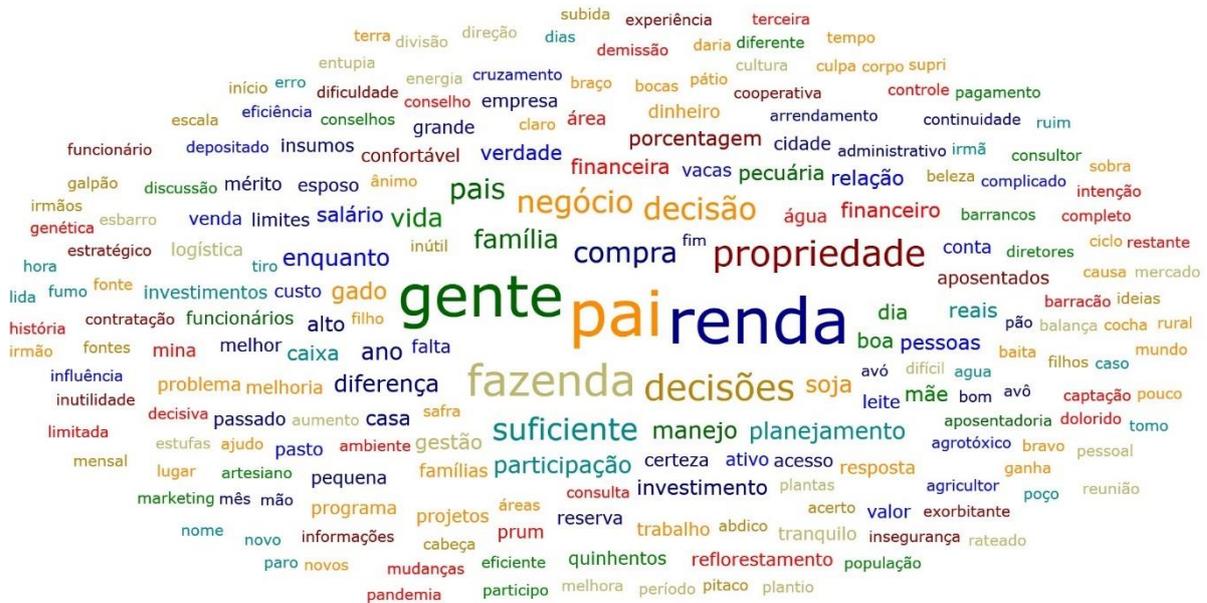


Figura 15: Nuvem de palavras: categoria retorno financeiro.
Fonte: Atlas.ti 22.

A Figura 15 mostra decisões que fizeram a diferença na propriedade rural (investimento, manejo, pecuária, soja, marketing); a forma como a família utiliza a renda (suficiente, financeiro, investimentos, exorbitante) e como acontece a tomada de decisão na propriedade rural (gestão, decisão, pai, participação).

A maioria dos entrevistados considerou que a renda é suficiente para suprir as necessidades da família e ter uma vida boa. Ressalta-se que para alguns a renda é exclusiva dos pais (pai e mãe), tendo seu próprio emprego e pequenos retornos dos investimentos realizados na propriedade rural. Alguns respondentes mencionaram que a situação financeira melhorou após a aposentadoria dos pais. Outros entrevistados possuem outras fontes de renda, não dependendo unicamente da propriedade rural. E em algumas famílias existe parte da área arrendada o que garante um rendimento.

“É suficiente, não é aquela renda muito exorbitante, mas é uma renda que famílias que moram na cidade não conseguiriam [...]” (R3).

“Olha eu sou muito aquele negócio que a água não pode pingar de lugar só não. Então eu acho que a gente tem que ter uma segunda fonte de renda [...]” (R4).

“Do meu pai sim [...] porque a gente (filhas) não tem participação, no caso, embora eu tenha um investimento lá é aquela história, eu tô investindo pra dar continuidade no que precisa [...]” (R7).

“[...] é uma renda extra, é porque meus pais foram funcionários públicos até o ano passado, agora eles aposentaram [...]” (R9).

“Totalmente. Hoje ela supre as necessidades deles com sobra. Eles vivem super bem com o que ele, com o valor que eles arrendam lá. Agora eh se fosse juntar os cinco (pais e filhos) né? Ai já é muito né?” (R14).

“É, ela é mais do que suficiente na verdade [...]” (R19).

“ [...] lá tem uma tem área da fazenda que arrendada pra lavoura, que é arrendamento, então isso salva bastante, se for viver só da pecuária não.” (R20).

Entre os filhos que não julgam suficiente a renda proveniente da propriedade, para suprir as necessidades da família, há quem atribui aos investimentos necessários e quando diminuir ou acabar os pagamentos, a renda será suficiente. Outros informaram que a propriedade rural nunca foi a renda principal da família, sendo assim, a família não depende exclusivamente dela, considerando não ser suficiente.

“Quando eu zerar os investimentos que foram feitos sim, estou pagando e quando parar vou ter uma vida boa, mesmo sendo pequena (a propriedade rural).” (R1).

“Até então não porque a gente está investindo muito na sua propriedade ainda. Até então ele está gastando mais do que que poderia receber e guardar ou investir, melhorar.” (R2).

“[...] a propriedade sempre foi a renda extra, porque a renda principal da família sempre foi do trabalho que tinha fora da propriedade [...]” (R6).

“Ainda não é. O que nós produzimos lá ainda só é só dá de pagar o funcionário [...] mas é um custo alto pra te falar a verdade [...]” (R9).

Para a tomada de decisão na propriedade rural algumas famílias envolvem os filhos e outras não. Alguns respondentes tomam todas as decisões necessárias e avaliam que acertos e erros são de responsabilidade própria. Há respondentes que tomam decisões, podendo ser financeiras, operacionais, administrativas, mas se reportam ao pai e/ou familiares para implementação. Outros participam de reuniões e/ou conversas em que o pai comunica o que pretende fazer na propriedade rural e esta é considerada uma forma de acompanhar o que está acontecendo no negócio.

“Eu tomo todas as decisões. O que acertei ou errei é culpa minha [...]” (R1).

“Hoje eu faço a gestão de pessoas, cultura e projetos. Então eu me reporto ao aos meus pais, ao meu tio [...]” (R5) .

“Então, assim, a gente tá entendendo mais, participando mais, mas não é uma decisão tipo assim, eu decidi isso aqui vai acontecer, é uma decisão acompanhando a decisão do meu pai [...]” (R7).

“Eu considero que tenho bastante participação nas decisões que são tomadas. Pra tudo, se vai comprar alguma coisa, se vai vender alguma coisa, se vai fazer alguma melhoria na casa.” (R12).

“Nessas duas eu tomo decisão de tudo, desde o compra de insumos, vamos falar assim, venda de insumos, contratação de pessoas, demissão de pessoas, aumento de salário, compra de peças.” (R16).

Os entrevistados que não participam da tomada de decisão na propriedade rural entendem que tal situação se dá pela falta de abertura e aceitação de suas ideias pelos pais. Há quem considere seu posicionamento oposto ao do pai ou não concorde com o funcionário que foi colocado à frente da gestão e prefere não participar da tomada de decisão.

“A resposta quase cem por cento é não. Mas assim, pra alguma coisa ou outra, como eu falei meu pai é muito turrão e reticente a receber conselho.” (R3).

“Eu gostaria, até gostaria (de participar das decisões) [...] Gostaria se meu pai fosse aberto pra isso.” (R11).

“Não [...] participo em algumas reuniões assim mas bem pouco.” (R17).

“Olha, eu acho que eu tenho uma cabeça diferente assim, principalmente do meu pai [...] eu prefiro não entrar muito no negócio porque eu acho que é um uma coisa que vai me machucar vai atrapalhar a nossa relação [...]” (R21).

“Não, não tenho [...] é um sentimento de inutilidade [...] porque eu estou aqui dentro da propriedade sem fazer nada [...]” (R25).

Entre as decisões que fizeram a diferença na propriedade rural, os respondentes relataram sobre divisão de pasto, população de plantas, genética, programa para controle do gado, venda, melhorias no ambiente, logística eficiente, entre outras. Um filho demonstrou a vontade de implementar alguma tecnologia, mas não é possível devido à resistência do pai.

“[...] divisão de pasto, cocha coberta, agua encanada, balança na fazenda pra pesar o gado que antes não tinha. São investimentos que fizeram a diferença.” (R1).

“Então assim, eu tento sempre trazer oficina, almoxarifado e um pátio onde você pode mexer tudo junto [...]” (R4).

“A parte genética tem dado uma diferença, principalmente tive uma certa influência, uma persistência até na parte do cruzamento [...]” (R6).

“Bom, nessa fazenda que é mais difícil a gente fez em novembro do ano passado, finalmente, um poço artesiano [...] Foi um investimento alto, só que agora a gente tem uma reserva de água [...]” (R18).

“[...] desde de em questão de melhorar galpão, melhorar logística, a logística era muito ruim pra acesso as estufas, essas coisas, era bem complicado [...]” (R23).

A Figura 16 resume as constatações da categoria retorno financeiro.

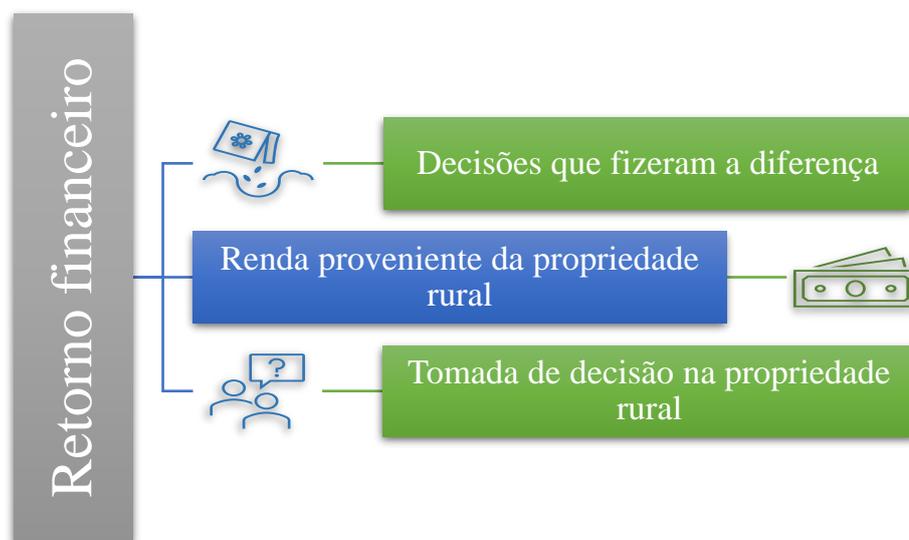


Figura 16: Resumo da categoria retorno financeiro.
Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Como mencionado anteriormente, nenhum dos pesquisados possuía vontade em vender ou mostrou pleno desinteresse pela propriedade rural da família. Tal constatação ficou, ainda mais evidente na categoria retorno financeiro. A renda obtida com o trabalho realizado na propriedade rural é apontada na literatura como formadora do apego à terra e dependência com o lugar rural (STOCKDALE; FERGUSON, 2020; XU *et al.*, 2021). No estudo, foram identificadas diferentes formas de gerenciar a renda das propriedades rurais e todas essas formas configuram um vínculo com o lugar rural. Constatou-se que existem famílias em que a renda da propriedade rural é a principal fonte (R1, R2, R8, R18, R23 e R25). Em outras é suficiente para suprir as necessidades dos pais (pai e mãe), sem incluir os filhos (R7, R12, R14 e R15). Em algumas a renda está combinada com aposentadoria dos pais (R9 e R13). Há famílias em que o arrendamento de parte da propriedade rural garante um rendimento a mais (R15, R19 e R20). Existem filhos que optam por outra fonte de renda para acrescentar ou não depender somente da propriedade rural (R4, R5 e R6). Há filhos que enxergam na propriedade rural a sua segunda fonte de renda futuramente (R3, R7, R21 e R24).

Os entrevistados também destacaram algumas preocupações que podem existir com a propriedade rural: R1 e R2 a necessidade de investimentos; R9 os altos custos necessários para manter a propriedade rural e ter um funcionário, o que resulta em uma pequena renda para a família; R7 o tempo que uma propriedade rural consome de quem trabalha nela. Segundo a literatura sobre o tema, fatos relacionados ao lugar rural, quando encarados como dificuldades, podem afetar o grau de apego à terra (XU *et al.*, 2019).

internet, lazer, cama, cinema, piscina, *wifi*); e a consideração ou não pelo lugar como um lar (sonho, casa, lar).

Entre os filhos que sentem atração pela vida rural, destacam a natureza, produção, segurança, calma, tranquilidade, simplicidade, felicidade, privacidade, e outros elementos que podem remeter a uma melhor qualidade de vida. Além disso, há quem considere melhor ser dono do negócio, há quem pondere estar na propriedade rural ser uma escolha diária, há quem aprendeu a gostar da vida rural e há filhos que estão no meio rural desde tenra idade.

“Porque eu nasci nesse meio e quero morrer nesse meio. Fácil não é, mas é melhor do que trabalhar de peão pros outros. Ser dono é melhor, é diferente.” (R1).

“Porque eu gosto de lá, sempre gostei, nunca pensei em sair de lá [...]” (R8).

“[...] até pelo custo de vida ser mais baixo, pela segurança [...] ter um modo de vida, mais, eu acho diferente, mais saudável pra te falar a verdade.” (R9).

“Porque é uma vida mais calma, né? Mais limpa, né? Não tem tanta poluição [...] eu não sou pra cidade grande, não tenho cabeça pra isso.” (R16).

“Uma paz, eu moro aqui na cidade no meio de uma rodovia eu acho horrível [...] quando eu chego no Mato Grosso do Sul o barulho da cigarra, dos passarinhos, de natureza sou apaixonada.” (R17).

“Bom, sinto mais, é o que eu mais gosto, é de certa forma que o esquema híbrido, uma parte no campo, uma parte rural.” (R18).

“Meu sonho seria poder morar na fazenda e ter uma vida do típico produtor, do típico fazendeiro de filme assim, sabe? Acordar, trabalhar na, tá na, tá na fazenda [...]” (R19).

“Ai por que eu acho que vai muito da nossa primeira infância? Acredito que isso interfere muito [...] quem está ali criado no meio mora tranquilamente na área rural, quem é acostumado com essa loucura da cidade aqui não, pira na no sossego [...]” (R20).

“Porque eu cresci aqui, eu vivi aqui, isso é o que eu te disse, é uma escolha diária, é uma vontade de estar aqui mesmo com as dificuldades de sucessão [...]” (R25).

Entrevistados que não se sentem atraídos pela vida rural alegaram alguma precariedade na infraestrutura ou preferência pela cidade e melhores oportunidades que no campo.

“O que falta, às vezes, é a parte do lazer, o distanciamento ou alguma precariedade de infraestrutura pra gente ter que construir tudo e o custo pra construir no rural às vezes é maior.” (R6).

“Porque assim, eu gosto muito de cidade, eu gosto muito de viajar e conhecer novos lugares [...] Então, é interessante, é, eu acho muito interessante, mas tipo, eu aqui e a fazenda lá.” (R7).

“Ai porque eu não gosto muito de mosquito, eu não gosto muito de calor, eu gosto de arquitetura, eu gosto de concreto. Eu sou mais urbana, mas assim, acho lindo a natureza [...]” (R24).

Sobre considerar a propriedade rural um lar, alguns respondentes apontaram já ser um lar ou uma extensão do seu lar, por se tratar de um ambiente gostoso e estruturado. Por outro lado, quem não a considera dessa forma explica que nem os pais residem no lugar, por isso, a propriedade rural nunca será um lar.

“Ela é um lar na raiz da palavra. Ali é onde a gente mora, não é um local que a gente vai pra passar final de semana ou pra passar um período, é onde a gente tá no dia a dia.” (R3).

“É uma extensão do nosso lar, a gente está até construindo uma parte nova lá da casa da nossa sede porque não tem mais espaço na casa. É uma casa bem antiga, então, são vários quartos, mas poucos banheiros [...]” (R5).

“Não sei, tipo, num nunca vai chegar a ser um lar. Pra mim nunca vai ser, vai ser tipo assim um uma fonte de renda [...]” (R7).

“Hoje eu acredito que a gente tenha bem definido que é sim um lar [...]” (R13).

“Eu acho que não falta nada porque eu nunca teria uma propriedade rural como lar.” (R24).

Por último, os filhos foram questionados sobre o que tem e o que falta para a propriedade rural seja considerada um lar. Alguns filhos já consideram a propriedade rural um lar e mencionaram faltar somente sua presença para o lugar estar completo. Alguns respondentes pontuaram a necessidade em ter o seu próprio espaço na propriedade rural, ou seja, ter a sua própria casa. Outros entrevistados têm algumas preferências por construções para lazer. Foi reforçado que hoje em dia na propriedade rural já é possível ter acesso a casa com boa estrutura, ar-condicionado, internet, estrada em boas condições. Estar na propriedade rural pode se assemelhar ao conforto encontrado na cidade, e quando necessário, é possível se deslocar a um centro urbano com facilidade e rapidez.

“Eu tenho um sonho não de morar, mas de fazer a casa que minha mãe quer (casa para lazer) [...]” (R2).

“É um ambiente gostoso, seguro. E no meu modo de pensar aqui eu teria que ter o meu canto [...]” (R4).

“Então acho que o que falta é eu ter minhas roupas lá [...]” (R5).

“Só que eu tenho dessa pegada de eu ter o meu [...] se tiver futuramente, tiver uma esposa por exemplo, ela tem um conforto de estar no mesmo conforto da cidade lá ela não precisa trabalhar na roça [...]” (R9).

“Aqui não é tão longe da área urbana da cidade, a gente não pega estrada de chão. É bem bom aqui, bem estruturado. Tem um ônibus que passa aqui na frente.” (R11).

“Só uma piscininha assim pra passar o verão seria ó, top.” (R13).

“Hoje essa fazenda de Guia Lopes falta uma churrasqueira [...] Era isso, mas assim, hoje eu tenho internet, né? Você tem ar condicionado, você tem todo um conforto duma cidade, né? Depois que foi implantada a internet rural, acabou o problema. Aqui não tem sinal nenhuma das três fazenda tem sinal, mas nós temos internet.” (R16).

“Eu estar lá. Isso que falta” (R17).

“[...] eu ir pra lá, no caso faltaria coisas minhas, não coisas lá [...]” (R20).

“Não falta. Os desafios que a gente encontra são regionais, são do tamanho da da cidade, são são coisas nada nada a ver com a fazenda [...]” (R25).

Por outro lado, quem não considera a propriedade rural um lar, julga a falta de infraestrutura, a pouca segurança oferecida¹¹, bichos e insetos presentes no lugar, simplicidade e falta de atrativos, privação de vida social, distância de familiares e centros urbanos, como pontos negativos do lugar.

“Essa questão de infraestrutura, acho que ainda é muito precário, eu tô conversando com você aqui, tô na propriedade, hoje, porque há dois anos atrás a gente não tinha internet [...] Então o sinal de telefone, o meu por exemplo aqui não pega [...]” (R6).

“[...] pra mim seria um pouco mais difícil, porque minha esposa, por exemplo, ela não gosta tanto da vida do campo como eu gosto. Hoje pro ambiente rural ser realmente de fato um lar todo mundo tem que estar feliz morando lá [...]” (R15).

“Infelizmente segurança [...] a propriedade muito perto da cidade tem suas vantagens e desvantagens, e a questão de roubo é um problema que a gente enfrenta muito [...]” (R19).

“[...] tem as coisas que são próprias da cidade também [...] a parte social, poder ir num restaurante, de vez em quando, no cinema, umas coisas assim [...] falta gente.” (R21).

“[...] se a fazenda fosse um pouco mais perto de São Paulo, da minha família, da onde tá da onde tá o meu centro aqui, talvez seria um pouco mais acessível pra visitas [...]” (R24).

Algumas filhas relacionaram à vida rural uma necessidade de incluir a sustentabilidade na propriedade rural da família.

“[...] tu poder ter uma horta talvez maior, poder plantar esses produtos que a gente compra e consome aqui na cidade, né? Como mandioca, batata enfim, hortaliças,

¹¹ R9 – propriedade no estado de São Paulo

né? Eu teria vontade de talvez produzir isso lá, né? Produzir sem agrotóxicos, sem sabe produto químico assim? Pra ter uma qualidade de vida melhor. Seria nesse sentido que eu teria vontade, né? De explorar a propriedade mais pra isso.” (R13).

“Olha, eu acho que assim, pra pra me satisfazer eu acho que teria que ser uma coisa que produzisse, mas de uma forma mais sustentável. Eh eu acho que no Brasil hoje a gente tem um impasse muito grande entre o o meio ambiente e muitas vezes ela entra num embate que não deveria existir com com o meio rural né? Porque eles são completamente interligados [...]” (R21).

“[...] gosto da do tema da sustentabilidade, acho importantíssimo eh, essa questão de levar pra frente o trabalho dos meus pais [...]” (R24).

A Figura 18 apresenta o resumo das constatações da categoria vida rural.



Figura 18: Resumo da categoria vida rural.
Fonte: Elaborada pela autora.

Na categoria vida rural, a preferência pelo estilo de vida rural é considerada para a formação de apego à terra (CHESHIRE *et al.*, 2013). Vários filhos se sentem atraídos pelo estilo de vida rural e justificam se tratar de melhor qualidade de vida. Entre as preferências que formam o apego à terra está a paz na propriedade rural (R9, R11 e R13). O objetivo em ter seu próprio espaço na propriedade rural (R1, R4, R14, R18 e R23). O desejo por construções para lazer na propriedade rural (R2, R7, R13 e R16). Além da natureza na propriedade rural como algo que melhora o lugar (R4, R12 e R17). Alguns filhos consideram hoje em dia ser possível que todo o conforto oferecido na cidade seja encontrado na propriedade rural (R3, R9, R12, R16 e R22). Estas preferências foram identificadas em estudos prévios sobre o apego em lugares rurais, destacando a possibilidade de tranquilidade e

segurança na propriedade rural (XU *et al.*, 2019). A vontade em ter sua própria casa na propriedade rural (XU *et al.*, 2021) e nas construções para lazer na propriedade rural (BALDWIN *et al.*, 2017). A natureza na propriedade rural como ponto positivo da vida rural (BALDWIN *et al.*, 2017). E no julgamento de não faltar nada quando comparado ao centro urbano e ter comodidade no dia a dia (XU *et al.*, 2021).

Foi identificada a preferência por um esquema híbrido, em que seja possível dividir a moradia entre centro urbano e meio rural (R4, R6, R14 e R18). Cheshire *et al.* (2013) constataram em seu estudo que alguns proprietários rurais preferem separar casa e local de trabalho. Neste trabalho foi encontrada uma vontade em dividir o tempo nos lugares para, possivelmente, aproveitar os benefícios nos dois locais. Entretanto para R7 e R24 a propriedade nunca seria um lar. Ambas as filhas não se sentem atraídas pela vida rural, possuem preferência por centros urbanos e citaram bichos, clima, distância da cidade, estrutura do local como pontos negativos. Zhong *et al.* (2021) evidenciaram em seu estudo sobre o apego à lugares rurais a existência de atrativos externos que um centro urbano oferece, fazendo com que indivíduos, mesmo que ligados ao rural, tenham altas exigências na hora de considerar a propriedade rural como um possível lar.

O desejo pela inserção de uma produção sustentável na propriedade rural foi mencionado por algumas filhas (R13, R21, R24). O estudo de Góngora *et al.* (2019) indica que a viabilidade agroecológica é um dos caminhos para incorporar a nova geração de sucessores no meio rural, pois é buscada por um perfil mais inovador e preocupado com técnicas que respeitem o meio ambiente.

Por fim, as seis categorias apresentam exemplos de apego à terra que podem refletir no processo sucessório das famílias. Hofstede *et al.* (2022) quando investigaram a influência de fatores simbólicos (intangíveis) e materiais (tangíveis) na expectativa de permanência de jovens adultos em áreas rurais encontraram que avaliações positivas de elementos como pertencimento à área e à comunidade e qualidade de vida se mostraram mais significativas para a permanência do que a disponibilidade de serviços e instalações, acessibilidade da moradia e presença de familiares e amigos. Os autores identificaram que as novas gerações possuem perspectivas diferentes e a permanência em áreas rurais depende de um mix de fatores e deve considerar os diferentes contextos geográficos. O estudo de Hofstede *et al.* (2022) se relaciona quando identificamos a importância de categorias como enraizamento e vida rural a participação na comunidade, o posicionamento dos filhos na família e a identificação de categorias que estão associadas.

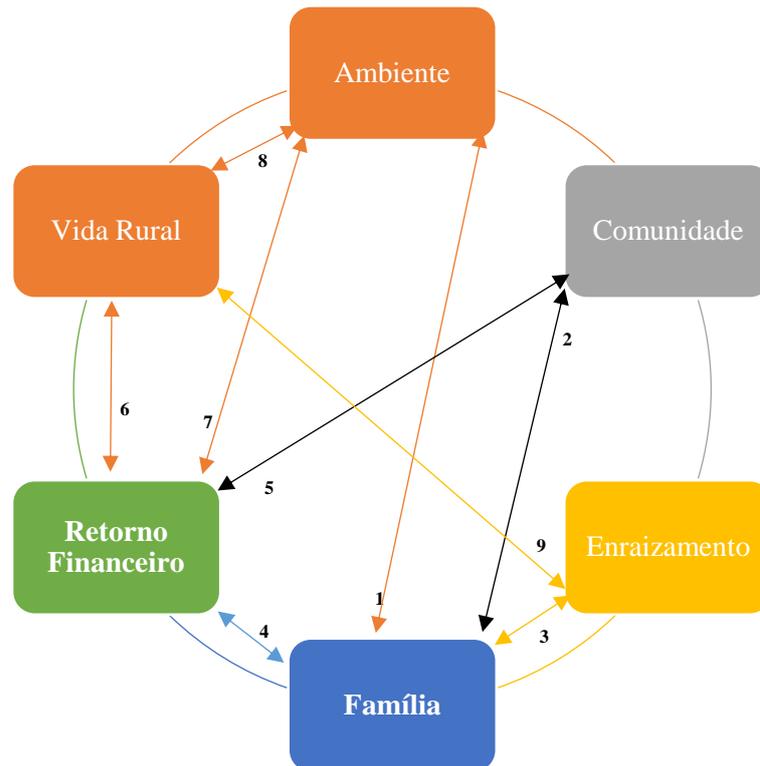


Figura 20: Relação entre as categorias de apego à terra.
Fonte: Elaborada pela autora (2022).

As categorias família e retorno financeiro apresentam mais inter-relações. Dentre as seis categorias de apego à terra houve evidência das categorias família e retorno financeiro. Na categoria família os filhos têm maior chance de criar vínculos devido as pessoas próximas que estão na propriedade rural e o legado que a família construiu no lugar rural, ou seja, a propriedade rural é vista como um lugar que preserva a infância, a história, os momentos, as relações e pessoas que fazem parte da família. Na categoria retorno financeiro a propriedade rural é vista como um lugar que se tornou um patrimônio para a família e deve ser preservada ao máximo, pois pode garantir frutos econômicos no presente e futuro. Neste sentido, tanto questões afetivas quanto questões econômicas, ligadas ao negócio familiar, são significativas para os filhos, seja para intensificar a relação com a propriedade rural ou na possibilidade de gerenciá-la futuramente.

Nas inter-relações apontadas na Figura 20, a relação entre a categoria família e ambiente (1) mostrou como os filhos valorizam o que o pai construiu ou arrumou (físico ou natural) na propriedade rural. Entre família e comunidade (2) há o relacionamento com pessoas da comunidade em torno da propriedade rural, na maioria das vezes criado,

estabelecido e mantido pelo pai e também, a existência de relações com parentes vizinhos, formando um vínculo familiar no meio rural. Entre família e enraizamento (3) expôs como os filhos consideram a história da família na propriedade rural como fator para formação de sentimentos como amor, paixão e orgulho. E entre família e retorno financeiro (4) indicou que o pai, ainda, é quem toma a maioria das decisões de gestão dentro da propriedade rural.

A relação entre comunidade e retorno financeiro (5) há o estabelecimento de uma troca comercial, seja com venda de gado e arrendamento, por exemplo. Entre retorno financeiro e vida rural (6) foi constatado que mesmo que o filho não tenha apresso pela vida na propriedade rural ou vida de produtor rural, existe o interesse em ter um rendimento proveniente da propriedade rural. Entre as categorias retorno financeiro e ambiente (7) os filhos indicam como as decisões tomadas nas propriedades rurais contribuíram para desenvolvimento e melhoria do seu funcionamento. Dentre as demais relações notadas entre as categorias, observa-se que vida rural e ambiente (8) é notável que alguns filhos considerem que na propriedade rural já é possível encontrar condições semelhantes à da cidade no quesito conforto e lugar para morar. Entre vida rural e enraizamento (9) alguns filhos atrelam os sentimentos de amor, paixão e orgulho pela propriedade rural à vontade de trabalhar e/ou morar na propriedade rural.

Scannell e Gifford (2010; 2013) evidenciaram que a formação de apego a lugares é única para cada pessoa, sendo que nas dimensões, pessoa-lugar-processo psicológico, é justificável que uma seja mais presente que a outra nos indivíduos. Tal constatação foi verificada neste trabalho, seja em filhos que apresentam preferência pela atividade desenvolvida (ambiente) (R2, R6, R18), os que enxergam a propriedade rural como uma fonte de renda (retorno financeiro) (R7, R24), entre os que almejam ser um produtor rural (vida rural) (R1, R4, R19). Entretanto, a existência de categorias que estão associadas ficou evidente na pesquisa, isto pode presumir que os filhos não apresentam somente um tipo de apego à terra. Em seguida, uma análise da relação entre as seis categorias de apego à terra e o processo sucessório foi realizada para identificar as eventuais influências.

6.5 Categorias de apego à terra e a sucessão rural

Os 25 entrevistados foram questionados sobre a vontade de ser um sucessor (dados do Quadro 5), 15 responderam que sim, seis responderam que não e quatro possuem algum tipo de interesse na gestão da propriedade rural. Dentre os que afirmaram querer ser um sucessor, 11 são homens e quatro são mulheres. Oito homens já assumiram ou participam da gestão e uma mulher já participa na gestão. Entre os filhos que não querem ser sucessores, dois são homens e quatro são mulheres. Por fim, dos que possuem interesse na gestão, um é homem e três são mulheres. Tais constatações mostram ser considerável o número de filhos que almejam estar à frente ou participar no negócio da família (19 - 76%). Os seis que não se declararam um possível sucessor, nenhum deseja vender ou não tenha preocupação com a gestão futura.

Existem filhos sucessores que planejam viver do trabalho rural (R1, R2, R16, R23), sucessores ou interessados na gestão que possuem uma carreira ou ocupação não rural e não pretendem abandoná-la para ser, somente, um produtor rural (R6, R7, R15, R21). Assim como filhos não sucessores que possuem suas carreiras, mas enxergam a propriedade rural como uma opção para investimento ou segunda fonte de renda futuramente (R3, R14, R22, R24). Com isso, após a análise dos diferentes apegos à terra que os filhos de proprietários rurais manifestaram, apresenta-se como os achados podem se associar ao processo de sucessão rural nas famílias.

6.5.1 Categoria Ambiente e a Sucessão rural

Na categoria ambiente, o apego à terra pode ser formado pelas características naturais e físicas da propriedade rural. Quando a categoria foi associada a sucessão rural e ao posicionamento dos entrevistados foi possível observar:

- Paisagem da propriedade rural: alguns filhos apresentam encantamento pelo visual na propriedade rural, toda natureza, beleza e parte material que é encontrada (R1, R4, R11 e R12). Acrescenta-se os filhos que agregam o trabalho realizado a paisagem (R2, R18 e R22). Porém, alguns filhos não são ligados a natureza e esperam melhorias no ambiente físico (R6, R7 e R24).
- Localização da propriedade: alguns filhos consideram que o local onde a propriedade rural está, especial, único e propício para as atividades (R8, R12 e R23). Por outro

lado, alguns filhos apontam empecilhos para acesso até a propriedade rural (R6 e R24).

- Distância de centros urbanos: há filhos que consideram pouca distância entre a propriedade rural e um centro urbano, fator que facilita o acesso a serviços necessários (R2, R3, R5 e R22). Em contrapartida, há filhos que preferem grandes centros urbano e enxergam a distância entre eles e a propriedade rural um impedimento para seu envolvimento (R7 e R24).

O ambiente da propriedade rural como formador de apego à terra possui influência na sucessão rural na maneira como os filhos percebem as características naturais, físicas e a atividade como positivas - beleza, lugar especial e único. Há filhos que não são sucessores e possuem afinidade pelo ambiente natural da propriedade rural (R11 e R12), sucessores que são ligados ao ambiente como trabalho (R2 e R18) e interessados na gestão que não estão ligados ao ambiente da propriedade rural (R7 e R24).

Nos filhos que não se importam com distâncias de centros urbanos e almejam melhorias no físico (mas nada que seja considerado um problema), a vontade de ser um sucessor é maior do que para filhos que indicam barreiras como clima, insetos, distância de centros urbanos, nestes é perceptível um interesse mais relacionado aos frutos do negócio. Na literatura sobre sucessão rural foi constatado que o processo tem menos probabilidade de acontecer devido a longas distâncias da propriedade rural de um centro urbano (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007). A probabilidade do processo de acontecer pode ocorrer devido a localização propícia para o desenvolvimento da atividade (MISHRA *et al.*, 2010), construções, terra e produção na propriedade rural (JOOSSE; GRUBBSTROM, 2017) e a dimensão física da propriedade rural (CAVICCHIOLI *et al.*, 2018). Nos filhos que associam o ambiente da propriedade rural com a atividade que é realizada (R2, R16, R22) constata-se que o apego à terra esteja mais relacionado a parte produtiva do que a natureza. A literatura de sucessão rural indica que algumas atividades específicas, por exemplo, lavoura e pecuária são mais atrativas para sucessores (INWOOD *et al.*, 2013).

6.5.2 *Categoria Comunidade e a Sucessão rural*

Na categoria comunidade, o apego a terra é formado pelo envolvimento e troca de experiências com pessoas da comunidade próximas da propriedade rural. Ao associar a categoria com a sucessão rural foi possível verificar:

- **Relações construídas:** os filhos alegaram que a relação com a comunidade é boa, pode resultar em parcerias e as vezes acontece informalmente (R5, R6, R11, R12 e R23). Em algumas famílias essa relação é estabelecida pelo pai, assim, os filhos não demonstram envolvimento (R3, R7, R24).
- **Experiências compartilhadas:** a troca de experiências sobre a propriedade rural é algo realizado, não só com vizinhos, mas também com pessoas de perfil semelhante (R16, R17 e R25). Essas pessoas partilham conhecimentos, interesses e discussões sobre o meio rural que agradam os filhos. Alguns filhos mencionaram não realizar nenhuma troca de experiências (R3, R7, R21, R24).

A comunidade em torno próxima da propriedade rural como formadora de apego à terra possui influência na sucessão rural por promover um envolvimento dos filhos no meio rural. Entre os respondentes, existem sucessores que possuem boa relação e trocam experiências na comunidade (R5 e R23), sucessores que possuem boa relação e não trocam experiências (R1 e R9), não sucessores que possuem boa relação na comunidade (R11 e R12), não sucessores e interessados na gestão que não conhecem as pessoas da comunidade (R7 e R22).

Os filhos sucessores mencionam amizade, troca de experiências, relações comerciais, participação em Sindicato Rural, participação em cooperativas agrícolas, destacando a formação de redes de relacionamentos rurais. Filhos não sucessores ou interessados na gestão possuem poucas relações com a comunidade rural, isso pode indicar que para estes filhos a criação de redes de relacionamento não é algo primordial, já que possuem outros anseios além da propriedade rural. Estudo sobre o processo sucessório mostrou que a probabilidade de acontecer é maior devido a redes de relacionamento na comunidade (JOOSSE; GRUBBSTROM, 2017).

6.5.3 Categoria Enraizamento e a Sucessão rural

Na categoria enraizamento, o apego à terra é formado por sentimentos como amor, paixão e orgulho que tenham sido desenvolvidos pela propriedade rural. Na relação da categoria com a sucessão rural foi possível encontrar:

- Interesse, paixão, satisfação: filhos que demonstram sentimentos pela propriedade rural se mostraram mais comprometidos com o lugar, com a atividade e o negócio da família (R1, R2, R3, R12 e R19).
- Envolvimento desde cedo: entrevistados que tiveram a oportunidade e espaço para trabalhar desde cedo na propriedade rural se sentem mais responsáveis pelo negócio da família e demonstram empenho em continuar o negócio (R5, R9 e R19).
- Reconhecimento pelo trabalho realizado: no âmbito familiar o reconhecimento pelo trabalho para alguns é algo que existe, porém, foi mais apontado como difícil de conquistar, de modo que não deve ser criada tanta expectativa (R4 e R19). No âmbito social os respondentes alegam que esse reconhecimento é resultante da atividade realizada e sua relevância para a sociedade, sendo atividades como lavoura e pecuária reconhecidas, enquanto a agricultura familiar não (R3 e R12).

O enraizamento como formador de apego à terra possui influência na sucessão rural na maneira como os filhos consolidam a sua relação com a propriedade rural. Entre os filhos, sucessores, não sucessores e interessados na gestão apresentaram sentimentos pela propriedade rural (R12, R14, R17, R20 e R24).

Filhos sucessores associam sentimentos como amor, paixão e orgulho pela propriedade rural a um vínculo que foi construído desde a infância, possibilidade de envolvimento e escolha pelo trabalho rural. Estudos prévios indicam que a sucessão rural tem maior probabilidade de acontecer em famílias quando membros estejam enraizados na atividade rural (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016), possuam envolvimento desde cedo (GRUBBSTROM *et al.*, 2014), apresentem interesse e paixão pela atividade rural (CASSIDY; McGRATH, 2014) e possuam desejo em trabalhar em atividades rurais (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016; MORAIS *et al.*, 2017). Entre os filhos não sucessores ou interessados na gestão, mesmo os que não possuem grandes sentimentos pela propriedade rural, há reconhecimento pelo trabalho e esforço do pai, reiterando o desejo em zelar pela propriedade rural. Estudos sobre o processo sucessório mostraram que sucessores demonstram satisfação em cuidar da propriedade rural (MORAIS *et al.*, 2017), e se

comprometam com a história da família (CHISWELL, 2018). Todos os filhos, sejam sucessores, não sucessores ou interessados na gestão reiteram a importância do reconhecimento familiar e social pelo trabalho que é realizado na propriedade rural. A literatura sobre sucessão indicou que sucessores esperaram ser reconhecido profissionalmente (MORAIS *et al.*, 2017; BARBOSA *et al.*, 2020).

6.5.4 *Categoria Família e a Sucessão rural*

Na categoria família o apego à terra é formado pela composição das famílias e sua história na propriedade rural. Ao conectar a categoria com a sucessão rural foi possível observar:

- Idade do proprietário rural: apesar de serem constatadas a existência de proprietários rurais idosos a frente das propriedades rurais, os filhos não apontaram problema (R5, R9 e R20). As famílias respeitam o espaço desses produtores e mostram gratidão pelo esforço despendido com a propriedade rural.
- Número de filhos: observou-se uma relação entre o número de filhos em uma família e o tamanho da propriedade rural. Propriedades rurais maiores comportam mais pessoas, há possibilidade de divisão de atividades e dependência do rendimento obtido (R16, R17 e R18). Por outro lado, em pequenas propriedades é comum que o pai incentive os filhos a buscarem alternativas fora da propriedade rural (R12 e R23).
- Gênero dos filhos: a atividade no meio rural ainda é vista como atividade para que homens estejam a sua frente. As famílias esperam e fomentam a participação do filho no negócio e não exigem a participação das filhas (R1, R2, R18 e R22). Todavia, já existe incentivo por parte dos pais para que mulheres se envolvam e tenham consciência do que está acontecendo na propriedade rural, deixando que se trate de uma escolha a sua participação (R19, R21 e R24).
- Nível educacional dos filhos: a amostra é composta por filhos com bom nível educacional (graduação ou pós-graduação). Foi mencionado que o estudo é algo solicitado pelos pais, mas não há exigência para que o curso esteja vinculado a ciência agrárias, trata-se de uma escolha própria. Entretanto, cursos que estejam distantes das ciências agrárias podem fazer com que o filho opte por seguir a sua carreira de formação e não trabalhar no negócio da família (R12, R22 e R24).

- Planejamento para a sucessão: verificou-se a inexistência de planejamento sucessório e somente conversas informais sobre a gestão das propriedades rurais. Os pais e filhos definem que a propriedade rural não deve ser vendida (R2, R3, R12, R13 e R14) no entanto, não é considerada questão de aposentadoria ou doença, não há definição de quem será responsável pela gestão e não há abertura para participação na gestão.

A família como formadora de apego à terra possui influência na sucessão rural na forma como as relações entre os membros intensificam o vínculo com a propriedade rural. A amostra é composta de famílias sem planejamento sucessório e com um filho já trabalhando no negócio (R1, R2 e R4), família com conversas sobre sucessão e sem filho envolvido no trabalho (R12), famílias sem conversas sobre a sucessão e sem envolvimento dos filhos (R7 e R11), famílias sem planejamento sucessório, com filhos dispostos a assumir a gestão e sem abertura dos pais (R19 e R25) e família com processo sucessório e acompanhamento de consultoria (R5).

A propriedade rural ser considerada especial devido a história da família e esforço para mantê-la foi algo presente em filhos sucessores, não sucessores e interessados na gestão. A literatura de sucessão rural indica que o acontecimento do processo é maior para famílias que estão na propriedade rural ou na atividade rural a várias gerações (INWOOD *et al.*, 2013). Os resultados indicam que a existência de um sucessor está mais condicionada nas famílias com propriedades rurais maiores, com filhos, em cursos voltados a área de agrárias ou gestão. Estudos do processo sucessório mostraram que a probabilidade do processo acontecer é maior em famílias com vários filhos (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007; CAVICCHIOLI *et al.*, 2018), porém, é menor com maior nível educacional dos filhos (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007) e dos proprietários rurais (MISHRA *et al.*, 2010; CAVICCHIOLI *et al.*, 2018). Algumas filhas da amostra relatam notar tratamento familiar e social diferente, devido a gênero, o que pode dificultar a decisão pela sucessão. Porém, existem famílias que incentivam a participação das mulheres, permitindo que a decisão pelo trabalho seja uma vontade própria. A literatura da sucessão rural, mostrou que para nas famílias, a probabilidade de o processo acontecer é menor devido à falta de experiências sobre a propriedade rural (LEONARD *et al.*, 2017) e a questão do gênero tende para o masculino (CASSIDY E McGRATH, 2014; BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016; LEONARD *et al.*, 2017; CAVICCHIOLI *et al.*, 2018).

A falta de planejamento sucessório é algo presente nas famílias do estudo, não havendo discussão entre pais e filhos ou entre irmãos, o que indica que as famílias não estão preparadas para o acontecimento do processo. Esse é um dos principais empecilhos levantado

por estudos prévios, pois o processo sucessório tem menor probabilidade de acontecer em famílias que falta discussão e planejamento sucessório (PESSOTTO *et al.*, 2019) e com existência de conflitos familiares entre os membros (GRUBBSTROM *et al.*, 2014). Autores apontam a necessidade de bom relacionamento dos filhos com os pais (GRUBBSTROM *et al.*, 2014), com reconhecimento e respeito entre sucedido e sucessor (JOOSSE; GRUBBSTROM, 2017), além de incentivo vindo dos pais (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016; MORAIS *et al.*, 2017; BARBOSA *et al.*, 2020) e até uma pressão dos pais para que processo sucessório aconteça (MORAIS *et al.*, 2017).

6.5.5 *Categoria Retorno Financeiro e a Sucessão rural*

Na categoria retorno financeiro o apego à terra é formado pelo rendimento proveniente das atividades realizadas na propriedade rural e a possibilidade de suprir as necessidades da família. Com a relação da categoria com a sucessão rural foi possível verificar:

- Capital acumulado: alguns filhos citaram a existência de investimentos que precisam ser sanados (R1 e R2), mas há quem se preocupe com o que pode ser feito para melhorias presente e futuramente (R3 e R23).
- Renda fixa: muitos respondentes afirmaram que a renda proveniente da propriedade rural é suficiente para suprir as necessidades da família (R8, R12, R16 e R19). Alguns respondentes mencionam a opção de combinar outras fontes de rendas para não haver dependência total (R4 e R5) e alguns seguem suas próprias carreiras sem depender da propriedade rural (R14 e R15). Contudo, mesmo que os filhos julguem que a renda não é suficiente e tenham uma carreira fora da propriedade rural, há interesse financeiro no negócio futuramente (R7, R22 e R24).
- Ativos da propriedade: os respondentes se mostraram propensos a mecanizar atividades, incluir tecnologia e tornar o trabalho mais descomplicado (R3, R4 e R16).

O retorno financeiro como formador de apego à terra possui influência na sucessão rural na maneira como os membros da família esperam, atualmente ou futuramente, que a propriedade rural seja ou complemento a sua fonte de renda. Entre os filhos há sucessores que apontam os investimentos como comprometedores da renda (R1 e R2), sucessores e não sucessores que consideram a renda suficiente para a família (R11, R18 e R19), interessados na gestão e não sucessores que consideram que a propriedade rural pode ser uma renda futura

(R3 e R21) e interessados na gestão e não sucessores que julgam a renda ser suficiente para os pais (R7, R14, R15 e R22).

Entre os filhos, sucessores, não sucessores e interessados na gestão consideram a renda proveniente da propriedade rural suficiente para a família. Alguns filhos pontuam a existência de investimento ou a necessidade de alguma atividade extra ser feita por outros membros da família para complementar a renda. Segundo estudos sobre o processo sucessório a probabilidade de acontecimento é mais em propriedades rurais com capital fixo (ALDANONDO OCHOA *et al.*, 2007; PESSOTTO *et al.*, 2019) e com renda proveniente satisfatória (WHEELER *et al.*, 2012; PESSOTTO *et al.*, 2019; BARBOSA *et al.*, 2020). Filhos não sucessores ou interessados na gestão que possuem uma carreira não rural, afirmam que a renda não é suficiente para a família e optam pela sua profissão, porém, consideram a propriedade rural passível de investimentos para extrair os resultados mais tarde. A literatura da sucessão rural indica acontecimento do processo nas famílias que relutam em vender a propriedade rural (MORAIS *et al.*, 2017). Há entrevistados sucessores e não sucessores que demonstraram vontade e/ou necessidade de incluir, cada vez mais, tecnologias na propriedade rural para melhorar técnicas e processos e expandir a produtividade. Estudos sobre a sucessão rural mostraram que a probabilidade do processo sucessório acontecer é menor devido dificuldades financeiras na propriedade rural (GRUBBSTROM *et al.*, 2014) e maior quando as famílias possuem acúmulo de riqueza e maquinários (MISHRA *et al.*, 2010; PESSOTTO *et al.*, 2019) e seja possível comprar mais terra (MORAIS *et al.*, 2017).

6.5.6 *Categoria Vida rural e Sucessão rural*

Na categoria vida rural o apego à terra é formado pela atração pelo estilo de vida rural e aceitação das limitações encontradas. Quando a categoria é associada a sucessão rural, pode ser constatado:

- Distância do centro urbano: na amostra existem filhos que consideram o município próximo a propriedade rural uma referência para saúde, lazer, educação quando preciso (R5, R13 e R16). Em contrapartida, existem filhos que classificam grandes centros como município de referência (R6 e R24).
- Gostar da vida rural: entrevistados que sentem atração pela vida rural, consideram uma melhor qualidade de vida e propícia para família (R9, R19 e R25). Por outro lado, quem não sente atração pela vida rural, não possui afinidade com animais, insetos,

clima, calma e todo o estilo de vida presente em uma propriedade rural (R7, R21 e R24).

- Condições socioeconômicas: quem considera a propriedade rural um lar, ou quase isso, reitera que atualmente já é possível obter o mesmo conforto que seria encontrado em uma cidade e as demais necessidades estão a poucos quilômetros de distância (R16, R17 e R22). Respondentes que não consideram a propriedade rural um lar, não se veem morando e/ou não pretendem morar no lugar e enxergam o espaço como uma possível opção para lazer (R7 e R24).

A vida rural como formadora de apego à terra possui influência na sucessão rural no modo como membros da família consideram o estilo de vida rural satisfatório. Filhos sucessores além de se identificarem com o estilo de vida rural, planejam morar na propriedade rural e acreditam ter uma ótima qualidade de vida no lugar. A probabilidade da sucessão acontecer, segundo a literatura sobre o processo, aumenta para quem possui disposição em morar em áreas rurais (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016), para quem gosta do estilo de vida rural e pela possibilidade de ter um bom padrão de vida mesmo estando na propriedade rural (BARBOSA *et al.*, 2020). Filhos não sucessores ou interessados na gestão são mais ligados a vida urbana, não se identificam com o estilo de vida rural, podendo considerar a propriedade rural como uma opção para lazer da família. A literatura sobre o processo sucessório evidenciou que a probabilidade de acontecer é menor para quem busca melhores condições socioeconômicas para emprego, educação e saúde (BEDNAŘÍKOVÁ *et al.*, 2016) e para quem acumula experiências variadas fora da propriedade rural (CHISWELL, 2018).

Na relação entre o apego à terra e a sucessão rural foi possível identificar que os filhos, sucessores, não sucessores e interessados na gestão, se enquadraram em diferentes situações. Há sucessores que não admiram a natureza enquanto há não sucessores que admiram a natureza; há famílias com conflitos familiares e a existência de um sucessor em contrapartida há famílias sem conflitos familiares e sem a existência de um sucessor; há filhos interessados na gestão que não possuem gosto pela vida rural e em oposição existem não sucessores que são atraídos pelo meio rural. Isso pode mostrar que o apego à terra não define, sozinho, o acontecimento do processo sucessório e outros elementos devem ser considerados para a troca da gestão nas famílias.

A maioria dos respondentes afirmaram se tratar de uma infância muito boa, saudável, tranquila e de liberdade. Além de ser diferente da infância das crianças dos dias atuais, considerando ser uma infância rural. Alguns ressaltaram que toda a infância foi na propriedade rural, que fez parte da sua história e que compõem as suas melhores lembranças.

“Minha infância foi na fazenda, caçar, pescar, andar em cima de colhedeira, bem melhor do que as das crianças de hoje em dia.” (R1).

“[...] foi uma infância assim, bem diferente, quando eu comparo com outros colegas que tiveram acesso a algumas coisas, eu não tive, né? [...]” (R12).

“Melhor infância do mundo. Fui muito feliz na minha infância [...] Minha infância a gente morou na fazenda, a fazenda do meu pai ficava a dez quilômetros da cidade. Então, era uma fazenda que tinha, era um clube, piscina, tudo que você imaginar, cavalo, casa na árvore [...]” (R14).

“[...] não foi assim, digamos que uma vivência super intensa, mas também não foi totalmente extra. Mas passei por uns tempos muito bacanas na fazenda.” (R19).

“Infância raiz. Desde de acordar cedo e de ajudar a tirar leite, dá milho pras galinha, ir pro campo, chorava porque eu queria ir pro campo e o irmão mais velho que sempre ia e eu tinha que ficar em casa com a vó limpando casa [...]” (R20).

As férias nas propriedades rurais foram colocadas como um momento esperado em que passavam todo o período no local. O contato com os animais incluía, principalmente, estar junto de cachorros e a possibilidade de andar a cavalo. A presença de outras pessoas que não eram os familiares, envolvia amigos para brincar e ir em festas, o contato com a comunidade como em missa, salão comunitário e visita aos vizinhos.

“[...] eu não via da hora de chegar as férias e acabar a aula, de chegar aquele último dia de aula e no outro dia arrumar a mala e ir pra fazenda [...]” (R4).

“[...] Então lá a gente encontrava os avós, os primos, então era pra mim era um momento de lazer e eu gostava muito de ir pra lá nas férias. Então era muito bom lá.” (R15).

As atividades que eram realizadas nas propriedades rurais englobaram brincadeiras como subir em árvore, fazer comida de terra, futebol, pega pega. Ajudar nas tarefas como, por exemplo, dar milho para as galinhas, nos afazeres da casa, tirar leite, pegar fruta no pomar, capinar e ajudar no manejo do gado. Acompanhar as atividades, como ir ver o gado, vacinação no gado e acompanhar a colheita e com isso, ter contato com trator, estar no barracão, andar em plantadeira. E ainda, pescar, caçar e explorar o lugar.

“Eu brincava, a gente brincava muito, brincava bastante. Tinha muito espaço, tinha um pátio grande Brincava de futebol, pega pega.” (R11).

“[...] Porque como é uma propriedade assim de agricultura familiar estava tudo muito misturado nessa parte e a gente tinha que ajudar né porque eram só os meus pais meu avô na época morava junto ãhn e os meus irmãos como eu era mais velha então eu ficava ajudava na roça né na na questão ali de capinar, no milho, fumo, colher milho, colher o fumo. Também ãh também cuidava da casa, né? [...]” (R13).

“Sempre fui à fazenda, meu pai me levava desde pequeno e aquelas histórias de quem tem pai agricultor, né? Brincar na carreta de milho, de soja, né? acompanhar a colheita, andar, plantadeira, trator, essa foi minha infância, brincar na fazenda com os amigos, também levava amigos do colégio, essa foi a infância, andar a cavalo, fazenda de pecuária, andei desde pequeno, gosto muito andar a cavalo. Tive uma influência muito do meu pai, sabe? Ele sempre levou a gente sem minha mãe, né? [...]” (R16).

“[...] eu nas fotos então eu sempre estava super suja com roupa toda de terra assim porque eu amava fazer comidinha de terra [...]” (R17).

As lembranças com os familiares na propriedade rural incluíram avô ensinando a dirigir, uma boa convivência e encontro com parentes nos finais de semana. Os filhos costumavam ver os pais sempre trabalhando, seja com gado, lavoura, abelha, arrumando máquina, levando produtos para serem vendidos na cidade. O trabalho dos pais foi uma memória muito presente nas entrevistas, sendo citada mesmo por quem não tenha grandes recordações da infância na propriedade rural. Alguns filhos foram inseridos no mundo rural desde cedo, sempre acompanhando os pais no trabalho na propriedade rural e sendo levados para feiras agropecuárias, assentamentos e visitas em estabelecimentos comerciais, sempre que possível. A situação de ver e acompanhar os pais, foi colocada como um esforço deles em retratar o rural como algo prazeroso e gerar uma motivação por esse trabalho nos filhos.

“[...] sempre levaram a gente em feira agropecuária então eu tenho várias fotos da minha eh minha mãe empurrando o carrinho e eu e minha irmã pequenininhas na nas feiras né então a gente sempre teve esse contato eh e e eles tentando eu vejo hoje né? Como esforço da dos meus pais de trazer eh de retratar o agro pra nós como algo prazeroso né? Como algo que e traz coisas boas pra nós que é o nosso sustento né? [...]” (R5).

“[...] meus pais levavam, eu e a minha irmã pra tudo, pra tudo, a máquina tava moendo lá, nós estávamos sentado na carroceria [...] nós tavamos sempre juntos, porque eles falavam assim, se eles estarem vendo e acompanhando, eles vão ter essa motivação [...]” (R9).

“Bom, eu desde criança, sempre vi meus pais trabalhando no cultivo, era cultivo de tabaco primeiro, depois cultivo foi transferido pra vaca de leite [...]” (R23).

A nuvem de palavras da Figura 23 evidencia sentimentos despertados por estar na propriedade rural (bom, feliz, legal, amo) e uma associação entre estar na propriedade rural e o trabalho (responsabilidade, seca, sustento, vacinação).

Em relação a frequência com que os filhos estão na propriedade rural, existem aqueles que estão diariamente ou pelos menos quatro dias da semana (R1, R2, R4, R6, R8, R16, R18, R19, R22, R23 e R25), em alguns fins de semanas (R5, R9, R11 e R13), algum dia da semana para trabalho (R5) ou quinzenalmente (R10). Há quem passe um tempo na propriedade (R3) quando possível. Para alguns filhos as visitas são mais esporádicas, podendo acontecer a cada dois, três ou até quatro meses (R12, R14 e R17). Existem casos de visita em feriados prolongados, época de vacinação do gado, férias (R7 e R20) ou visita em duas vezes no ano (R15 e R21). A R24 não visita a propriedade rural a cerca de dez anos, pois se afastou conforme foi crescendo e construiu sua vida e carreira em outro estado.

Sobre como os filhos se sentem quando estão na propriedade rural, os sentimentos podem ser separados por níveis e pela percepção do trabalho. Sentimentos desfavoráveis podem abranger não gostar devido ao sofrimento dos pais com o trabalho e a considerar impotência diante da vontade de trabalhar e falta de abertura dos pais. Nos sentimentos bons, a propriedade rural reflete felicidade, tranquilidade, conforto, paz, natureza, lugar da família e sendo bom de estar ou morar. Nos sentimentos muito bons exaltam a sensação de estar no lugar, considerando como paraíso, maravilha, refúgio, melhor lugar do mundo e sentimentos com amor e pertencimento. Os filhos consideram estar no lugar muito bom, que gosta muito e se sente muito feliz.

“Me sinto bem, me sinto quando tem alguma coisa que você consegue fazer, resolver é legal, agora quando não tem muito o que fazer, igual fazer, igual na seca estava uma seca muito forte dá uma tristeza [...]” (R2).

“Eu associo isso aqui ao meu paraíso, a minha tranquilidade, aquilo que eu amo fazer, aquilo que eu sei fazer de melhor [...]” (R4).

“É gostoso, é o lugar que que a gente cresceu, que que a família convive, o meu casamento foi na fazenda também, então é faz parte da nossa vida, né? [...]” (R5).

“É legal, me sinto bem, mas lá é bem simples.” (R7).

“Eu me sinto maravilhado. Quando eu chego lá é aquela sensação sabe? De pertencimento, sabe? Eu sou daqui [...] lá é minha casa, lá é onde eu me sinto bem, sabe? [...]” (R9).

“Ah eu pra ser sincero assim eu não gosto muito porque meus pais sofreram muito lá sabe? [...]” (R15).

“É uma sensação um pouco de impotência. Porque a abertura é um pouco difícil de fazer as coisas, principalmente pelo meu pai [...]” (R19).

“[...] Aqui é muito bom, é muito bom mesmo. E quando eu estou em Ribeirão, eh, São Paulo, eu sinto falta de estar aqui [...]” (R25).

Existem filhos que associam estar na propriedade rural com o trabalho na prática. Situação em que estão vendo o trabalho sendo realizado pelos pais e almejam aquilo para sua vida ou encontram-se empolgados diante de algo para se fazer e resolver, quando envolvidos na gestão. Entretanto, no caso de R6 esse sentimento pode estar associado a um pouco de aflição perante tamanha responsabilidade após o falecimento do pai. A seguir apresenta-se na Figura 24 o resumo de como os filhos se sentem estando na propriedade rural atualmente.

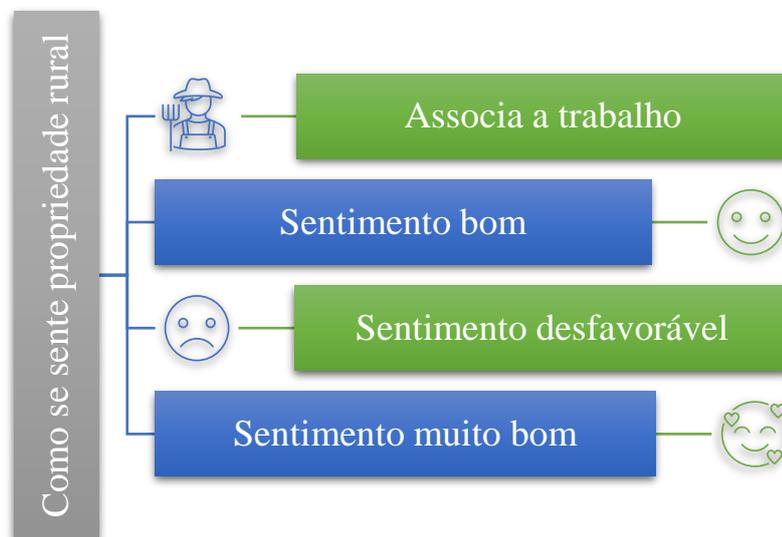


Figura 24: Resumo do tópico como se sente na propriedade rural.
Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Alguns dos respondentes, como R1, R5, R17 e R20 mostraram uma familiaridade com a propriedade rural, com brincadeiras e acompanhamento das atividades rurais dentro e fora da propriedade desde sua infância. Estudos sobre o processo sucessório rural apontam que na infância é possível acontecer uma socialização do sucessor com a propriedade e até criar uma identidade sucessora nos filhos (FISCHER; BURTON, 2014). A infância pode, ainda, refletir em um lugar seguro, conectado e formador de uma visão positiva sobre o lugar rural (RIETHMULLER *et.*, 2021). Contudo, o estudo mostrou que diferentemente da infância em que o tempo passado na propriedade rural era algo determinado pelos pais, atualmente (estar na propriedade rural, o sentimento pelo lugar e até a vontade pela sucessão) deve-se considerar a interferência de fatores como, por exemplo, carreira, cônjuge, filhos e gosto por

centros urbanos, e estes são importantes na visão de alguns dos respondentes como R7, R15 e R22. O estudo de Suess-Reys e Fuetsch (2016) explica que sucessores consideram da socialização na primeira infância até a lucratividade dos negócios como fator influente para a sucessão. Arends-Kuenning *et al.* (2021) acrescentam que expectativas para sucessão, dos pais e filhos, é afetada pela diminuição da fertilidade, expansão da educação e gênero masculino persistente.

Entre os entrevistados, há predominância de filhos com boas memórias sobre a infância e que possuem sentimentos positivos em relação a estar na propriedade rural. Entretanto, a infância pode ter sido marcada por boas recordações e afinidade com a propriedade rural, mas as escolhas atuais e experiências de vida é que vão determinar a proximidade hoje em dia. Para finalizar, o construto de apego à terra na sucessão rural será apresentado, reunindo as seis categorias de apego à terra, os elementos da sucessão rural que influenciam no apego com a inclusão da vida dos filhos na propriedade rural.

6.7 Construto de apego à terra na sucessão rural

Após análise das entrevistas e constatações feitas com a coleta de dados, no construto de apego à terra na sucessão rural proposto (apresentado no Capítulo IV) foram feitas adequações de acordo com os resultados obtidos para, então, apresentar o construto.



Figura 25: Construto de apego à terra na sucessão rural.

Fonte: Elaborada pela autora com base em Scannell e Gifford (2010; 2013) e dados da pesquisa (2021;2022).

No construto foram incluídos elementos que podem afetar o processo sucessório rural e o apego à e terra dos filhos (negrito). Na categoria família: o legado familiar que representa a história, as gerações e a continuidade do negócio e o respeito pelos familiares como a maneira de valorizar e acatar a participação no negócio. Na categoria comunidade: a inclusão das relações com sindicato e próprios familiares que estão no meio rural. Na categoria ambiente: a atividade realizada como integrante do ambiente, e a separação das construções físicas e da natureza. Na categoria retorno financeiro: a colocação da propriedade rural como um patrimônio familiar que deve ser mantido e como uma alternativa de renda futura ou segunda fonte de renda para os filhos. Na categoria enraizamento: inserção da infância dos filhos como ponto de partida no desejo de sucessão e a necessidade de reconhecimento social

e familiar para aqueles que trabalham no meio rural. Na categoria vida rural: o sentimento atual em estar na propriedade rural que influi na vontade de sucessão, a possibilidade de ter na propriedade rural uma opção de lazer e não necessariamente o seu lar e o desejo em construir a própria casa na propriedade rural como parte do objetivo de ser um sucessor.

A coleta de dados permitiu que os entrevistados apresentassem diferentes reações que envolveram emoções, conflitos familiares, recordações, relatos e falas sobre relacionamentos com quem compartilhou e/ou compartilha momentos na propriedade rural. Cada filho de proprietário rural apresentou sua percepção de apego à terra e as semelhanças resultaram no construto final (Figura 25). A sucessão rural é um processo que envolve diferentes fatores de natureza psicológica, econômica, social (seção 2.3). A maioria dos fatores podem ser enquadrados nas categorias que emergiram no estudo - ambiente, comunidade, enraizamento, família, retorno financeiro e vida rural. Esse achado mostra que para a sucessão rural, o apego à terra vai além do fato de um filho, simplesmente, gostar ou não da propriedade rural, a interferência dependerá da maneira como um vínculo é criado e quais são os vínculos estabelecidos com o lugar rural. Portanto, a influência do apego à terra no processo sucessório pode acontecer com a fusão de diferentes elementos presentes nas categorias.

Filhos sucessores ou não sucessores ou interessados na gestão apresentaram apego à terra e o vínculo pode ser identificado em todas as categorias, alguns exemplos estão no Quadro 7. Esse dado indica que não há um perfil de apego à terra específico que diferencie sucessores e não sucessores. Filhos de proprietários rurais podem manifestar diferentes vínculos com a propriedade rural independente de querer ou não assumir a gestão. Sendo assim, não se pode afirmar que um filho sucessor possua mais apego à terra do que um filho não sucessor.

Quadro 7: O apego à terra em sucessores, não sucessores e interessados na gestão da propriedade rural.

IR	Sucessor?	Apego à terra	
R1	Sim.	<i>“Eu gosto, dia de domingo eu vou pra lá mesmo que não precise. Não sei se é tanto amor ou costume, eu não consigo ficar longe.”</i> (Ambiente)	<i>“Eu sou bicho do mato, já gostava de lavoura, agora eu gosto da pecuária, pra resumir, eu gosto da terra, me criei em cima de trator e cavalo.”</i> (Enraizamento)
R2	Sim.	<i>“Através de vendo meu pai trabalhar ele da tudo ali, mesmo mudando dá de Ponta Porã pra Bonito esse sentimento aumenta [...]”</i> (Enraizamento)	<i>“Um lar ela já é. Falta investir em barracão pras máquinas da agricultura [...] Na parte da pecuária reformar cerca abrir o que dá pra abrir de pasto na fazenda [...]”</i> (Vida rural)
R3*	Não.	<i>“[...] essas lembranças que foram todas construídas lá que me, me remetem, me</i>	<i>“É suficiente, não é aquela renda muito exorbitante, mas é uma renda que famílias</i>

		<i>constrói e a minha formação é toda rural [...] o refúgio é lá, a parte de formação como pessoa de visão de mundo é ali no sítio.” (Ambiente)</i>	<i>que moram na cidade não conseguiriam, noventa por cento das famílias que moram na cidade não conseguem ter a renda que meu pai tem.” (Retorno financeiro)</i>
R4	Sim.	<i>“Ele (pai) tirou tudo que ele poderia ter de luta pra dar pra gente. Então hoje, nós, eu, o meu pai e o meu irmão hoje nós somos maiores que meus tios.” (Família)</i>	<i>“Nós temos a casa sede que é onde tem o meu quarto, quarto dos meus pais e o quarto do meu irmão, que tem uma estrutura boa, tem ar-condicionado, tem cama de casal, tem cama confortável. É um ambiente gostoso, seguro. E no meu modo de pensar aqui eu teria que ter o meu canto [...]” (Vida rural)</i>
R5**	Sim.	<i>“Eu morei doze anos fora. Então eu tinha essa saudade também muito grande, não tinha noção do quão especial isso era. O lugar não é só um lugar, o lugar são as pessoas, é a história, é tudo junto [...]” (Ambiente)</i>	<i>“[...] a gente pode comer a carne que a gente produz, as verduras, enfim, a banha de porco. Então, nessas pequenas coisas também são muito, sou muito grata por ter essa oportunidade de ter a fazenda e do meio rural, como um todo.” (Vida rural)</i>
R6	Sim.	<i>“É aprendizado, por exemplo, esses dias mesmo eu tava conversando com o vizinho sobre a questão de fazer inseminação a nossa propriedade a gente faz monta natural, tava conversando com ele o que que ele achava de fazer inseminação [...]” (Comunidade)</i>	<i>“A medida que eu vinha, a medida que fui desenvolvendo, eu fui crescendo, eu fui me identificando, fui criando habilidade, fui desenvolvendo habilidade e fui me identificando com ele.” (Enraizamento)</i>
R7	Interesse na gestão.	<i>“[...] mas eu vejo assim como uma coisa importante assim pro meu pai é uma coisa muito muito importante assim ele tem um sentimento por aquilo muito grande e aí querendo ou não a gente acaba meio que sentindo [...]” (Ambiente)</i>	<i>“A gente vê aquilo mais como um, sei lá, alguma coisa da família, e aí a gente vê futuro. Eu pelo menos vejo muito futuro naquilo [...]” (Enraizamento)</i>
R8	Sim.	<i>“Ah porque eu sempre gostei de lá e me criei lá e aquilo é uma coisa que eu sou muito ligado lá mesmo. Eu se eu pudesse eu morava lá mesmo.” (Ambiente)</i>	<i>“Porque eu gosto de lá sempre gostei nunca pensei em sair de lá, sempre foi pensado fazer, fazia estudar o colégio, depois fazer a faculdade e tocar o negócio lá depois futuramente.” (Vida rural)</i>
R9	Sim.	<i>“Mas aí quando eu comecei a entender que aquilo ali poderia ser meu futuro e tal [...] A minha vaidade é, eu sei plantar, eu sei dar manutenção, eu sei vender, é isso, a minha pegada é agricultura” (Enraizamento)</i>	<i>“Eu acho que é mais pela minha forma de viver [...] de tranquilidade, de eu gosto de acordar cedo [...] as galinha cantando [...] nessa constituição, futuramente, eu queria morar na propriedade... até pelo custo de vida ser mais baixo, pela segurança [...]” (Vida rural)</i>
R10	Sim.	<i>“A propriedade oferece recursos que são possíveis gerar renda suficiente para o sustento da família.” (Retorno financeiro)</i>	<i>“por que teve a infância no local e conviveu com situações que que marcaram positivamente aquele local.” (Ambiente)</i>
R11	Não.	<i>“As pessoas se ajudam bastante quando precisa. É bem perto uma casa da outra aqui, é uma casa bem pertinho da outra. É tudo tranquilo assim.” (Comunidade)</i>	<i>“Por que eu me criei aqui, é onde os meus pais moram eu vivi toda minha infância e minha adolescência [...] eu tenho lembranças boas.” (Ambiente)</i>
R12	Não.	<i>“É, eu acho que é uma mistura. Eu acho que a natureza é muito bonita naquele local. Mas, acho que pelo fato de ter meus pais também lá, isso contribui muito pra esse sentimento.” (Ambiente)</i>	<i>“Eu considero que tenho bastante participação nas decisões que são tomadas. Pra tudo, se vai comprar alguma coisa, se vai vender alguma coisa, se vai afazer alguma melhoria na casa. Ah é sempre essa consulta, que que vocês</i>

			acham [...]” (Retorno financeiro)
R13	Interesse na gestão.	“eu me dou superbem com todo mundo lá porque né? Sou cria lá da comunidade, então eu a gente sempre se encontra final de semana, às vezes a gente vai lá na comunidade, no centro da comunidade [...]” (Comunidade)	“O lugar onde eu tive as minhas experiências, meu núcleo familiar, as minhas amizades, tudo, então faz parte da minha história, da minha identidade e de todas as memórias que eu tenho.” (Enraizamento)
R14	Não.	“É linda a fazenda. Muito muito linda. A imagem que eu tenho da fazenda é da sede. É chegando na fazenda aquele tanto de árvore [...] A minha fazenda assim muito rica em fartura de água [...]” (Ambiente)	“Participação minha é financeira e decisiva também [...] Como eu tenho câmera na casa do meu pai eu vejo as reunião, estou sempre participando de tudo.” (Retorno financeiro)
R15	Interesse na gestão.	“Mas a vida inteira deles foi lá. Então assim, eles todo, como eu disse no começo, toda a minha formação é das minhas irmãs, eles tiraram o sustento de lá, né? e sempre eles moraram lá mas por conta da idade eles resolveram mudar aqui pra cidade.” (Família)	“É boa, é tranquilo porque tem com os parentes, né? Alguns primos também que são que moram perto lá também, então a gente quando tem alguma festa, alguma coisa lá, eles chamam a gente, a gente vai eh mas é bem tranquilo, é boa a convivência.” (Comunidade)
R16	Sim.	“Eu gosto da de pecuária, de Caracol. Uma fazenda que dá mais prazer. De ir devido que é uma fazenda de cria de vaca, você vê você fazer todo o manejo de inseminação, você faz os protocolo, aí dá a prenhez, daqui um dia você vê o bezerro nascendo, cê participa daquilo, aí daqui a pouco o bezerro já tá grande, cê já tá desmamando e levando pra outra propriedade é muito satisfatório [...]” (Ambiente)	“Nessas duas eu tomo decisão de tudo, desde o compra de insumos, vamos falar assim, venda de insumos, contratação de pessoas, demissão de pessoas, aumento de salário, compra de peças. Eu tô delegando muitas coisas, mas eu gosto de participar, eu sou bem ativo, eu quero saber, eu fico a safra inteira na fazenda, acompanhando [...]” (Retorno financeiro)
R17**	Sim.	“nós gostamos muito de árvores, de plantar árvores [...] é a coisa mais linda entrar na fazenda, mas cê entra com a bandeira do Brasil e uma fileira assim de ipê [...] lá no final tem a casa, a sede com mais de cem anos tem a casa lá de madeira e ao lado tem uma árvore gigante de Jatobá que esta lá mais de cem anos também.” (Ambiente)	“Eu acho que pela admiração de ver meus desde os meus tataravós construindo isso então quando eu decidi né que eu ia fazer isso da minha vida que eu também ia investir no negócio, eu já morava fora [...]” (Enraizamento)
R18***	Sim.	“Tem uma propriedade que foi dos meus avós e que é uma propriedade de com uma qualidade de solo, de relevo muito boa então, que é especial, porque assim é que os melhores momentos da minha infância foram aqui e com família [...]” (Ambiente)	“[...] a eficiência, operacional e financeira grande. Então, assim que permite a gente é que permite a gente até adquirir mais áreas. Então acaba que a renda é sim suficiente” (Retorno financeiro)
R19	Sim.	“eu acho que foi formado na infância, né? Foi formado em ver meus pais trabalhando [...] eu lembro de meus pais gostarem da granja, de amarem a granja e principalmente minha mãe que batia nisso, que tipo, cara isso é o nosso negócio, isso tem cê tem que ter orgulho [...]” (Enraizamento)	“Meu sonho seria poder morar na fazenda e ter uma vida do típico produtor, do típico fazendeiro de filme assim, sabe? Acordar, trabalhar [...]” (Vida rural)
R20	Sim.	“Já é um lugar especial pro meu pai, já é um lugar especial pro meu avô, porque veio de grande conquistas [...] isso pesa um pouquinho, e fora que a gente sempre foi criado e gostou de	“Eu moraria. (faltaria) eu ir pra lá, no caso faltaria coisas minhas, não coisas lá [...]” (Vida rural)

		<i>estar ali.</i> ” (Ambiente)	
R21***	Interesse na gestão.	“ <i>Eu acho que é de ver o trabalho sendo realizado, ver o gado crescer, engordar, ver que é um trabalho que meus pais e meus avós, bisavós sempre se dedicaram muito pra ter e manter [...] Mas eu também acho que poderia ser feito de outras formas.</i> ” (Enraizamento)	“ <i>Olha, tem aspectos que eu gosto, eu gosto muito de ver o trabalho dando resultado, de ver o gado crescendo, engordando, a colheita no caso da soja, mas não me preencheria cem por cento, eu não quero me dedicar só a isso como meus pais fizeram, por exemplo [...]</i> ” (Vida rural)
R22*	Não.	“ <i>Então pra mim a minha propriedade rural ela é pequena, tem a parte de mata preservação e o resto é pasto. Então, eu entendo a propriedade rural como sendo cultivada pra ter algum lucro de lá, sair alguma coisa dessa terra.</i> ” (Ambiente)	“ <i>Eu acho que da vivência do dia a dia de ver eu e meu pai trabalhando, ver a família se criando, as coisas crescendo e se desenvolvendo, eu acho que acabaram criando essa paixão pela terra.</i> ” (Enraizamento)
R23	Sim.	“ <i>A maioria sim, entre os vizinhos, todos eles é eu me dou bem [...] quando a gente precisa de uma ajuda eles ajudam, quando eles precisam também ajudam [...] eu ajudo em uma outra comunidade que é vizinha [...] E tem a cooperativa.</i> ” (Comunidade)	“ <i>Cidade pra mim é uma coisa que é feito pra visitar. Eu não consigo ficar lá [...] O barulho, a as pessoas, muita pessoa junto [...]</i> (Vida rural)
R24	Não.	“ <i>[...] é mais relacionado a personalidade mesmo, a quem, a quem se identifica mais, a quem gosta mais, mas não relacionado a gênero e nem a quantidade de filhos assim. Eu acho que provavelmente vai ser uma coisa compartilhada, mas o meu irmão se identifica mais com o tema.</i> ” (Família)	“ <i>Totalmente fruto do esforço e trabalho dos meus pais. Então, eu tenho muito orgulho do que a fazenda é hoje e é esse sentimento que eu tenho, tudo que meu pai construiu é o que a fazenda representa e foram vinte e oito anos de trabalho.</i> ” (Enraizamento)
R25	Sim.	“ <i>Eu acho que que é sinônimo de família, é sinônimo de dignidade, é sinônimo de infância, é sinônimo de onde eu quero construir a minha família, eu acho muito bonita essa relação eh nossa com os colaboradores [...]</i> ” (Ambiente)	“ <i>Porque eu cresci aqui, eu vivi aqui, isso é o que eu te disse, é uma escolha diária, é uma vontade de estar aqui mesmo com as dificuldades de sucessão [...]</i> ” (Vida rural)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Todavia, com a análise das entrevistas, sucessores, interessados na gestão e não sucessores podem apresentar algumas características nos perfis. No apego à terra, os sucessores são mais ligados a atividade desenvolvida na propriedade rural e construções físicas (ambiente), se interessam por estreitar as relações na comunidade (comunidade), tiveram a oportunidade de se envolver na gestão da propriedade rural e possuem sentimentos intensos de amor, paixão e orgulho (enraizamento), trabalham em conjunto com familiares para preservar a história da propriedade rural (família), almejam rendimento com possibilidade de tomar decisões e assumir riscos (retorno financeiro), além de trabalhar, querem morar ou estar sempre na propriedade rural (vida rural). Enquanto interessados na gestão e não sucessores, no apego à terra, apreciam mais a natureza na propriedade rural

(ambiente), deixam que as relações com a comunidade sejam mantidas pelos familiares (comunidade), possuem sentimento pela propriedade rural, mas sem exageros (enraizamento), reconhecem a história e o esforço de familiares pela propriedade rural (família), almejam rendimento sem pressionar uma participação na gestão (retorno financeiro), a propriedade rural é considerada uma opção de lazer (vida rural).

Além dessas constatações, a infância na propriedade rural, o contato atual com a mesma e a possibilidade de envolvimento na gestão possuem uma considerável influência nos filhos, pois foram citadas diversas vezes durante as entrevistas. Estes fatores são relevantes e devem integrar o construto de apego à terra na sucessão rural. Os filhos que passaram a infância na propriedade rural e mencionaram que, além de brincadeiras, houve possibilidade de acompanhar as atividades, aqueles que visitam com frequência e fazem questão de estar na propriedade rural, e aqueles que tiveram a oportunidade de se envolver na rotina e gestão, desenvolveram uma vontade de ser um proprietário rural desde tenra idade, se mostraram mais ligados à propriedade rural atualmente e, conseqüentemente, são mais propensos a serem sucessores.

Apresenta-se um resumo das constatações encontradas com a pesquisa no Quadro 8.

Quadro 8: Resumo dos resultados encontrados na pesquisa.

Síntese dos resultados	
Entrevistados	11 homens sucessores 04 mulheres sucessoras 02 homens não sucessores 04 mulheres não sucessoras 01 homem interessado na gestão 03 mulheres interessadas na gestão
Infância na propriedade rural	Boas lembranças: férias, familiares, brincadeiras, amigos, animais. Recordações do pai trabalhando, possibilidade de acompanhar nas atividades, inserção no meio rural. A infância foi citada diversas vezes durante as entrevistas o que pode indicar um ponto de partida no desejo em ser um produtor rural atualmente.
Contato atual com a propriedade rural	Com o passar do tempo, alguns filhos se afastaram da propriedade rural e o lugar passou a não ser visitado com frequência. Por outro lado, filhos que sempre estão na propriedade rural exaltam bons sentimentos e até fascínio pelo lugar. Contudo, deve ser levado em conta fatores como carreira, cônjuge, filhos e experiências externas nesse quesito.
Planejamento sucessório na família	Na maioria das famílias não há planejamento sucessório. As famílias definem que a propriedade rural não deve ser vendida, no entanto há conflitos familiares, falta de diálogo com pais e irmãos, falta de abertura para participar da gestão, centralização das decisões na figura do proprietário rural, entre outros fatores que atrapalham a sucessão rural.
Categoria ambiente	O apego à terra é formado pela natureza, construções físicas, atividade e trabalho realizado na propriedade rural.

Categoria comunidade	O apego à terra é formado pelo estreitamento de relações com pessoas, banco, cooperativas, sindicatos e também com a troca de experiências com vizinhos ou pessoas de perfil semelhante ao dos filhos. Todavia, as relações, na maioria das famílias, ainda são criadas e mantidas pelo proprietário rural.
Categoria enraizamento	O apego à terra é formado por sentimentos de amor, paixão e orgulho pela propriedade rural. Tais sentimento foram despertados com o tempo, proximidade e envolvimento dos filhos no lugar rural. Os filhos também consideram importante um reconhecimento familiar e social pelo trabalho que é desenvolvido na propriedade rural.
Categoria família	O apego à terra é formado pelo reconhecimento da história da família na propriedade rural, quantas gerações já estiveram presentes, o que foi necessário fazer e o que ainda é preciso ser feito para que a propriedade rural se desenvolva.
Categoria retorno financeiro	O apego à terra é formado pelo patrimônio que a propriedade rural representa, pela possibilidade de gerar rendimentos que sejam suficientes para suprir as necessidades da família e pela alternativa de primeira ou segunda fonte de renda para os filhos futuramente.
Categoria vida rural	O apego à terra é formado pela atração pela vida rural, possibilidade de ter o seu próprio espaço, condições semelhantes ao centro urbano no rural, ou até pela possibilidade da propriedade rural ser uma opção de lazer para a família.
Inter relação entre as categorias	A categoria família foi a que mais apresentou inter relações, pois a figura do pai e familiares são marcantes quando o assunto é a propriedade rural. Foi constatado que os filhos não apresentam somente um tipo de apego à terra (somente uma categoria), mesmo que a intensidade de uma categoria se sobressaia diante as outras.
Categorias e a sucessão rural	Em todas as categorias de apego à terra estão presentes filhos sucessores, interessados na gestão ou não sucessores. Isso indica que não existe um perfil de apego à terra que diferencie os filhos conforme a sua vontade ou não de assumir a gestão da propriedade rural, logo, é errado supor que filhos sucessores possuam mais apego à terra do que filhos não sucessores.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Enfim, o apego à terra de filhos de proprietários rurais possui influência no processo sucessório. Os vínculos estabelecidos indicam, principalmente, que a propriedade rural é vista como um lugar que compõe um patrimônio e deve ser cuidado, preservado e mantido na família. No entanto, o apego à terra não se trata de um elemento que irá decidir de forma isolada o acontecimento do processo em famílias rurais, pois outros fatores são importantes, como a definição de papéis de membros familiares, planejamento do processo, aposentadoria do proprietário rural, preparação de um sucessor, e ainda, as questões legais de herança e posse da propriedade rural.

CAPÍTULO VII CONCLUSÕES

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo propor o construto de apego à terra na sucessão rural. Para isso, houve a categorização dos vínculos que os filhos de proprietários rurais estabelecem com o lugar rural; compreensão da inter-relação entre as categorias de apego à terra; e validação do construto com análise da influência do apego à terra na sucessão rural. Considerou-se as seis categorias de apego à terra: ambiente, comunidade, enraizamento, família, retorno financeiro e vida rural.

O desfecho foi a apresentação do construto de apego à terra na sucessão rural baseado na estrutura multidimensional de Scannel e Gifford (2013) (literatura) e na percepção de 25 filhos de proprietários rurais, de diferentes locais do Brasil (empírica). O construto elencou, dentro de cada categoria, quais elementos foram evidenciados na percepção dos filhos. Como conclusões é possível destacar:

A emersão de uma nova categoria - a vida dos respondentes na propriedade rural - trouxe a infância e o sentimento atual pela propriedade rural como fatores significativos para o acontecimento do processo sucessório. Além disso, duas categorias se sobressaíram na análise da influência do apego à terra na sucessão rural: a família e o retorno financeiro. Na categoria família, o apego à terra se estabeleceu pela presença marcante do pai, mãe, avós, irmãos, sendo o vínculo estabelecido com a presença de pessoas próximas e a propriedade rural considerada um legado, onde os filhos, demonstraram uma obrigação, cuidado, carinho pelo negócio. Na categoria retorno financeiro, o apego à terra se mostrou pelo interesse dos filhos em manter a propriedade rural para assegurar o patrimônio construído. Apesar do elemento econômico da sucessão rural não ser o foco do estudo, a categoria salientou considerável importância para a formação do apego à terra e a consideração pela sucessão rural.

Na tese, defendeu-se que o apego à terra, como um elemento psicológico do processo sucessório, poderá facilitar o seu acontecimento; tendo como pressuposto que o apego à terra está diretamente relacionado com o processo sucessório, sendo um impulsionador para que membros das famílias rurais substituam seus pais nos negócios. Estas suposições não se confirmam. Os filhos de proprietários rurais possuem diferentes apegos à terra, bem como,

diferentes intensidades nas categorias de apego à terra. Essa constatação mostrou que não há um perfil, ligado ao apego à terra, que defina filhos sucessores e filhos não sucessores. Além disso, a combinação de categorias indica que a formação do apego à terra é particular de cada um, sendo possível afirmar que um filho sucessor não possui mais apego à terra do que um filho interessado na gestão ou não sucessor.

Para a pergunta “de que forma o apego à terra intervém na decisão dos filhos em suceder a propriedade rural?” notou-se que o apego à terra influencia na formação da conexão filho-propriedade rural, entretanto, considerando particularidades e especificidades de cada indivíduo, não pode ser colocado como um elemento que irá decidir o processo o sucessório.

Diante de tais constatações, a literatura que relaciona o apego à terra com a sucessão rural se mostrou escassa de informações, pois a afirmação de que o filho sucessor será o que possui apego à terra não está fundamentada. Cientificamente, a negação de uma proposição trazida na literatura apresenta benefícios para maior entendimento do tema e produz novos *insights* para pesquisas.

Para a literatura sobre o apego ao lugar a tese reafirma que apegos são únicos para cada indivíduo. Definir as particularidades na composição desse vínculo permitiu analisar o apego à terra e apresentar resultados referentes a um lugar que se mostra especial para famílias do meio rural. A tese apresentou novas categorias e elementos, representando um avanço teórico. Os achados devem estar presentes quando houver a discussão do apego à terra como elemento influente no processo sucessório.

Referente ao processo sucessório ficou evidente a falta de planejamento do processo nas famílias, sendo ainda comum, que a sucessão ocorra em momentos delicados, como, adoecimento ou morte de familiares. Entre os filhos sucessores, não sucessores e interessados na gestão, nenhum se mostrou indiferente à propriedade rural e há empenho em estar ciente dos acontecimentos atuais ou futuros no negócio da família. Isso mostrou que os filhos consideram a propriedade rural um patrimônio, porém, as famílias não dão a devida atenção ao processo sucessório.

Os resultados permitiram identificar a importância de famílias rurais promoverem a socialização dos filhos, desde a infância, na propriedade rural. Cabe as famílias rurais permitirem que possíveis sucessores passem períodos no local, participem do trabalho rural dentro e fora da propriedade, se envolvam nas atividades e tomada de decisões e acompanhem

o negócio ao longo da vida. Esta pode ser uma forma de, além de criar apego à terra, despertar uma identidade de sucessor rural em membros da família.

Há necessidade de se aprofundar estudos sobre as formas de sucessão rural. Uma sugestão está na inclusão do formato de proprietário rural como uma segunda opção de trabalho para membros familiares como uma alternativa viável na sucessão e na tentativa de manter a propriedade rural nas famílias de origem. Outra sugestão diz respeito ao apego à terra de filhos de proprietários rurais em larga escala (pesquisa quantitativa) que poderia apontar quais categorias são mais relevantes para sucessores e não sucessores. Sugere-se também uma pesquisa com famílias rurais sobre apego à terra, onde a visão dos pais (pai e mãe) e irmãos mostraria o apego à terra nas famílias.

Como limitações no estudo aponta-se a quantidade e o perfil sociodemográfico dos entrevistados. Apesar de ser uma pesquisa qualitativa e ter sido explicada a utilização da *snowball sampling* como forma de identificar os filhos de proprietários rurais, com a amostra, não se pode generalizar os resultados, pois, não reflete a realidade de filhos de proprietários rurais que, por exemplo, não tenham acesso à internet, não tenham educação formal, alternativa de emprego e possibilidade de viver experiências fora da realidade rural. No entanto, a realização da pesquisa em tempos de pandemia exigia que os entrevistados tivessem familiaridade com recursos tecnológicos. Não houve a possibilidade de entrevistar irmãos sucessores e não sucessores para realizar eventuais comparações na formação do apego à terra e nem outros membros das famílias, como pais e avós para entender a formação de apego à terra. Por fim, questões sobre a infância e sentimento atual sobre a propriedade rural deveriam ser realocadas nas categorias de apego à terra e mais exploradas devido relevância nos resultados encontrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSWORTH, M. S.; BOWLBY, J. An ethological approach to personality development. **American psychologist**, v. 46, n. 4, p. 333, 1991. Disponível em: Acesso em: http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/online/ainsworth_bowlby_1991.pdf. Acesso em: Março de 2020

ALDANONDO OCHOA, A. M.; CASANOVAS OLIVA, V; ALMANSA SÁEZ, C. Explaining farm succession: the impact of farm location and off-farm employment opportunities. **Spanish Journal of Agricultural Research**, 5 (2). p. 214-225, 2007. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1ba2/65d7b797752ac897ae898dab1eb5a3bb70b1.pdf>. Acesso em: Março de 2020

ALTMAN, I.; LOW, S. **Place attachment, Human Behavior and Environment**. Plenum Press: New York, vol. 12., 1992. Acesso em: Março de 2020

ARENDS-KUENNING, M.; KAMEI, A.; GARCIAS, M.; ROMANI, G. E.; SHIKIDA, P. F. A. Gender, education, and farm succession in Western Paraná State, Brazil. **Land Use Policy**, v. 107, p. 105453, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837721001769>. Acesso em: Março de 2022

ARICCIO, S.; PETRUCCELLI, I.; CANCELLIERI, U. G.; QUINTANA, C.; VILLAGRA, P.; BONAIUTO, M. Loving, leaving, living: Evacuation site place attachment predicts natural hazard coping behavior. **Journal of Environmental Psychology**, p. 101431, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494419300507>. Acesso em: Março de 2021

BALDWIN, C.; SMITH, T.; JACOBSON, C. Love of the land: Social-ecological connectivity of rural landholders. **Journal of rural studies**, v. 51, p. 37-52, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016717300505>. Acesso em: Fevereiro de 2022

BARBOSA, R. A.; DE FARIA DOMINGUES, C. H.; DA SILVA, M. C.; FOGUESATTO, C. R.; DE ARAGÃO PEREIRA, M.; GIMENES, R. M. T.; BORGES, J. A. R. Using Q-methodology to identify rural women's viewpoint on succession of family farms. **Land Use Policy**, v. 92, p. 104489, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837719318101>. Acesso em: Março de 2020

BEDNAŘÍKOVÁ, Z.; BAVOROVÁ, M.; PONKINA, E. V. Migration motivation of agriculturally educated rural youth: the case of Russian Siberia. **Journal of Rural Studies**, v.

45, p. 99-111, 2016. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016716300389>. Acesso em: Março de 2020

BERTOLOZZI-CAREDIO, D.; BARDAJI, I.; COOPMANS, I.; SORIANO, B.; GARRIDO, A.. Key steps and dynamics of family farm succession in marginal extensive livestock farming. **Journal of Rural Studies**, v. 76, p. 131-141, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016719307090>. Acesso em: Março de 2021

BIERNACKI, P; WALDORF, D. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological methods & research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/004912418101000205>. Acesso em: Março de 2020

BIRT, L.; SCOTT, S.; CAVERS, D.; CAMPBELL, C.; WALTER, F. Member checking: a tool to enhance trustworthiness or merely a nod to validation?. **Qualitative health research**, v. 26, n. 13, p. 1802-1811, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1049732316654870?journalCode=qhra>. Acesso em: Março de 2020

BOWLBY, J. **Attachment and loss**. Volume I. Attachment. New York: Basic Books, 1969.

BOWLBY, J. **Attachment and loss**. Volume II. Separation. New York: Basic Books, 1973.

BOWLBY, J. **Attachment and loss**. Volume III. Loss. Sadness and Depression. New York: Basic Books, 1980.

BOWLBY, J. **A secure base: Parent-child attachment and healthy human development**. Basic books, 2008.

BRETHERTON, I. The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. **Developmental psychology**, v. 28, n. 5, p. 759, 1992. Disponível em: http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/online/inge_origins.pdf. Acesso em: Março de 2020

BUNKUS, R.; SOLIEV, I.; THEESFELD, I. Density of resident farmers and rural inhabitants' relationship to agriculture: operationalizing complex social interactions with a structural equation model. **Agriculture and Human Values**, v. 37, n. 1, p. 47-63, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-019-09966-7>. Fevereiro de 2022

CAROLAN, M. Lands changing hands: Experiences of succession and farm (knowledge) acquisition among first-generation, multigenerational, and aspiring farmers. **Land Use Policy**, v. 79, p. 179-189, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S026483771731222X>. Acesso em: Março de 2020

CASSIDY, A.; MCGRATH, B. The Relationship between ‘Non-successor’ Farm Offspring and the Continuity of the Irish Family Farm. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, p. 399-416, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soru.12054>. Acesso em: Março de 2020

CASSIDY, A. The farm as an educative tool in the development of place attachments among Irish farm youth. **Discourse: Studies in the cultural politics of education**, v. 38, n. 3, p. 389-401, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01596306.2017.1306984>. Acesso em: Fevereiro de 2022

CAVICCHIOLI, D.; BERTONI, D.; PRETOLANI, R. Farm succession at a crossroads: The interaction among farm characteristics, labour market conditions, and gender and birth order effects. **Journal of rural studies**, v. 61, p. 73-83, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S074301671731207X>. Acesso em: Março de 2020

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. Agronegócio: conceito e evolução. Janeiro, 2022. Disponível em: [agro conceito e evolução_jan22_.pdf \(usp.br\)](https://www.cepea.com.br/imagens/2022/01/01/01_01_agro_conceito_e_evolucao_jan22.pdf). Acesso em: Agosto de 2022

CHESHIRE, L.; MEURK, C.; WOODS, M. Decoupling farm, farming and place: Recombinant attachments of globally engaged family farmers. **Journal of Rural Studies**, v. 30, p. 64-74, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016712001052>. Acesso em: Fevereiro de 2022

CHISWELL, H. M. From generation to generation: changing dimensions of intergenerational farm transfer. **Sociologia ruralis**, v. 58, n. 1, p. 104-125, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soru.12138>. Acesso em: Março de 2020

CONWAY, S. F.; MCDONAGH, J.; FARRELL, M.; KINSELLA, A. Cease agricultural activity forever? Underestimating the importance of symbolic capital. **Journal of Rural Studies**, v. 44, p. 164-176, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016716300158>. Acesso em: Março de 2020

DOWNEY, H.; THRELKELD, G.; WARBURTON, J. What is the role of place identity in older farming couples' retirement considerations? **Journal of Rural Studies**, v. 50, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016716307215>. Acesso em: Março de 2020

DUESBERG, S.; BOGUE, P.; RENWICK, A. Retirement farming or sustainable growth—land transfer choices for farmers without a successor. **Land Use Policy**, v. 61, p. 526-535, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837716302538>. Acesso em: Março de 2020

FAO. **The state of food and agriculture: Innovation in family farming**. Rome: FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4040e.pdf>. Acesso em: Março de 2020

FAO. **The future of food and agriculture – Trends and challenges**. Rome, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6583e.pdf>. Acesso em: Março de 2020

FAO. **The future of food and agriculture – Alternative pathways to 2050**. Rome, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/CA1553EN/ca1553en.pdf>. Acesso em: Março de 2020

FENNELL, R. Farm succession in the European Community. **Sociologia Ruralis**, v. 21, n. 1, p. 19-42, 1981. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9523.1981.tb00290.x>. Acesso em: Março de 2020

FISCHER, H.; BURTON, R. J. F. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, p. 417-438, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/soru.12055>. Acesso em: Março de 2020

FLICK, U. O que é pesquisa qualitativa? *In: Desenho da pesquisa qualitativa: Coleção Pesquisa qualitativa*. Bookman Editora, 2008.

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; LAGO, A.; MACHADO, J. A. D. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 37, n. 130, p. 15-28, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5585252.pdf>. Acesso em: Março de 2020

FRIED, M. Grieving for a lost home: Psychological costs of relocation. *In: SANFORD, D. Z. Urban Renewal: the record and the controversy*. The M.I.T Press, 1966. p. 359–379

GARNER, E.; O CAMPOS, A. P. de la. **Identifying the “family farm”: an informal discussion of the concepts and definitions**. ESA Working Paper No. 14-10. Rome, FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4306e.pdf>. Acesso em: Março de 2020

GASSON, R. Goals and values of farmers. **Journal of agricultural economics**, v. 24, n. 3, p. 521-542, 1973. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1477-9552.1973.tb00952.x>. Acesso em: Março de 2020

GASSON, R.; ERRINGTON, A.; HUTSON, J.; MARSDEN, T.; WINTER, D. M. The farm as a family business: a review. **Journal of agricultural economics**, v. 39, n. 1, p. 1-41, 1988. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1477-9552.1988.tb00560.x>. Acesso em: Março de 2020

GILL, F. Succession planning and temporality: The influence of the past and the future. **Time & Society**, v. 22, n. 1, p. 76-91, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0961463X10380023>. Acesso em: Março de 2020

GIULIANI, M. V. Theory of attachment and place attachment. *In*: BONNES, M.; LEE, T. **Psychological theories for environmental issues**. Aldershot: Ashgate, 2003. p. 137

GÓNGORA, R.; MILÁN, M. J.; LÓPEZ-I-GELATS, F. Pathways of incorporation of young farmers into livestock farming. **Land use policy**, v. 85, p. 183-194, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837718317587>. Acesso em: Março de 2020

GRAEUB, B. E.; CHAPPELL, M. J.; WITTMAN, H.; LEDERMANN, S.; KERR, R. B.; GEMMILL-HERREN, B. The state of family farms in the world. **World development**, v. 87, p. 1-15, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X15001217>. Acesso em: Março de 2020

GRUBBSTRÖM, A.; STENBACKA, S.; JOOSSE, S. Balancing family traditions and business: Gendered strategies for achieving future resilience among agricultural students. **Journal of Rural Studies**, v. 35, p. 152-161, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016714000667>. Acesso em: Março de 2020

GRUBBSTRÖM, A.; ERIKSSON, C. Retired Farmers and New Land Users: How Relations to Land and People Influence Farmers' Land Transfer Decisions. **Sociologia ruralis**, v. 58, n. 4, p. 707-725, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soru.12209>. Acesso em: Março de 2020

HAZAN, C.; SHAVER, P. R. Attachment as an organizational framework for research on close relationships. **Psychological inquiry**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 1994. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1994-17381-001>. Acesso em: Março de 2020

HIDALGO, M. C.; HERNANDEZ, B. Place attachment: Conceptual and empirical questions. **Journal of environmental psychology**, v. 21, n. 3, p. 273-281, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S027249440190221X>. Acesso em: Março de 2020

HINOJOSA, L.; LAMBIN, E. F.; MZOUGH, N.; NAPOLÉONE, C. Place attachment as a factor of mountain farming permanence: A survey in the French Southern Alps. **Ecological Economics**, v. 130, p. 308-315, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800916302543>. Fevereiro de 2022

HOFSTEDE, H.; SALEMINK, K.; HAARTSEN, T. The appreciation of rural areas and their contribution to young adults' staying expectations. **Journal of Rural Studies**, v. 95, p. 148-159, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016722001772>. Acesso em: Outubro de 2022

HUBER, R.; FLURY, C.; FINGER, R. Factors affecting farm growth intentions of family farms in mountain regions: Empirical evidence for Central Switzerland. **Land Use Policy**, v. 47, p. 188-197, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837715001052>. Acesso em: Março de 2020

HUTSON, J. Fathers and sons: family farms, family businesses and the farming industry. **Sociology**, v. 21, n. 2, p. 215-229, 1987. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038587021002004>. Acesso em: Março de 2020

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: Março de 2020

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: Março de 2020

IBGE. **Censo agropecuário: resultados preliminares**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf. Acesso em: Março de 2020

INWOOD, S. M.; SHARP, J. S. Farm persistence and adaptation at the rural–urban interface: Succession and farm adjustment. **Journal of Rural Studies**, v. 28, n. 1, p. 107-117, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016711000556>. Acesso em: Março de 2020

INWOOD, S.; CLARK, J. K.; BEAN, M. The differing values of multigeneration and first-generation farmers: Their influence on the structure of agriculture at the rural-urban interface. **Rural Sociology**, v. 78, n. 3, p. 346-370, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ruso.12012>. Acesso em: Março de 2020

JOHNSON, O. R. The Family Farm. **Journal of Farm Economics**, v. 26, n 3, p. 529-548, 1944. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1232173?Search=yes&resultItemClick=true&searchText=The&searchText=Family&searchText=Farm&searchUri=%2Faction%2FdoBasicSearch%3FQuery%3DThe%2BFamily%2BFarm%26amp%3Bfilter%3D&ab_segments=0%2Fbasic_SYC-4929%2Ftest&refreqid=search%3A893300b91d061c59ddf159a531b1ca86&seq=1. Acesso em: Março de 2020

JONES, G. E.; GARFORTH, C. **Chapter 1**-The history, development, and future of agricultural extension. *Improving Agricultural Extension*. FAO, Rome, 1998.

JOOSSE, S.; GRUBBSTRÖM, A. Continuity in farming - Not just family business. **Journal of Rural Studies**, v. 50, p. 198-208, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/W5830E/w5830e03.htm>. Acesso em: Março de 2020

JORGENSEN, B. S.; STEDMAN, R. C. Sense of place as an attitude: Lakeshore owners attitudes toward their properties. **Journal of environmental psychology**, v. 21, n. 3, p. 233-248, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494401902269>. Acesso em: Março de 2020

KASARDA, J. D.; JANOWITZ, M. Community attachment in mass society. **American sociological review**, p. 328-339, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2094293.pdf?seq=1>. Acesso em: Março de 2020

KUEHNE, G. My decision to sell the family farm. **Agriculture and Human Values**, v. 30, n. 2, p. 203-213, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-012-9393-7>. Acesso em: Março de 2020

LEONARD, B.; KINSELLA, A.; O'DONOGHUE, C.; FARRELL, M.; MAHON, M. Policy drivers of farm succession and inheritance. **Land use policy**, v. 61, p. 147-159, 2017.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837715302805>. Acesso em: Março de 2020

LEWICKA, M. Place attachment, place identity, and place memory: Restoring the forgotten city past. **Journal of environmental psychology**, v. 28, n. 3, p. 209-231, 2008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494408000157>. Acesso em: Março de 2020

LEWICKA, M. Place attachment: How far have we come in the last 40 years?. **Journal of environmental psychology**, v. 31, n. 3, p. 207-230, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494410000861>. Acesso em: Março de 2020

LI, Y.; LI, Y.; FANG, B. ; QU, L. ; WANG, C. ; LI, W. Land use change and farmers' sense of place in typical catchment of the Loess hilly and gully region of China. **Land**, v. 10, n. 8, p. 810, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-445X/10/8/810>. Acesso em: Fevereiro de 2022

LIN, C-C; LOCKWOOD, M. Forms and sources of place attachment: Evidence from two protected areas. **Geoforum**, v. 53, p. 74-81, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718514000505>. Acesso em: Março de 2020

LOBLEY, M.; BAKER, J. R.; WHITEHEAD, I. Farm succession and retirement: some international comparisons. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, v. 1, n. 1, p. 49-64, 2010. Disponível em: <https://foodsystemsjournal.org/index.php/fsj/article/view/10>. Acesso em: Março de 2020

KAPLAN, N. M.; PALMER, B. F.; COYLE, Yvonne M. Developing theoretical constructs for outcomes research. **The American Journal of the Medical Sciences**, v. 319, n. 4, p. 245-249, 2000. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0002962915407372>. Acesso em: Março de 2020

KOUTSOU, S.; PARTALIDOU, M.; RAGKOS, A. Young farmers' social capital in Greece: Trust levels and collective actions. **Journal of Rural Studies**, v. 34, p. 204-211, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S074301671400028X>. Acesso em: Março de 2020

MAGUIRE, B.; KLINKENBERG, B. Visualization of place attachment. **Applied Geography**, v. 99, p. 77-88, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0143622817309232>. Acesso em: Março de 2020

MARKUSZEWSKA, I. 'Old Trees Cannot Be Replanted': When Energy Investment Meets Farmers' Resistance. **Journal of Settlements and Spatial Planning**, v. si(8), p. 5-13, 2021. Disponível em: <https://www.sciencegate.app/document/10.24193/jsspsi.2021.8.02>. Acesso em: Fevereiro de 2022

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: An expanded sourcebook**. Sage Publications, 2 edição 1994.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative data analysis: A methods sourcebook**. Sage publications, 2014.

MISHRA, A. K.; EL-OSTA, H. S. Effect of agricultural policy on succession decisions of farm households. **Review of Economics of the Household**, v. 6, n. 3, p. 285-307, 2008. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11150-008-9032-7>. Acesso em: Março de 2020

MISHRA, A. K.; EL-OSTA, H. S.; SHAIK, S. Succession decisions in US family farm businesses. **Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 35, n. 1835-2016-149429, p. 133-152, 2010. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6a95/eb0ee98d16a968f07f1805dce38c9fba44b3.pdf>. Acesso em: Março de 2020

MORAIS, M.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. Identifying beliefs underlying successors' intention to take over the farm. **Land use policy**, v. 68, p. 48-58, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837717304817>. Acesso em: Março de 2020

MORAIS, M.; BORGES, J. A. R.; BINOTTO, E. Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. **Land use policy**, v. 71, p. 445-452, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837717301564>. Acesso em: Março de 2020

MORGAN, P. Towards a developmental theory of place attachment. **Journal of environmental psychology**, v. 30, n. 1, p. 11-22, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494409000486>. Acesso em: Março de 2020

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em:

http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: Março de 2020

OSAWA, T.; KOHYAMA, K.; MITSUHASHI, H. Multiple factors drive regional agricultural abandonment. **Science of The Total Environment**, v. 542, p. 478-483, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048969715308822>. Acesso em: Março de 2020

PESSOTTO, A. P.; COSTA, C.; SCHWINGHAMER, T.; COLLE, G.; DALLA CORTE, V. F. Factors influencing intergenerational succession in family farm businesses in Brazil. **Land Use Policy**, v. 87, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837718314212>. Acesso em: Março de 2020

POTTER, C; LOBLEY, M. Ageing and succession on family farms: the impact on decision-making and land use. **Sociologia ruralis**, v. 32, n. 2-3, p. 317-334, 1992. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9523.1992.tb00935.x>. Acesso em: Março de 2020

POTTER, C; LOBLEY, M. The farm family life cycle, succession paths and environmental change in Britain's countryside. **Journal of Agricultural Economics**, v. 47, n. 1-4, p. 172-190, 1996. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1477-9552.1996.tb00683.x>. Acesso em: Março de 2020

PROSHANSKY, H. M. The city and self-identity. **Environment and behavior**, v. 10, n. 2, p. 147-169, 1978. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1980-00830-001>. Acesso em: Março de 2020

RADA, N.; CONSTANZA, V. **Policy, Technology, and Efficiency of Brazilian Agriculture**, ERR-137, U.S. Department of Agriculture, Economic Research Service, 2012. Disponível em: https://www.ers.usda.gov/webdocs/publications/44992/28920_err137.pdf?v=42871. Acesso em: Março de 2020

RADA, N.; HELFAND, S.; MAGALHÃES, M. Agricultural productivity growth in Brazil: Large and small farms excel. **Food Policy**, v. 84, p. 176-185, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306919218302446>. Acesso em: Março de 2020

REESE, G.; OETTLER, L. MS; KATZ, L. C. Imagining the loss of social and physical place characteristics reduces place attachment. **Journal of Environmental Psychology**, v. 65, p. 101325, 2019. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494418305875>. Acesso em: Março de 2020

RIETHMULLER, M. L.; DZIDIC, P. L.; NEWNHAM, E. A. Going rural: Qualitative perspectives on the role of place attachment in young people's intentions to return to the country. **Journal of Environmental Psychology**, v. 73, p. 101542, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494420307076>. Acesso em: Março de 2020

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. Defining place attachment: A tripartite organizing framework. **Journal of environmental psychology**, v. 30, n. 1, p. 1-10, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494409000620>. Acesso em: Março de 2020

SCANNELL L.; GIFFORD, R. Chapter 9: The Psychology of Place Attachment. *In:* GIFFORD, R. **Environmental psychology: Principles and practice**. Edition. Colville, WA: Optimal books, ed. 5, 2013.

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. The experienced psychological benefits of place attachment. **Journal of Environmental Psychology**, v. 51, p. 256-269, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494417300518>. Acesso em: Março de 2020

SCOVILLE, O. J. Measuring the Family Farm. **Journal of Farm Economics**, v. 29, n. 2, p. 506-519, 1947. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1232390?seq=1>. Acesso em: Março de 2020

STOKOLS, D. People in places: A transactional view of settings. **Cognition, social behavior, and the environment**, p. 441-488, 1981. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/People-in-places%3A-a-transactional-view-of-settings-Stokols-Shumaker/455fbf495e32934c2700b0fdbcb4d765a5501112c>. Acesso em: Março de 2020

STOCKDALE, A.; FERGUSON, S. Planning to stay in the countryside: The insider-advantages of young adults from farm families. **Journal of Rural Studies**, v. 78, p. 364-371, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016720301972>. Acesso em: Fevereiro de 2022

STOKOLS, D.; SHUMAKER, S. A. The Psychological Context of Residential Mobility and Weil-Being. **Journal of Social Issues**, v. 38, n. 3, p. 149-171, 1982. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1983-10286-001>. Acesso em: Março de 2020

SUESS-REYES, J.; FUETSCH, E. The future of family farming: A literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. **Journal of rural studies**, v. 47, p. 117-140, 2016. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016716301401>. Acesso em: Março de 2020

TRĄBKA, A. From functional bonds to place identity: Place attachment of Polish migrants living in London and Oslo. **Journal of Environmental Psychology**, v. 62, p. 67-73, 2019.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494418306674>. Acesso em: Março de 2020

THISSEN, F.; FORTUIJN, J. D.; STRIJKER, D.; HAARTSEN, T. Migration intentions of rural youth in the Westhoek, Flanders, Belgium and the Veenkoloniën, The Netherlands. **Journal of Rural Studies**, v. 26, n. 4, p. 428-436, 2010. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016710000331>. Acesso em: Março de 2020

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, v. 3, n. 2, p. 20-27, 2009. Disponível em:

http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf. Acesso em: Março de 2020

UJANG, N.; ZAKARIYA, K. Place Attachment and the Value of Place in the Life of the Users. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 168, p. 373-380, 2015. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042814057012>. Acesso em: Março de 2020

VADA, S.; PRENTICE, C.; HSIAO, A. The influence of tourism experience and well-being on place attachment. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 47, p. 322-330, 2019.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0969698918310245>. Acesso em: Março de 2020

VIEIRA, A. M.; RIVERA, D. P. B. A Hermenêutica no Campo Organizacional: duas possibilidades interpretativistas de pesquisa. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 14, p. 261-273, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbgn/a/TnnfdgczM7vgTby8jX5x6cR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: Janeiro de 2023

XU, G.; LI, Y.; HAY, I.; ZOU, X.; TU, X.; WANG, B. Beyond Place Attachment: Land Attachment of Resettled Farmers in Jiangsu, China. **Sustainability**, v. 11, n. 2, p. 420, 2019.

Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/2/420>. Acesso em: Fevereiro de 2022

XU, G.; LIU, Y.; HUANG, X.; XU, Y.; WAN, C.; ZHOU, Y. How does resettlement policy affect the place attachment of resettled farmers?. **Land Use Policy**, v. 107, p. 105476, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S026483772100199X>. Acesso em: Fevereiro de 2022

WARD, N.; LOWE, P. Shifting values in agriculture: the farm family and pollution regulation. **Journal of Rural Studies**, v. 10, n. 2, p. 173-184, 1994. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0743016794900280>. Acesso em: Março de 2020

WHEELER, S.; BJORNLUND, H.; ZUO, A.; EDWARDS, J. Handing down the farm? The increasing uncertainty of irrigated farm succession in Australia. **Journal of rural studies**, v. 28, n. 3, p. 266-275, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016712000484>. Acesso em: Março de 2020

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

ZAGATA, L.; SUTHERLAND, L.-A. Deconstructing the ‘young farmer problem in Europe’: Towards a research agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 38, p. 39-51, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016715000042>. Acesso em: Março de 2020

ZHONG, J.; LIU, S.; HUANG, M.; CAO, S.; YU, H. Driving forces for the spatial reconstruction of rural settlements in mountainous areas based on structural equation models: A case study in western China. **Land**, v. 10, n. 9, p. 913, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-445X/10/9/913>. Acesso em: Março de 2021. Acesso em: Fevereiro de 2022

ZOU, B.; MISHRA, A. K.; LUO, B. Aging population, farm succession, and farmland usage: Evidence from rural China. **Land use policy**, v. 77, p. 437-445, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837718305738>. Acesso em: Março de 2020

APÊNDICE A

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para reunir uma bibliografia sobre o apego à terra, foram consultadas fontes acadêmicas e não acadêmicas, para então, construir um arsenal de um conteúdo necessário para adequar os procedimentos das próximas etapas.

A literatura acadêmica foi coletada nas bases de dados *Web of Science* e *Science Direct* e na base de dados nacional Scielo.

Outra fonte de dados foi: portais, canais e outros meios de divulgação de assuntos relacionados ao agronegócio no Brasil. O objetivo foi incluir referências em uma linguagem mais comum, próxima dos atores da sucessão rural e no contexto brasileiro.

Além destas, foram consultadas entidades nacionais para agregar informações no âmbito das necessidades da sociedade local. Para tais buscas, foram utilizadas combinações de termos com a palavra “apego” e descritores relacionados ao lugar rural, como terra ou fazenda ou propriedade rural.

▪ **Literatura Acadêmica**

Como critérios para as buscas, a revisão bibliográfica foi realizada somente em artigos científicos na língua inglesa; em *journals* que estavam no quadrante Q1 ou Q2 do *InCites Journal Citation Reports*, neste índice os *journals* são classificados segundo a sua performance na categoria (fator de impacto a partir das citações), este critério teve a finalidade de selecionar artigos que estivessem hospedados em bons *journals*; e sem especificar um período para terem sido publicados. As buscas realizadas nas bases de dados estão descritas no Quadro 1 e compreendem artigos publicados até 07/02/2022, seguidas pela explicação das etapas.

Quadro 1: Pesquisa: bases de dados.

Base de Dados	Descritores	Resultados	Classificados	Total de Classificados	Duplicados	Análise Preliminar	Análise Final
Science Direct*	“Attachment to land” AND farm	2	1	39	14	25	11
	“Attachment to land” AND farmers	3	2				
	“Place attachment” AND farm	19	4				
	“Place attachment” AND farmers	18	6				
Web of Science**	“Attachment to land” AND farm*	7	3				
	"Place attachment" AND farm*	123	22				

* Buscas: *Title, abstract, keywords*

** Buscas: Tópico

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Primeiramente, diante dos resultados das buscas em cada base, analisou-se o título e resumo dos artigos. Nesta etapa foram excluídos os artigos que apresentavam ligação com palavras como mudança climática, projetos de energia, ecossistema, conservação, biodiversidade, bioenergia, ecologia, sustentabilidade, entre outras, que não aparentavam descrever evidências da construção de laços emotivos entre indivíduo e lugar rural. A pesquisa na base de dados nacional – Scielo - não apresentou resultados relevantes para serem incluídos na análise.

Posteriormente, realizou-se uma relação dos artigos classificados (39), fez-se a identificação dos duplicados (14) e a tentativa de acesso para *download*, no total vinte e cinco artigos foram classificados para a realização da análise preliminar. Esta análise contou com a identificação do quartil do *journals* (Q1 ou Q2). Houve também, leitura do resumo dos artigos para identificação do objetivo e principais resultados, nesta etapa doze artigos foram excluídos, devido ao quartil do *journal* (2) ou ao resumo não apresentar indícios de pesquisa sobre o apego em lugar rural (10) como, por exemplo, pesquisas relacionadas a utilização de tecnologia, comportamento pró- ambiental e questões de saúde.

Finalmente, foi realizada uma leitura na íntegra em treze artigos para concretizar ou não a utilização de cada um na revisão. Nesta etapa foram excluídos dois artigos que não possuíam a temática bem desenvolvida nos procedimentos metodológicos e resultados, assim, pouco seria a sua contribuição para o objetivo da revisão bibliográfica.

A análise final contou com onze artigos das bases. Para a análise do conteúdo dos artigos o programa *NVivo* foi utilizado na codificação e posteriormente houve unificação dos achados para emergir as seis categorias que nortearam o estudo (ver Figura 4).

▪ **Literatura Não Acadêmica**

As buscas realizadas nos portais de notícias sobre agronegócio estão descritas no Quadro 2, seguido pela explicação das etapas.

Quadro 2: Pesquisa: portais de notícias nacionais.

Portal	Descritores	Resultado/ Leitura	Classificados	Análise
Agrolink https://www.agrolink.com.br/	Apego à terra	6	1	2
	Apego à propriedade rural	1		
	Apego à fazenda	2		
Safra http://revistasafra.com.br/	Apego à terra	1	1	
	Apego à propriedade rural	1		
	Apego à fazenda	1		
Canal Rural https://www.canalrural.com.br/	Apego à terra	4	0	
	Apego à propriedade rural	4		
	Apego à fazenda	3		
Globo Rural https://revistagloborural.globo.com/	Apego à terra	3	0	
	Apego à propriedade rural	0		
	Apego à fazenda	1		

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para consulta houve acesso a oito portais de notícias sobre o agronegócio, destes, quatro apresentaram resultados quando as buscas foram realizadas, porém, somente em dois portais alguma das notícias encontradas continham conteúdo relacionado a discussão proposta.

Em cada portal três buscas foram realizadas ao combinar a palavra apego com “terra ou propriedade rural ou fazenda”. Em seguida, as notícias eram lidas para definir a classificação para análise, neste momento buscava-se indícios de relação com achados na literatura acadêmica. Após leitura, duas notícias foram classificadas para integrar a revisão bibliográfica (ARAUJO, 2009; GUIMARÃES, 2013).

As buscas realizadas em sites de entidades nacionais estão descritas no Quadro 3, seguido pela explicação das etapas.

Quadro 3: Pesquisa: entidades nacionais.

Entidades Nacionais	Descritores	Resultado/Leitura	Classificados	Análise
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento http://www.agricultura.gov.br/	Apego à Terra	3	0	0
	Apego à Propriedade Rural	4	0	
	Apego à Fazenda	4	0	
Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil https://www.cnabrazil.org.br/	Apego à Terra	0	0	
	Apego à Propriedade Rural	2	1	
	Apego à Fazenda	1	0	
Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - http://faepapb.com.br/	Apego à Terra	1	0	
	Apego à Propriedade Rural	1	0	
	Apego à Fazenda	1	0	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Foram visitados os sites do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA) e de Federações da Agricultura e Pecuária dos 26 estados brasileiros. Em relação aos portais das Federações da Agricultura e Pecuária, em 17 sites– FAEAC; FAEPA; FAPERON; FAET; FAEB; FAEC; FAEMA; FAEPI; FAEPE; FAEG; FAMATO; FAMASUL; FAEMG; FAERJ; FAESP; FAEP; FARSUL – não foram encontrados resultados. Em oito sites - FAEAP; FAEA; RR; FAEAL; FAERN; SE; FAES; FAESC – houve dificuldades para efetuar as buscas, impedindo a sua realização.

Do total, somente o site do MAPA, da CNA e da FAEPA PB continham alguma publicação resultante das buscas. Foi realizada uma leitura inicial em oito publicações na tentativa de identificar indícios sobre apego à terra. Neste momento, sete publicações foram descartadas por não apresentarem conteúdo completo e/ou incorporação da temática procurada. Uma notícia foi classificada para uma segunda leitura mais detalhada, porém, não

foi verificado aprofundamento no desenvolvimento do apego à terra na vida dos indivíduos. Diante disso, as buscas realizadas não apresentaram resultados significativos para serem incluídos na revisão bibliográfica.

Portanto, a revisão bibliográfica foi composta por onze artigos provenientes de bases de dados internacionais e duas notícias de portais nacionais sobre o agronegócio apresentados nos Quadros 4.

Quadro 4: Artigos Utilizados na Revisão Bibliográfica.

Artigo	Autor(es)	Journal	Quartil da Categoria*	Local do Estudo	Objetivo
Beyond Place Attachment: Land Attachment of Resettled Farmers in Jiangsu, China	Xu <i>et al.</i> (2019)	Sustainability	Q2	China	Explorar o apego dos agricultores à terra em meio à rápida urbanização na China
Decoupling farm, farming and place: Recombinant attachments of globally engaged family farmers	Cheshire <i>et al.</i> (2013)	Journal of Rural Studies	Q1	Austrália	Analisar a formação de apegos emocionais ao lugar e à fazenda entre agricultores familiares altamente móveis
Driving Forces for the Spatial Reconstruction of Rural Settlements in Mountainous Areas Based on Structural Equation Models: A Case Study in Western China	Zhong <i>et al.</i> (2021)	Land	Q2	China	Explorar as forças motrizes para a reconstrução espacial de assentamentos rurais em uma área montanhosa na China
Density of resident farmers and rural inhabitants' relationship to agriculture: operationalizing complex social interactions with a structural equation model	Bunkus <i>et al.</i> (2020)	Agriculture and Human Values	Q1	Alemanha	Explicar como elementos individuais do desenvolvimento agrícola e rural estão ligados entre si em um quadro mais amplo
How does resettlement policy affect the place attachment of resettled farmers?	Xu <i>et al.</i> (2021)	Land Use Policy	Q1	China	Verificar como a política de reassentamento afeta a vinculação local dos agricultores reassentados
Land Use Change and Farmers' Sense	Li <i>et al.</i> (2021)	Land	Q2	China	Analisar a mudança no uso da terra e o sentido de lugar

of Place in Typical Catchment of the Loess Hilly and Gully Region of China					dos agricultores e investigar a interação entre eles em uma região na China
Love of the land: Social-ecological connectivity of rural landholders	Baldwin <i>et al.</i> (2017)	Journal of Rural Studies	Q1	Austrália	Fornecer uma visão da relação que agricultores têm com suas terras e com a água diante de uma dinâmica socioecológica que contribui para a resiliência social
'Old Trees Cannot Be Replanted': When Energy Investment Meets Farmers' Resistance	Markuszcwaska I. (2021)	Journal of Settlements and Spatial Planning	Q2	Polônia	Medir as relações entre os agricultores e as terras agrícolas (que possuem) e entre os agricultores e a terra natal (onde vivem)
Place attachment as a factor of mountain farming permanence: A survey in the French Southern Alps	Hinojosa <i>et al.</i> (2016)	Ecological Economics	Q1	França	Investigar a relação entre o apego ao lugar e a vida em montanhas de alta ou baixa altitude para criadores de gado
Planning to stay in the countryside: The insider-advantages of young adults from farm families	Stockdale e Ferguson (2020)	Journal of Rural Studies	Q1	Irlanda	Lançar novos insights sobre o papel do planejamento como uma influência estrutural na permanência
The farm as an educative tool in the development of place attachments among Irish farm youth	Cassidy, (2017)	Discourse: Studies in the cultural politics of education	Q2	Irlanda	Discutir algumas ferramentas educativas usadas para formar apego à fazenda e a consequência na vida de jovens.

*InCites Journal Citation Reports

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Apêndice B

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA



Fonte: Design gráfico: Hell.o Social Media.

APÊNDICE C

INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O COMITÊ DE ÉTICA RISCOS E BENEFÍCIOS DO ESTUDO

Os riscos do estudo estão relacionados a possíveis desconfortos para o participante em disponibilizar horário e dia para realização da entrevista, ressaltando que o contato poderá acontecer mais de uma vez. Entrevistas de modo online requerem ainda, acesso à dispositivo móvel e/ou internet para a realização. Em caso de imprevistos, uma nova data para entrevista

será solicitada pela pesquisadora, mediante agenda do participante. As perguntas realizadas podem gerar constrangimento no participante, nestes casos, o participante tem o direito de não responde-la. Será solicitado para que a entrevista seja gravada, contudo, somente a partir do consentimento será realizada a gravação. Para tanto a pesquisadora tomará medidas relacionadas a não invadir a privacidade do entrevistado; não divulgar imagem; não insistir para que alguma pergunta seja respondida; não prolongar a entrevista caso não seja de vontade do entrevistado; manter-se neutra diante de todas as informações recebidas; e respeitar costumes, tradições e posicionamentos dos entrevistados.

Os benefícios do estudo estão relacionados a sucessão rural ser uma temática que afeta a vida das famílias rurais. A discussão dessa temática pode possibilitar que o assunto contribua no preparo das famílias para o processo e futuramente contribua para atenuar dados referentes ao envelhecimento de proprietários rurais frente as propriedades e crescente migração rural. O participante também colabora no avanço científico da influencia do apego à terra na sucessão rural.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

PERÍODO	Ago- Nov/21	Dez/21 - Mai/22	Jun/ 22	Jul/ 22	Ago/ 22	Set/ 22	Out/ 22	Nov/ 22	Dez/ 22	Jan/ 23
ETAPAS										
Comitê de Ética	X									
Coleta dos Dados		X								
Transcrição dos Dados		X								
Aperfeiçoamento de <i>Software</i> Qualitativo			X	X						
Tabulação dos dados					X	X				
Análise dos Dados					X	X				
Interpretação dos dados					X	X				
Discussão dos dados						X				
Conclusões						X	X			
Ajustes e Procedimentos Finais								X		

Submissão Artigo I									X		
Revisão									X		
Defesa da Tese										X	
Entrega Versão Final											X
Submissão Artigo II											X

ORÇAMENTO DA PESQUISA

DESCRIÇÃO	VALOR	QUANTIDADE (Ago 21 – Dez 22)	TOTAL
Internet Casa	R\$ 100,00	16 MESES	R\$ 1.600,00
Plano de Celular	R\$ 73,00	16 MESES	R\$ 1.168,00
Material (papel, caneta, caderno)	R\$ 30,00	5 MESES	R\$ 150,00
Manutenção Computador	R\$ 90,00	1 MÊS	R\$ 90,00
Outras despesas (transporte)	R\$ 150,00	16 MESES	R\$ 2.400,00
Trasnkriptor	US\$ 14,99	1 MÊS	R\$ 84,18
Trasnkriptor	US\$ 9,99	1 MÊS	R\$ 54,37

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “O apego à terra no processo de sucessão rural: a perspectiva do sucessor”, desenvolvida pela doutoranda Manoela Morais, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O objetivo desta pesquisa é Testar o construto de apego à terra na sucessão rural em filhos de proprietários rurais. Para participar da pesquisa você precisará responder a uma entrevista semiestruturada, será traçado um perfil sociodemográfico e realizada perguntas relacionadas a sua vida na propriedade rural, mesmo que você não trabalhe nela, estas perguntas são de um roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora. A entrevista levará em torno de 50 (cinquenta) minutos para ser respondida. Será solicitada a gravação do áudio e/ou vídeo para posterior transcrição e análise dos dados.

A entrevista poderá ocorrer presencialmente ou on-line respeitando a preferência do(a) pesquisado(a). Os participantes serão contatados por telefone pela pesquisadora e será ofertada a possibilidade de participação na pesquisa, bem como, a possibilidade de recusa e/ou desistência em qualquer etapa do estudo. Sua participação não é obrigatória, contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Para participação na pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) deve ser assinado em duas vias pela pesquisadora e pelo(a) pesquisado(a), frisando que o(a) pesquisado(a) permanecerá com uma via do documento. Caso a pesquisa seja presencial medidas de segurança necessárias serão respeitadas e as assinaturas serão coletadas no momento da entrevista. No formato on-line o TCLE será enviado por meio eletrônico, após a leitura do mesmo, caso o(a) pesquisado(a) aceite participar da pesquisa, o aceite será registrado e salvo e substituirá a sua assinatura no documento. Uma via digital do TCLE assinada pela pesquisadora ficará com o(a) pesquisado(a).

Essa pesquisa pode apresentar alguns desconfortos e constrangimento para o pesquisado ou ainda, disposição para responder as perguntas e retornar possíveis contatos. Contudo, não será

invadida a privacidade do pesquisado, não haverá insistência para que perguntas sejam respondidas, a imagem do pesquisado será preservada e todo posicionamento será respeitado. A sua participação nesta pesquisa poderá trazer novas informações sobre a sucessão em propriedades rurais e o papel dos filhos no processo e contribuirá para o avanço científico da temática do apego à terra na sucessão rural.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e sua identidade será preservada visando assegurar o sigilo de sua participação. O material coletado nesta pesquisa será utilizado somente para propósito de publicação/apresentação/divulgação científica. O material ficará sob posse e responsabilidade da pesquisadora por cinco anos.

Após a realização da entrevista a pesquisadora irá preparar um documento que sintetize as respostas dadas a cada pergunta e você terá direito de acesso às suas respostas e caso queira alterá-las poderá fazer. Caso o participante deseje modificar as respostas, será estabelecido o prazo de duas semanas para retorno do documento para a pesquisadora, após este período serão utilizadas as respostas dadas no momento da entrevista.

Sua participação não é obrigatória e não implicará em despesas para você. A qualquer momento você pode desistir de participar da pesquisa ou retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não trará prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, sendo o dano devidamente comprovado, você será indenizado.

Em caso de dúvidas, esclarecimentos, acompanhamento da pesquisa e acesso aos resultados entre em contato com a pesquisadora Manoela Moraes no telefone: (67) 9 8114-6165, e-mail: manoelamorais26@gmail.com ou no seguinte endereço: Avenida Senador Filinto Müller, nº 1555. CEP 79074-460. Campo Grande - MS. Se você ainda possuir perguntas com relação aos seus direitos, como participante do estudo, também poderá entrar em contato com o Regimento interno do CEP/UFMS Res. nº1/2015, Art 4º: “Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias ‘Hércules Maymone’ – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS.” e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino.

Dessa forma:

Você concorda em participar desta pesquisa () sim () não

Você permite que a entrevista seja gravada () sim () não. Em: () somente áudio () áudio e vídeo

ASSINATURA DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

_____ de _____ de 202_

MANOELA MORAIS – PESQUISADORA RESPONSÁVEL

_____ de _____ de 202_

